

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

Direção-Geral das Atividades  
Económicas

**Ficha técnica****Autoria:**

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

**Data de edição:**

10 de abril de 2019

## GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

### *Unidades Orgânicas da DGAE*

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DC	Divisão das Contrapartidas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio Serviços e Restauração
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Relações Institucionais
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

### *Outras siglas e acrónimos*

ABS	<i>Access and Benefict Sharing</i>
ACDH	Alto Comissariado para os Direitos do Homem
ACEPI	Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interactiva
ACL	Acordo Comércio Livre
AdC	Autoridade da Concorrência
ADENE	Agência para a Energia
AE	Auxílios de Estado
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
ANI	Agência Nacional de Inovação
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APCC	Associação Portuguesa de Centros Comerciais
APCOR	Associação Portuguesa de Cortiça

APD	Agenda Portugal Digital
APED	Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
APIGCEE	Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Eléctrica
APP	<i>Application</i>
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária
BD	Base de Dados
BdE	Balcão do Empreendedor
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CAGER	Comissão de Acompanhamento de Resíduos
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CE	Comissão Europeia
CEAGP	Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública
CEDINTEQ	Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos
CEEP	Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CI	Comissão de Investimentos
CIAE	Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CM	Câmara Municipal
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COM	Comissão Europeia
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
COSME	Programa para a Competitividade das Empresas e das PME
CPAI	Comissão Permanente de Apoio ao Investidor
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPMAES	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca
CSE	Classificações Económicas e Sociais
CUE	Cadastro Único Empresarial

DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGAE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGS	Direção-Geral da Saúde
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EM	Estados-Membros
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCPE	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité Espaço Europeu
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
EUROMED	Associação Euro Mediterrânica
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEIE	Fundos Europeus de Investimento Estratégico
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GPEARI-MF	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
GSEAC	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio
GSEDC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor
GT	Grupo de Trabalho
Horizonte 2020	Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
ICS	<i>International Court System</i>
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial
IES	Informação Empresarial Simplificada
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMAC	Comité Consultivo do Mercado Interno
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMS	<i>Information Management School</i>
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
INE	Instituto Nacional de Estatística

INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
ME	Ministério da Economia
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MOFCOM	Ministério do Comércio da República Popular da China
MS	Ministério da Saúde
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PCN	Ponto de Contacto Nacional
PIRC	Práticas Individuais Restritivas do Comércio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNR	Plano Nacional de Reformas
PROBEB	Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
RSOPT	Rede Nacional de Responsabilidade Social
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

SBA	<i>Small Business Act</i>
SEAC	Secretário de Estado Adjunto e do Comércio
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEMA	Associação Empresarial Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha
SG	Secretaria-Geral
SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
SHERPAS	Ponto focal
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
SME	<i>Small and Medium sized Enterprise</i>
SME Envoy	Representante das PME
SMIT	<i>Single Market Information Tool</i>
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPGM	Sistema Português de Garantia Mútua
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTE	Transportes, Telecomunicações e Energia
UE	União Europeia
UfM	União para o Mediterrâneo
UNAC	União das Organizações de Agricultores para o Desenvolvimento da Charneca
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNCITRAL	<i>The United Nations Commission on International Trade Law</i>
UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos
UTAIL	Unidade Técnica de Avaliação do Impacto Legislativo
WPSME	<i>Working Party on SMEs and Entrepreneurship</i>

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### FIGURAS

### QUADROS

<a href="#">Quadro I</a>	Objetivos do QUAR-2018
<a href="#">Quadro II</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 1
<a href="#">Quadro III</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 2
<a href="#">Quadro IV</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 3
<a href="#">Quadro V</a>	Procedimentos desmaterializados
<a href="#">Quadro VI</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 4
<a href="#">Quadro VII</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 5
<a href="#">Quadro VIII</a>	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
<a href="#">Quadro IX</a>	Avaliação global do serviço
<a href="#">Quadro X</a>	Recursos Humanos
<a href="#">Quadro XI</a>	Estrutura da despesa em 2018
<a href="#">Quadro XII</a>	Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2017 e 2018
<a href="#">Quadro XIII</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XIV</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XV</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XVI</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVII</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVIII</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XIX</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XX</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XXI</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XXII</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)

<a href="#">Quadro XXIII</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
<a href="#">Quadro XXIV</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
<a href="#">Quadro XXV</a>	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
<a href="#">Quadro XXVI</a>	Atividades previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
<a href="#">Quadro XXVII</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
<a href="#">Quadro XXVIII</a>	Autoavaliação pela Divisão das Contrapartidas (DC)
<a href="#">Quadro XXIX</a>	Atividades previstas, realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
<a href="#">Quadro XXX</a>	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
<a href="#">Quadro XXXI</a>	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
<a href="#">Quadro XXXII</a>	Resultados do Questionário de Satisfação interno
<a href="#">Quadro XXXIII</a>	Avaliação do sistema de controlo interno
<a href="#">Quadro XXXIV</a>	Principais indicadores do Balanço Social

## GRÁFICOS

<a href="#">Gráfico 1</a>	Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços
<a href="#">Gráfico 2</a>	Taxa de concretização dos objetivos
<a href="#">Gráfico 3</a>	Taxa de concretização dos parâmetros
<a href="#">Gráfico 4</a>	Evolução dos recursos humanos
<a href="#">Gráfico 5</a>	Evolução do orçamento disponível e da despesa efetuada
<a href="#">Gráfico 6</a>	Satisfação Global por Áreas
<a href="#">Gráfico 7</a>	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2013 e 2018

## ÍNDICE

<b>GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo .....	13
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
2.1 Análise dos resultados alcançados .....	17
2.1.1. <i>Resultados dos Indicadores</i> .....	18
2.1.2. <i>Resultados dos objetivos e dos parâmetros</i> .....	32
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos .....	35
2.2.1. <i>Recursos Humanos</i> .....	35
2.2.2. <i>Recursos Financeiros</i> .....	37
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades .....	40
2.3.1. <i>Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas</i> .....	40
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados .....	157
2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios .....	158
2.6 Relatório de Formação .....	162
2.7 Avaliação do sistema de controlo interno .....	168
<b>III. BALANÇO SOCIAL .....</b>	<b>172</b>
<b>IV. AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>175</b>
4.1 Apreciação qualitativa dos resultados alcançados .....	175
4.2 Conclusões prospetivas .....	176

## Anexos

<b>ANEXO I</b>	Organograma da DGAE
<b>ANEXO II</b>	QUAR da DGAE – Resultados
<b>ANEXO III</b>	Questionário de satisfação - Trabalhadores
<b>ANEXO IV</b>	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
<b>ANEXO V</b>	Balanço Social

## I. INTRODUÇÃO

A atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas é orientada com base na missão, visão e valores estabelecidos no seu Plano de Atividades, tendo como objetivo cumprir as suas atribuições definidas em consonância com os objetivos estratégicos e operacionais constantes no QUAR e tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O Relatório de Atividades apresenta o desenvolvimento deste trabalho, bem como uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2018 e uma apreciação sobre os documentos de prestação de contas.

O presente Relatório de Atividades foi redigido com base no disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Integra, assim, a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto nesta Lei.

Em 2018, a Direção-Geral das Atividades Económicas deu particular ênfase à execução das candidaturas SAMA na área do Comércio, Serviços e Restauração e acompanhamento do tema “Economia Circular”. As políticas públicas em torno de questões como o empreendedorismo, atração do investimento, política comercial, sustentabilidade, responsabilidade social das empresas, inovação e nível de qualificações dos recursos humanos mantiveram-se como prioridades nacionais com impacto para a ação desenvolvida pela Direção-Geral das Atividades Económicas. Neste contexto, ao nível da União Europeia, destacou-se a ação relativamente à digitalização da economia em inúmeras vertentes do Mercado Único Digital e, ao nível nacional, a avaliação de políticas públicas em diferentes setores propostas à Tutela.

O BREXIT tem sido uma questão que exigiu em 2018 intenso acompanhamento. Para o efeito, a Direção-Geral das Atividades Económicas coorganizou e participou em inúmeras sessões informativas e criou no seu Website um dossiê com informação relevante dirigida aos operadores económicos.

Na vertente das relações económicas bilaterais, a Direção-Geral das Atividades Económicas preparou um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros do Governo. Ao nível dos assuntos europeus, observou-se a particular preocupação de concluir os processos negociais antes das eleições em 2019 para o Parlamento Europeu e constituição da nova Comissão Europeia, exigindo neste contexto também uma resposta rápida dos serviços. Relativamente à atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas, o ano de 2018 foi ocupado com matéria relacionada com o acompanhamento dos contratos de contrapartidas ainda em execução.

Novamente em 2018, a questão dos recursos humanos constituiu um desafio e um constrangimento transversal a toda a Direção-Geral das Atividades Económicas face à missão tão abrangente e elevado número de partes interessadas. De destacar, por isso, o forte envolvimento de toda a equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas no cumprimento dos objetivos fixados, muito ajudado pelo reconhecimento externo positivo da atividade desenvolvida pela Direção-Geral, os quais só foram possíveis pela competência, compromisso com o serviço e profissionalismo dos trabalhadores, que uma vez mais se empenharam de forma conjunta para alcançar os melhores resultados possíveis.

A Diretora-Geral,

Fernanda Ferreira Dias

## *1.1 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo*

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia (ME).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por **missão** a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do ME.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes **atribuições**:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do ME em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o ME em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do ME no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Anexo I – Organograma da DGAE.

## II. AUTOAVALIAÇÃO

### 2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente e que concorrem para os objetivos estratégicos.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2018<sup>2</sup> foram considerados três objetivos de eficácia, um de eficiência e um de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

**QUADRO I - Objetivos do QUAR-2018**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
<b>Eficácia</b>	
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O2. Assegurar a implementação de medidas previstas no Programa para o Comércio e no Programa SIMPLEX	OE5
O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
<b>Eficiência</b>	
O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
<b>Qualidade</b>	
O5. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5

OE - Objetivos estratégicos

<sup>2</sup> Anexo II – QUAR da DGAE - Resultados.

### 2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada indicador e dos respetivos objetivos<sup>3</sup>.

## OBJETIVOS DE EFICÁCIA

**Quadro II – Resultados dos indicadores do objetivo 1**

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas	[85%;95%]	100%	86,14%	100%
Ind. 2 - Taxa de recomendações de políticas públicas relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	13,79%	100%

Sendo a DGAE o organismo que, no âmbito da área governativa da economia, tem competências em matéria de coordenação das relações externas, é importante que assegure em pleno essas competências, preparando os temas a debater e a decidir nas mais diversas representações externas e que participe ativamente nessas reuniões ou que apoie, incluindo presencialmente, os membros do Governo na defesa das posições nacionais nos mais diversos fóruns. Deste modo, um dos objetivos operacionais da DGAE para 2018 foi o de reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais e de garantir a participação nas reuniões mais relevantes para a defesa dos nossos interesses, já que não é possível assegurar, por

<sup>3</sup> Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.

restrições diversas (designadamente por escassez de recursos humanos e financeiros) a presença em todas as reuniões.

O resultado do **indicador 1** traduz o nível de participação dos representantes da DGAE nas reuniões consideradas prioritárias e que foram objeto de planeamento anual. Como das 202 previstas foi assegurada a presença em 174 reuniões, correspondendo a um nível de participação de 86,14%, a meta para este indicador foi atingida, já que se enquadra no intervalo que foi previamente fixado.

Este objetivo é constituído por um segundo indicador diretamente relacionado com o primeiro, que tem a ver com a percentagem de recomendações de políticas consideradas relevantes decorrentes da participação nessas reuniões e que visem definir ou reforçar a atuação e a posição portuguesa nos temas em discussão e em aprovação. No âmbito do **indicador 2**, foram apresentadas 24 propostas, o que equivale a uma taxa de 13,79%, atingindo-se a meta prevista para este indicador.

### Quadro III – Resultados dos indicadores do objetivo 2

O2. Assegurar a implementação de medidas previstas no Programa para o Comércio e no Programa SIMPLEX				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 3 - Taxa de execução das medidas previstas para 2018 no Programa para o Comércio	[90%;100%]	125%	83,33%	92,59%
Ind. 4 - Taxa de execução da medida SIMPLEX "Inventário Nacional das Lojas com História"	[75%;85%]	90%	87,50%	119%
Ind. 5 - Taxa de execução da medida SIMPLEX "Mapa do comércio, serviços e restauração"	[45%;55%]	60%	50,00%	100%

O **indicador 3** incluía a execução de três das medidas que tinham sido previstas no Programa para o Comércio que foi preparado no âmbito do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, embora não chegasse a ter uma aprovação formal.

A primeira dessas medidas dizia respeito à realização de sessões de esclarecimento destinadas aos agentes económicos no domínio do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR). Estava prevista a realização de uma a três sessões, tendo-se realizado duas: uma, na Câmara Municipal da Moita, destinada a técnicos da referida Câmara, a operadores económicos proprietários de restaurantes e a estudantes dos cursos profissionais da Escola Técnica Profissional da Moita; a outra, na Câmara Municipal de Leiria, destinada a técnicos da própria Câmara que intervêm no processo de licenciamento das atividades de comércio serviços e restauração, abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

A segunda medida visava a criação de competências do comércio eletrónico no quadro das Qualificações Profissionais, em que se pretendia fomentar a inclusão das micro, pequenas e médias empresas do setor do comércio, serviços e restauração na Economia Digital, sensibilizando os empresários para a importância da presença digital e da incorporação tecnológica nos modelos de negócio, desmaterializando processos com clientes e fornecedores, por via da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação. A DGAE participou em todas as reuniões do Grupo de Trabalho do Comércio Eletrónico criado para este efeito, dando os respetivos contributos, pelo que cumpriu plenamente com o previsto.

A terceira medida, em que a DGAE surge como entidade executora, refere-se ao “Projeto de proteção e dinamização das artes e ofícios tradicionais”, que tem como objetivo a realização de um estudo de diagnóstico destinado a analisar o setor das artes e ofícios em Portugal, designadamente, a sua organização e estruturação, as competências e a tecnologia envolvidas, as artes em extinção e a capacidade de inovação, estabelecendo as bases para a definição de um conjunto de políticas públicas neste âmbito. A elaboração deste estudo, a realizar por uma entidade externa, estava dependente da aprovação de uma candidatura ao Sistema de Apoio à

Modernização Administrativa (SAMA)<sup>4</sup>, designada por "Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais", contendo duas componentes: um estudo caracterizador das fontes de informação dos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração e respetiva ferramenta tecnológica de suporte (vide descritivo no indicador 5) e outro estudo relativo ao setor específico das artes e ofícios. Como esta candidatura só foi aprovada, em 17-07-2018, pelo Compete 2020 e comunicada à DGAE em 08-08-2018, tendo que ser, posteriormente, validada com o envio, em 04-09-2018, do termo de aceitação, verificou-se um atraso de 5 meses da data de início prevista (09-04-2018). Assim, das quatro atividades previstas no projeto referente ao estudo das artes e ofícios tradicionais e que dependiam da DGAE, em conjugação com a Secretaria-Geral da Economia<sup>5</sup>, foram concretizadas duas, aguardando-se a definição, por parte da tutela, das áreas prioritárias objeto do estudo, após o que poderá ser lançado o concurso para a adjudicação do Estudo aprovado, pelo que este indicador só foi executado em 50%.

Assim, o nível de realização das 3 medidas incluídas neste indicador situou-se nos 83,33%, abaixo da meta prevista, cujo limite mínimo era de 90%.

O **indicador 4** estava associado à execução da medida SIMPLEX "Inventário Nacional da Lojas com História", que foi também objeto de uma candidatura no âmbito do SAMA, aprovada no início de 2018, tendo por objetivo o desenvolvimento de uma plataforma que agrega a informação sobre estabelecimentos e entidades de interesse histórico, cultural ou social, que, ao abrigo da legislação em vigor, foram reconhecidos pelas Câmaras Municipais.

Esta medida estava estruturada em 4 atividades, todas com igual peso: levantamento de requisitos funcionais e técnicos da plataforma, implementação e desenvolvimento da plataforma, operacionalização da plataforma e desenvolvimento da aplicação móvel; tendo

---

<sup>4</sup> Programa de financiamento, participado por fundos europeus, que visa criar condições para uma administração pública mais eficiente e eficaz, para servir melhor e de forma mais eficaz os cidadãos e as empresas.

<sup>5</sup> No âmbito da Prestação Centralizada de Serviços da Área Governativa da Economia, a contratação de serviços compete à Secretaria-Geral.

sido completadas as três primeiras e metade da última, o que traduz uma taxa de execução de 87,5%, ultrapassando o limite superior da meta do indicador 4, que era de 85%.

A outra medida SIMPLEX, associada ao **indicador 5**, dizia respeito ao “Mapa do Comércio Serviços e Restauração”, incluído na candidatura SAMA acima referida, tendo por objetivo a realização de um estudo que deverá identificar e caracterizar a ferramenta tecnológica que irá suportar uma plataforma informática, assim como a identificação de todas as fontes de informação relevantes para a caracterização do universo dos estabelecimentos de comércio e serviços existentes no território nacional, que se encontram atualmente dispersas pela Administração Pública, bem como a respetiva forma de cruzamento e atualização dos dados, por forma a criar uma base de dados georreferenciada com informação fidedigna, sólida e atualizada desses estabelecimentos, integrada com o Balcão do Empreendedor.

Para a concretização desse estudo por parte de uma entidade externa, foram estabelecidas quatro atividades com intervenção direta da DGAE, algumas das quais em colaboração com a SG que, como já foi referido, tem competências em matéria de condução dos procedimentos de contratação das aquisições de bens e serviços: a 1.ª atividade consistia na realização de reuniões com diversas entidades, nomeadamente com aquelas que dispõem de informação sobre os estabelecimentos de comércio e serviços ou que poderão ter um papel importante na concretização deste projeto: Autoridade Tributária, INE, INCM, AMA e SG; a 2.ª atividade consistiu na preparação da proposta e no levantamento de requisitos para a elaboração do caderno de encargos; a 3.ª atividade englobava a preparação da proposta de escolha do procedimento de contratação do serviço e de identificação das entidades a convidar; a 4.ª atividade dizia respeito à adjudicação do serviço e à sua validação. Dessas atividades, as duas primeiras foram concluídas em 2018, pelo que a execução deste projeto se situou nos 50%, dentro do intervalo definido para a meta do indicador, que se situava entre os 45% e os 55%.

### Quadro IV – Resultados dos indicadores do objetivo 3

O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 6 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[7-9]	12	12	125%
Ind. 7 - N.º de sessões de capacitação no domínio do RJACSR e do Mercado Único de Serviços	[5-9]	11	8	100%
Ind. 8 - N.º de procedimentos desmaterializados no Balcão do Empreendedor	[14-16]	20	17	110%

Através do **indicador 6**, a DGAE propôs-se a apresentar superiormente propostas de atuação sobre temas considerados prioritários no âmbito da ação governativa, incluindo propostas de formulação de políticas públicas ou visando a sua implementação e monitorização, assim como propostas de avaliação da execução dessas políticas, que se discriminam seguidamente:

- Proposta de despacho atribuindo licenças a três entidades gestoras para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida;
- Proposta de despacho atribuindo uma licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico (SIGREEE);
- Proposta da plataforma “Inventário Nacional Comércio com História”;
- Proposta de portaria sobre a introdução no mercado de novos Produtos do Tabaco;
- Proposta para a cessação dos Tratados Bilaterais de Investimento entre Portugal e outros Estados-Membros (“Intra-BIT”), por via multilateral ou bilateral;
- Proposta de alteração da lei e portaria que regulamentam a atividade das plataformas de financiamento colaborativo nas modalidades de donativo e recompensa;

- Proposta de despacho que atribui uma licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados;
- Proposta de elaboração das cadeias de valor relativas aos produtos da fileira florestal, para promover a transparência do mercado e a economia circular;
- Proposta de revisão do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, relativo às matérias fertilizantes;
- Proposta para a execução do Regulamento (UE) 2018/302, que visa prevenir no mercado interno o bloqueio geográfico injustificado – *Geoblocking*;
- Proposta de definição de Cadeias de Valor para Estudo das Artes & Ofícios Tradicionais;
- Revisão da coordenação dos Auxílios de Estado.

Com estas 12 propostas, a meta para este indicador foi superada, já que se ultrapassou o número máximo de propostas que tinham sido previstas.

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, introduziu um novo Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) que veio sistematizar a legislação que se encontrava dispersa por vários diplomas e simultaneamente uniformizar conceitos e criar procedimentos de aplicação geral, ao mesmo tempo que veio simplificar e desmaterializar outros procedimentos, criando um quadro mais favorável para os agentes económicos acederem às atividades de comércio, serviços e restauração.

Este novo regime veio permitir, em alinhamento com os princípios decorrentes da Diretiva Serviços, uma maior liberdade no acesso a essas atividades ao exigir em muitos casos apenas a entrega de uma mera comunicação prévia através do Balcão do Empreendedor, mas trazendo como contrapartida uma maior responsabilidade dos agentes económicos, nomeadamente no tipo de informação que comunicam à Administração Pública.

Como normalmente sucede quando é aprovada uma nova legislação, existe alguma dificuldade, nem que seja por falta de informação, na sua aplicação, de modo que a DGAE, na qualidade de entidade com competências nestas áreas de atividade, tem tido o propósito de

realizar ações de capacitação junto dos funcionários das autarquias locais e dos Espaços Comércio/Empresa sobre o RJACSR e sobre o Mercado Único de Serviços, tendo previsto no QUAR (**indicador 7**) a realização de 5 a 9 ações de esclarecimento e de capacitação.

Cumprindo com o previsto na meta para este indicador, realizaram-se as seguintes 8 sessões:

- Porto (26 de março) - estiveram presentes interlocutores das Câmaras municipais de Bragança, Guimarães, Oliveira do Bairro, Paços de Ferreira, São João da Madeira, Tondela, Valongo, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão e Vila Real.
- Lisboa (5 de abril) - estiveram presentes elementos das Câmaras Municipais de Beja, Castelo Branco, Fundão, Guarda, Lagos, Ourém, Portalegre, Santarém e de Tavira e da CIM do Oeste.
- Lisboa (27 de setembro) - organizada pelo IAPMEI, visando a capacitação no domínio do RJACSR, incluindo a área de fiscalização e do mercado único de serviços, destinada aos trabalhadores dos Espaços Comércio-Empresa.
- CIM Viseu Dão Lafões (2 de outubro) - contou com a presença de elementos das Câmaras Municipais de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Vila Nova de Paiva e Vouzela.
- Porto (8 de outubro) - sessão idêntica à realizada em Lisboa a 27 de setembro.
- Lisboa (9 de outubro) - esclarecimento no contexto da Diretiva Serviços, destinando-se aos interlocutores da área do Ambiente: Secretaria-Geral e Direção-Geral do Território.
- Aveiro (18 de outubro) - sessão de capacitação no domínio do RJACSR, destinada a representantes da CIM da Região de Aveiro.
- Coimbra (19 de outubro) - sessão de capacitação no domínio do RJACSR, que teve como destinatários os representantes da CIM da Região de Coimbra.

Com o claro propósito de simplificar os procedimentos administrativos e de facilitar o acesso dos cidadãos e agentes económicos aos serviços disponibilizados pela DGAE a partir de qualquer ponto do país, foi previsto no **indicador 8** do QUAR a desmaterialização no Balcão do

Empreendedor (BdE) de diversos procedimentos, cujos regimes jurídicos se enquadram no âmbito das competências exclusivas da DGAE.

O quadro V, identifica os procedimentos objeto de desmaterialização e a área de atividade económica em que se inserem.

#### Quadro V – Procedimentos desmaterializados

Atividade	Procedimento Desmaterializado
Leiloeiras	Autorização para o exercício da atividade
Leiloeiras	Envio de seguro, garantia financeira ou instrumento equivalente
Leiloeiras	Abertura de estabelecimento
Leiloeiras	Alteração à atividade
Leiloeiras	Encerramento de estabelecimento
Leiloeiras	Cessaçã da atividade
Prestamistas	Autorização para o exercício da atividade
Prestamistas	Envio de seguro
Prestamistas	Abertura de estabelecimento
Prestamistas	Alteração à atividade
Prestamistas	Encerramento de estabelecimento
Prestamistas	Cessaçã da atividade
Diamantes	Licenciamento
Diamantes	Comunicação de alterações
Diamantes	Cessaçã da atividade
Financiamento Colaborativo	Início de atividade
Financiamento Colaborativo	Alteração de elementos

Estava igualmente prevista a desmaterialização de procedimentos relativos aos precursores de droga que não foi possível concluir em 2018. Em todo o caso, foi ultrapassada a meta prevista para este indicador, já que foi concluída a desmaterialização de 17 procedimentos, quando no máximo se tinha prevista a desmaterialização de 16.

## OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Quadro VI – Resultados dos indicadores do objetivo 4

O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 9 - % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	100%	97,5%	100%
Ind. 10 - % de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	100%	98,8%	119%

Um dos aspetos importantes da atividade da DGAE prende-se com a qualidade e os tempos de resposta, muitas vezes curtos, aos pedidos de emissão de pareceres no âmbito técnico-jurídico, bem como às solicitações que são dirigidas aos serviços, obrigando a um acompanhamento e a um controlo exigente.

Em sede do QUAR, foram incluídos dois indicadores com vista a apurar o cumprimento dos prazos de resposta aos pareceres e às solicitações.

No caso dos pareceres, a que corresponde o **indicador 9**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo todos os Serviços: dos 683 pareceres solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, 666 foram respondidos no prazo estipulado, o que corresponde a 97,5%, ou seja, coincidente com o limite superior da meta estabelecida no QUAR. Esta informação consta do sistema de gestão documental e dos quadros de acompanhamento e avaliação criados para a monitorização permanente da emissão de pareceres.

No que diz respeito aos pareceres, **indicador 10**, há a registar 1742 solicitações respondidas dentro do respetivo prazo, de um total de 1763 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se, assim, em 98,8% das situações os prazos que foram fixados. Estes elementos constam dos quadros de gestão que monitorizam as respostas às solicitações existentes nos diversos serviços, que contêm indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e datas em que as mesmas foram objeto de resposta.

## OBJETIVOS DE QUALIDADE

### Quadro VII – Resultados dos indicadores do objetivo 5

O5. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados				Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 11 - Número de ações realizadas em colaboração com a Academia	[4-6]	8	4	100%
Ind. 12. - Grau de satisfação dos/as destinatários/as dos serviços	[3,0-3,6]	5	4,27	114%

Para complementar os conhecimentos dos seus trabalhadores, especialmente do seu corpo técnico, tem sido habitual a DGAE realizar ações de cooperação com a Academia em que são aprofundados temas específicos relacionados com as atribuições dos serviços.

Em 2018, estava previsto no **indicador 11** a realização de 4 a 6 ações em colaboração com a Academia, tendo sido realizadas na DGAE as seguintes 4 ações:

- Seminário sobre o tema “*Horizonte Europa - As Empresas e o Programa Quadro para a Inovação*”, organizado pela DSPE, em 18 de junho, tendo sido apresentado pelo Professor Eduardo Maldonado, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Coordenador do Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ). Nessa sessão foi feita uma resenha dos Programas-Quadro europeus de investigação e

Inovação e da participação de Portugal, tendo sido dado particular destaque ao Programa Horizonte 2020, até como ponto de partida para o Horizonte Europa, que abrangerá o período de 2021-2027;

- Seminário sobre o tema “*As Atividades Económicas e o Ordenamento do Território*”, tendo sido promovido pela DSCSR no dia 26 de junho. A apresentação do tema esteve a cargo da Professora Teresa Sá Marques, do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e do Professor Miguel Saraiva;
- *Workshop* subordinado ao tema “*Blockchain Technology*”, realizado em 19 de setembro, tendo como orador o Dr. Fernando Lobo, responsável pela *Blockchain Academy Brazil*. Este *workshop* foi bastante participado e contou com a presença de convidados externos, incluindo o então Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, Paulo Alexandre Ferreira, que foi um dos principais intervenientes no debate;
- *Workshop* organizado pela DSSE, subordinado ao tema “*A Conduta Empresarial Responsável Enquanto Vantagem Competitiva*”, realizado em 11 de dezembro, em que por parte da Academia foi oradora a Professora Doutora Ana Paula Ferreira, docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 66-B/2007, a DGAE inquiriu os clientes dos seus serviços, com vista a avaliar o nível de desempenho e identificar prioridades de intervenção, de modo a poder melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Direção-Geral.

Essa avaliação foi inscrita no QUAR (**indicador 12**), tendo sido realizada através da disponibilização, via internet, de um questionário, cujo *link* de acesso foi enviado por correio eletrónico a 594 interlocutores da Administração Pública Central, Administração Pública Local, Associações, Embaixadas, Empresas, Membros do Governo, Particulares e Universidades.

As questões constantes desse questionário incidiram nos seguintes pontos:

- Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações;

- Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários ou clientes dos serviços;
- Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site);
- Satisfação global com os serviços prestados;
- Tempo de resposta às solicitações.

Para além destas questões de resposta obrigatória, os inquiridos tinham a possibilidade de apresentar sugestões de melhoria dos serviços.

Para cada uma das questões, foi utilizada uma escala de Likert, com os seguintes cinco níveis de satisfação (verificando-se também a possibilidade de os inquiridos escolherem a opção "Não sabe/ Não responde"):

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Foram recebidas 144 respostas, correspondendo a uma taxa de participação de 24,4% (superior à do ano anterior que tinha sido de 20,4%), cujos resultados constam do quadro VIII.

#### **Quadro VIII - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações	4,17%	1,39%	7,64%	33,33%	50,69%	2,78%
2. Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários ou clientes dos serviços	3,47%	0,00%	9,72%	33,33%	50,69%	2,78%

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
3. Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	2,78%	0,00%	6,94%	40,97%	45,14%	4,17%
4. Satisfação global com os serviços prestados	2,78%	1,39%	8,33%	40,28%	45,83%	1,39%
5. Qualidade e clareza da informação disponibilizada	2,78%	1,39%	8,33%	40,28%	44,44%	2,78%
6. Tempo de resposta às solicitações	2,08%	0,69%	8,33%	50,69%	33,33%	4,86%
<b>Total</b>	<b>3,01%</b>	<b>0,81%</b>	<b>8,22%</b>	<b>39,81%</b>	<b>45,02%</b>	<b>3,13%</b>

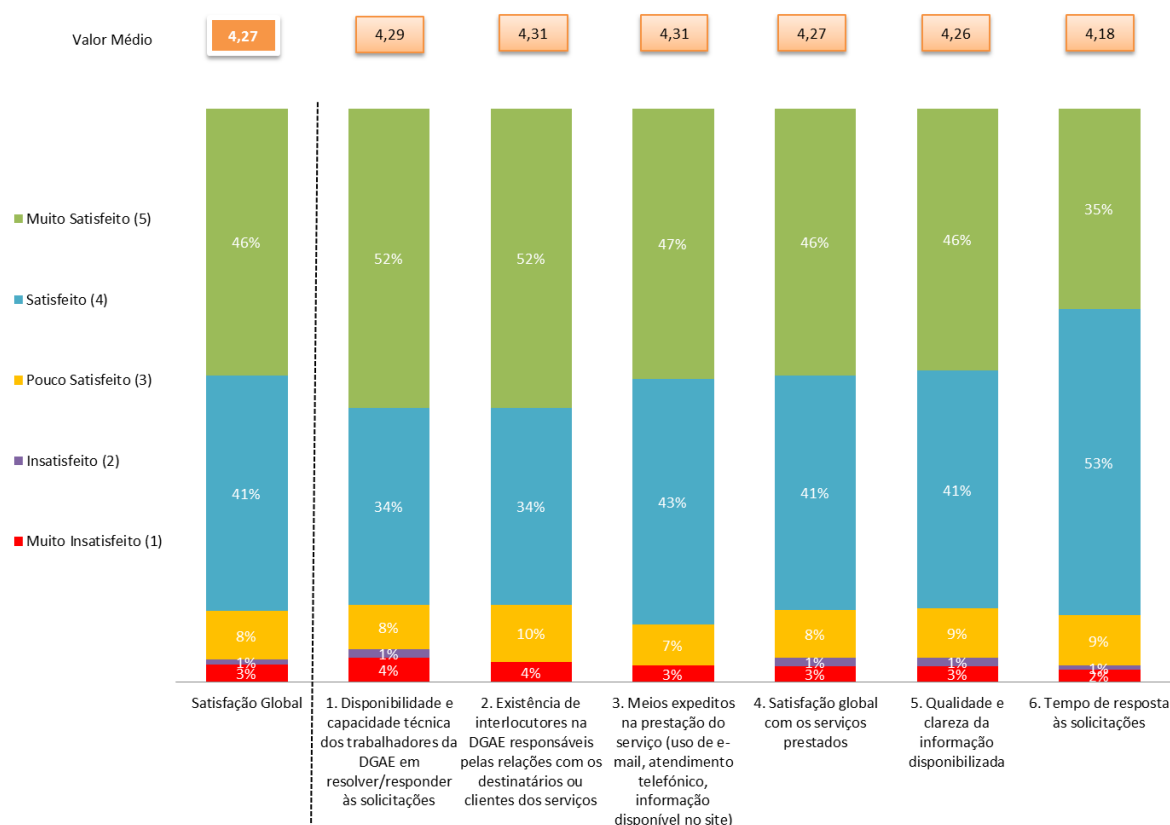
MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Da análise dos resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, 39,8% manifestaram-se satisfeitos e 45% muito satisfeitos. O resultado menos conseguido diz respeito aos tempos de resposta que, apesar de ter uma apreciação global positiva, deverá ser melhorado. Com efeito, houve quem referisse a falta de resposta e, por outro lado, quem assinalasse os prazos de resposta muito curtos que são dados pela DGAE nas consultas efetuadas junto dos diversos interlocutores sobre temas em discussão, alguns deles complexos.

Para apuramento da média ponderada de cada questão não foram consideradas as respostas na opção “não sabe/não responde”, uma vez que não eram objeto de qualquer pontuação.

Os resultados deste apuramento constam do gráfico 1.

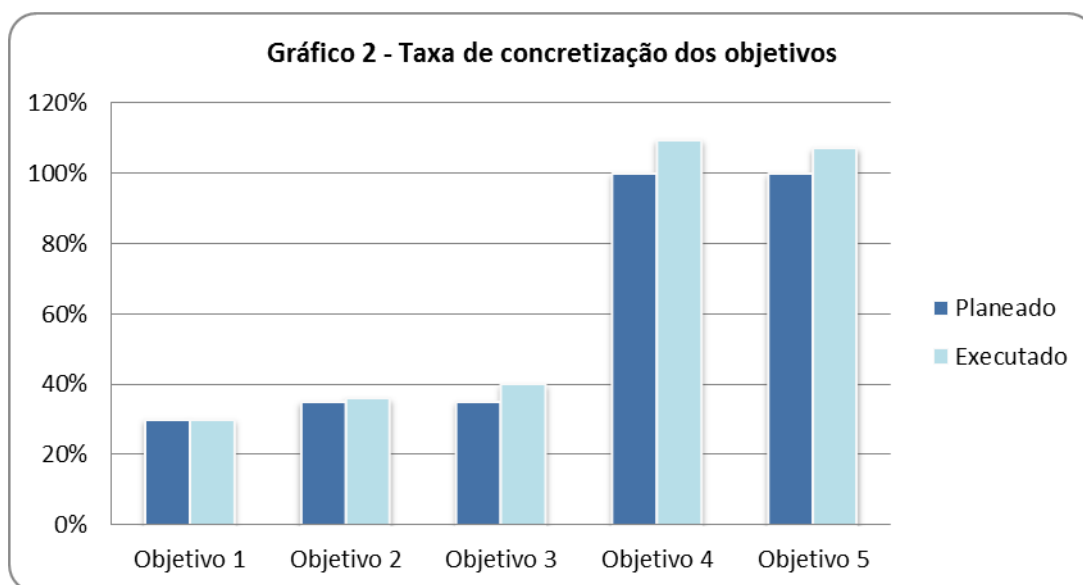
**Gráfico 1 - Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços**



A média total de satisfação dos destinatários dos serviços da DGAE que participaram neste inquérito foi de 4,27, ultrapassando a meta prevista para este indicador (3,6).

### 2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

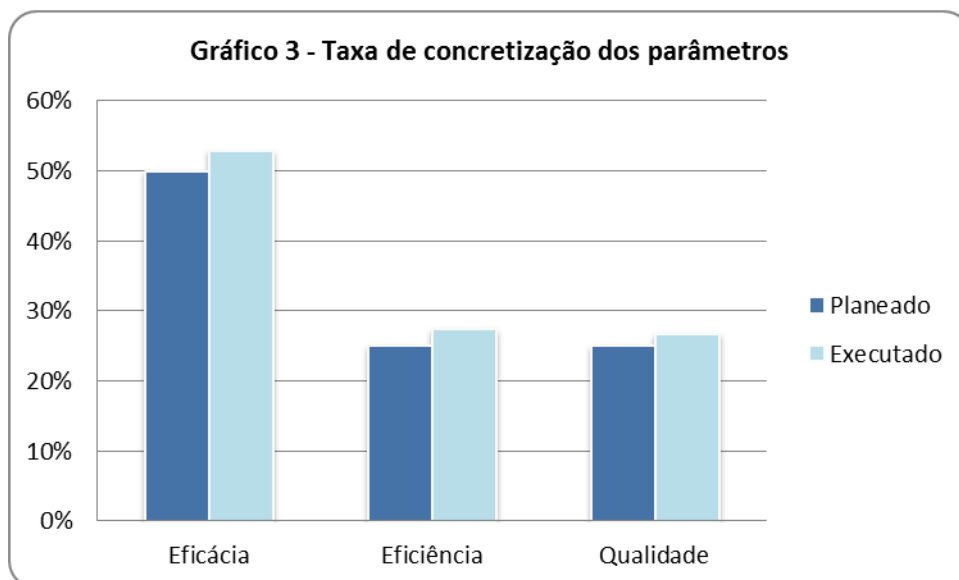
Com base na taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização de cada um dos objetivos (ilustradas no gráfico 2), sendo possível verificar que o resultado previsto para o objetivo 1 foi atingido e os resultados dos objetivos 2 a 5 foram superados.



No que diz respeito aos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, a taxa de concretização (como se pode constatar pelo quadro IX e gráfico 3) ultrapassou o planeado.

**QUADRO IX - Avaliação global do serviço**

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	50,0%	25,0%	25,0%
Executado	52,9%	27,4%	26,8%
Avaliação global	107,1%		



Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi de 107,1% (quadro IX), apesar de terem sido realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que podem não ter contribuído diretamente para estes objetivos, mas que foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

## 2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos

### 2.2.1. Recursos Humanos

O quadro X contém informação sobre os recursos humanos existentes na DGAE no final do ano de 2018, por carreiras ou cargos dirigentes, e compara os dados apurados com os previstos e com os registados no final do ano anterior.

Relativamente aos 129 postos de trabalho do mapa de pessoal, considerados fundamentais para o cabal desempenho das atribuições da DGAE, verificou-se que apenas estavam preenchidos 97, ou seja, menos 24,8% em relação ao previsto. Como se pode verificar, é nos quadros técnicos que esse desvio é mais acentuado (-35,8%), o que decorre da contínua dificuldade de recrutamento de técnicos especializados para as áreas em que a DGAE tem efetivas necessidades e que era habitualmente minimizada com a contratação de técnicos superiores provenientes do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), que entretanto foi extinto.

**QUADRO X – Recursos Humanos**

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31-12-2018)	Desvio	
			Planeado	2017
Direção Superior	2	2	0	1
Direção intermédia	18	18	0	2
Técnico Superior <sup>(*)</sup>	81	52	-29	-4
Assistente Técnico <sup>(**)</sup>	21	19	-2	-1
Assistente Operacional	7	6	-1	-1
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>97</b>	<b>-32</b>	<b>-3</b>

<sup>(\*)</sup> - Inclui especialistas de informática

<sup>(\*\*)</sup> - Inclui técnicos de informática

Verificou-se, também, uma redução do número de efetivos relativamente ao final do ano anterior (-3%). Em 2016 e em 2017, o decréscimo no número de trabalhadores efetivos foi significativamente influenciado pelas reestruturações da DGAE que implicaram a saída de trabalhadores para os dois organismos (IAPMEI, I.P e IMT, I.P) para os quais foram transferidas funções anteriormente asseguradas pela DGAE. Em 2018, houve um número significativo de trabalhadores que saíram da DGAE (26) que não foi possível compensar na totalidade pela entrada de trabalhadores (23), o que dá uma taxa de reposição de 88,5%<sup>6</sup>. As saídas tiveram a seguinte distribuição: 38,5% em regime de mobilidade interna, 26,9% que regressaram aos serviços de origem, 19,2% em comissão de serviço e 15,4% para aposentação.

A redução no número de efetivos em 2018 segue a tendência verificada desde 2013, como se pode constatar no Gráfico 4. Esse é um dos problemas com que a DGAE se vem confrontando ao nível dos recursos humanos e que não pode deixar de condicionar o seu nível de atividade.

O outro problema está relacionado com a elevada rotatividade de trabalhadores, medida pelo índice de rotatividade<sup>7</sup>. Em 2018, o índice de mobilidade foi de 65,1%, o que representa uma rotatividade de trabalhadores significativa, quando em 2017 tinha sido de 69,4% e em 2016 de 65,3%, ano em que saíram da DGAE 12 trabalhadores para o IAPMEI, I. P. A elevada rotatividade tem várias consequências negativas, desde logo, a perda de conhecimento adquirido, a demora e os custos associados aos processos de substituição de trabalhadores e o tempo de adaptação dos novos trabalhadores.

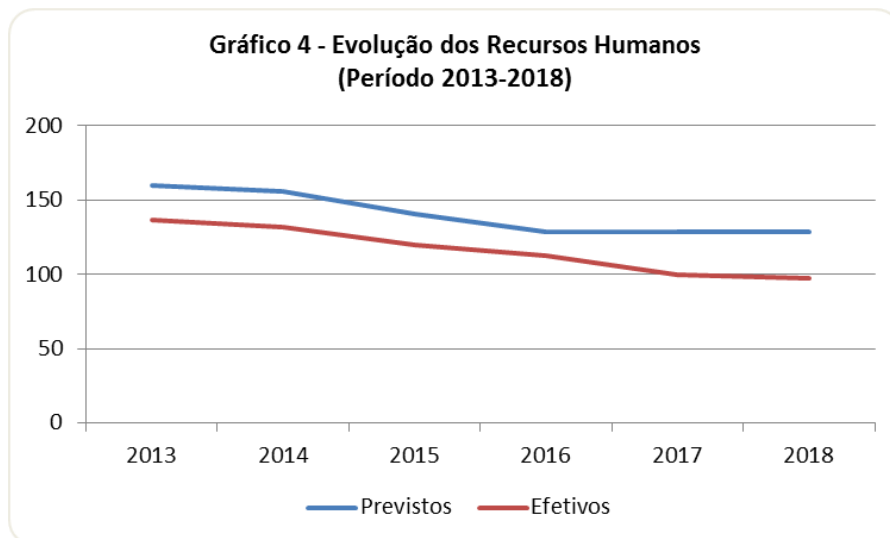
---

<sup>6</sup> Os números das entradas e saídas de trabalhadores aqui indicados correspondem a efetivas entradas e saídas de trabalhadores, sendo ligeiramente inferiores aos constantes do Balanço Social, onde a contagem obedece a critérios mais amplos, incluindo mudanças de categoria.

<sup>7</sup> A fórmula de cálculo do índice de rotatividade (ou de mobilidade) é dada pela expressão:

$$\frac{\text{Total de efetivos em 31 de dezembro}}{\text{Total inicial de efetivos + entradas + saídas}} \times 100$$

A rotatividade será, assim, maior quanto mais próximo de 0% e menor quanto mais próximo de 100%.



### 2.2.2. Recursos Financeiros

Como se pode verificar no quadro XI, o orçamento inicial da DGAE para 2018 ascendia a 5.891.048 €, montante que foi ajustado, designadamente por via da cativação, para 5.261.493 € (ou seja, menos 629.555 €, correspondendo a 10,69% do valor inicial). As verbas cativas tiveram especial impacto na rubrica de aquisições de bens e serviços, representando uma redução de 24,12% da dotação inicial.

**Quadro XI - Estrutura da despesa em 2018**

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2018							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4.130.701,00	70,12%	3.754.220,00	71,35%	3.468.823,97	78,31%	92,40%	285.396,03
Aquisição de bens e serviços	1.311.211,00	22,26%	994.933,00	18,91%	756.658,16	17,08%	76,05%	238.274,84
Juros e outros encargos	0,00	0,00%	63,00	0,00%	62,13	0,00%	98,62%	0,87
Transferências correntes	15.334,00	0,26%	4.232,00	0,08%	4.114,36	0,09%	97,22%	117,64
Outras despesas correntes	6.646,00	0,11%	3.399,00	0,06%	2.759,19	0,06%	81,18%	639,81
Aquisições de bens de capital	427.156,00	7,25%	504.646,00	9,59%	196.914,48	4,45%	39,02%	307.731,52
<b>Total</b>	<b>5.891.048,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.261.493,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.429.332,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>84,18%</b>	<b>832.160,71</b>

Fonte: SGME

Comparativamente com 2017, o orçamento disponível em 2018 foi inferior em 6.341 €. Apesar de essa diferença não ser muito significativa, quer em termos absolutos quer relativos (menos 0,12%), houve rubricas que foram mais afetadas, como é o caso das despesas com pessoal (redução de 176 mil€) e a aquisição de bens e serviços (com uma redução de aproximadamente 33 mil€), que foram contrabalançadas com um aumento da verba destinada às despesas de bens de capital (cf quadro XII), com mais 216.702 € (representando um acréscimo de 75,26%), essencialmente devido aos seguintes projetos cofinanciados por fundos europeus:

- Gestão documental, com uma dotação de 126.640 €, projeto coordenado pela Secretaria-Geral e que é comum aos serviços de administração direta da área da Economia;
- Lojas com História, com uma dotação de 235.000 €.

#### Quadro XII – Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2017 e 2018

Unidade: Euro

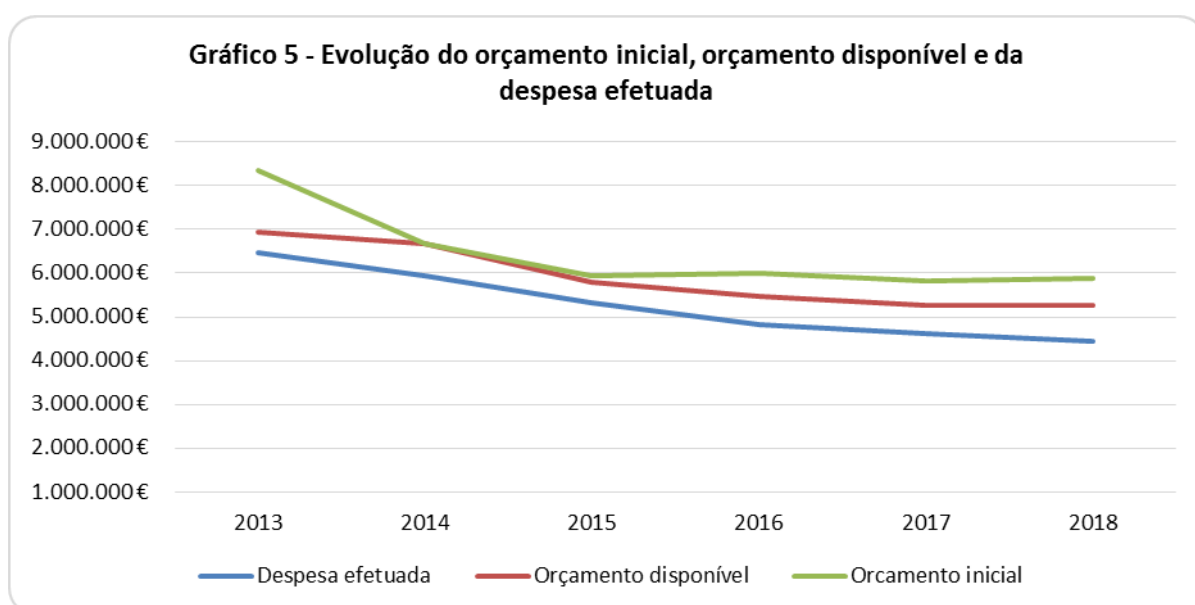
GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2018-2017)	%	Desvio (2018-2017)	%
Despesas com pessoal	-175.544,00	-4,47%	-210.753,10	-5,73%
Aquisição de bens e serviços	-32.916,00	-3,20%	-63.304,57	-7,72%
Juros e outros encargos	48,00	320,00%	52,03	515,15%
Transferências correntes	-11.068,00	-72,34%	-33,82	-0,82%
Outras despesas correntes	-3.563,00	-51,18%	-573,28	-17,20%
Aquisições de bens de capital	216.702,00	75,26%	70.162,98	55,35%
<b>Total</b>	<b>-6.341,00</b>	<b>-0,12%</b>	<b>-204.449,76</b>	<b>-4,41%</b>

Fonte: SGME

A despesa de funcionamento executada ultrapassou ligeiramente os 4.429 milhares de euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 84,18%, inferior à de 2017 (87,96%) e à de 2016 (88,47%). O desvio em relação ao orçamento ajustado ficou essencialmente a dever-se à execução verificada nas aquisições de bens e serviços, com uma taxa de execução de 76,05%, e, especialmente, nas aquisições de bens de capital, com uma taxa de apenas 39,02%.

Entre outras razões, o desvio entre o executado e o previsto ficou essencialmente a dever-se ao nível de execução dos projetos financiados por fundos europeus, nomeadamente a grande demora na respetiva tramitação.

Mantém-se a tendência que se tem vindo a verificar desde 2013 de redução do orçamento disponível (registando-se uma quebra de 24,27%, no período entre 2013 e 2018), como se pode constatar pelo Gráfico 5, onde também é possível visualizar a diferença entre os valores do orçamento disponível e do executado.



## *2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades*

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2018 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido inicialmente previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram entretanto dirigidas à DGAE pela Tutela.

Uma parte significativa dessas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

### *2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas*

Nos quadros seguintes, apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para uma adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

**QUADRO XIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)**

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	1	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho da Informação Empresarial Simplificada (IES)	O1	1		R	A DGAE esteve presente nas reuniões realizadas na AT, quer na de 13-07-2018, que concluiu o objetivo previsto no GT, bem como na reunião posteriormente realizada, em 17-07-2018, para extensão da receção da informação referente às pessoas singulares, a exemplo do previsto no GT da IES para as pessoas coletivas.
DAP	2	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho IVA da Restauração	O1	1		R	A DGAE esteve presente na reunião realizada no Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, em 28-06-2018.
DAP	3	Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	O1	1		R	Foi realizada uma reunião, em 03-05-2018, em que a DGAE esteve presente, prestando assessoria técnica ao Secretário de Estado Adjunto e do Comércio.

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	4	Monitorizar e avaliar a aplicação do regime jurídico das PIRC	O3	3		R	No âmbito do acompanhamento das Práticas Individuais Restritivas de Comércio (PIRC) só se estruturou a apresentação do Estudo sobre as PIRC, no âmbito da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA).
DAP	5	Elaborar e disponibilizar relatórios de execução do RJACSR			x	CA	Atendendo a que se iniciou o processo de avaliação do RJACSR, não se considerou pertinente a elaboração de relatórios de execução.
DAP	6	Assegurar a disponibilização de informação do Cadastro Comercial para os fins definidos no RJACSR			x	R	A DGAE realizou 4 reuniões na DGC com a INCM, a ASAE e operadores económicos, no âmbito do Livro de Reclamações, enquadrando a receção de informação sobre os estabelecimentos no âmbito do RJACSR, através deste canal.
DAP	7	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)	O1	1		T	Atividade transferida, em janeiro de 2018, para a Divisão de Contrapartidas
DAP	8	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT)	O1	1		R	Participação na 5.ª reunião da Comissão Consultiva para a Certificação de Produções Artesanais Tradicionais, realizada em 29-06-2018

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	9	Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística	O1			R	Foi assegurada a presença da DGAE na 15.ª reunião do Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais, realizada no dia 11-12-2018
DAP	10	Prosseguir o registo de todos os estabelecimentos, nomeadamente, recuperação dos registos atrasados, na BD da Restauração e Bebidas.			x	CA	O registo na base de dados ficou concluído em dezembro de 2017
DAP	11	Negociar e acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário			x	R	Foi assinada nova convenção para os manuais escolares referente aos anos de 2018 a 2022. Para o efeito, foram realizadas 4 informações de serviço, uma comunicação e realizada uma reunião de articulação entre a DGAE e a DG de Educação, no dia 19-11-2018.
DAP	12	Negociar e acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi			x	R	Efetuada uma informação de serviço com o objetivo de proceder a uma descrição dos elementos relacionados com o processo de negociação de uma nova Convenção de preços respeitante à prestação de serviços de transporte de passageiros em táxi - INF/232/2018/DCSR/DGAE.
DAP	13	Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi			x	R	Foram dadas respostas a 198 pedidos, de acordo com a listagem existente nos serviços.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	14	Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC) e participar no Grupo de Trabalho Comércio Investe			x	R	Foi nomeado o representante da DGAE no Grupo de Trabalho do Fundo de Modernização do Comércio - Comércio Investe. Para além da realização de 6 reuniões do GT, realizaram-se também sessões de trabalho com diversas Associações, com o IAPMEI e ainda com a PME Investimento e com a SPGM Garantia Mútua.
DCSR	15	Colaborar com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE), bem como participar nos grupos de trabalho e elaboração de propostas	O1	1		R	Os regimes dos prestamistas, das leiloeiras e dos importadores e exportadores de diamantes em bruto, foram este ano desmaterializados no Balcão do Empreendedor (BdE), pelo que foi necessário acautelar/operacionalizar os pedidos dos agentes económicos, em conformidade com os respetivos regimes jurídicos, enquanto a desmaterialização não foi efetivada.
DCSR	16	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime das autorizações conjuntas		6		R	Foram emitidas oito Autorizações Conjuntas de grandes superfícies comerciais e de conjuntos comerciais, no prazo médio de 36,3 dias.
DCSR	17	Encerrar os projetos MODCOM suspensos, na sequência das indicações do DCIAP			x	T	Não houve qualquer decisão do DCIAP relativamente aos processos suspensos, pelo que não houve lugar à conclusão destes processos.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	18	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista		6		R	Para além da necessária prestação de informações e troca de correspondência, foram apreciados e emitidos Títulos de Autorização de Atividade Prestamista, no prazo médio de 1,5 dias.
DCSR	19	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do sistema de certificação do processo Kimberley		6		R	Para além da necessária prestação de informações e troca de correspondência, foram apreciadas e emitidas quinze Licenças de Autorização de Importação e Exportação de Diamantes em bruto, no prazo médio de 1,1 dias. A DGAE reformulou o texto do procedimento DGAE/MNE/SEF para pedidos de obtenção de vistos temporários para comerciantes estrangeiros de diamantes em bruto, que tinha sido elaborado no ano transato.
DCSR	20	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira		6		R	Para além da necessária prestação de informações e troca de correspondência, foram apreciados e emitidos doze títulos de Autorização de Atividade Leiloeira, no prazo médio de 1,3 dias.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	21	Assegurar a representação da DGAE na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas	O1	1		R	No âmbito da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a DGAE integra a Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas, tendo a estado presente nas duas reuniões realizadas dessa Subcomissão, em 24 de janeiro e em 4 de abril.
DCSR	22	Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração		6		R	Foram prestados 6.760 esclarecimentos por esta via, a agentes económicos, autarquias e pessoas individuais, relativamente ao novo Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), repartidos pelas diferentes atividades económicas, do seguinte modo: 30,4% feirantes/vendedores ambulantes; 22,6% restauração e bebidas; 16,4% comércio; 7,5% serviços; 6,5% atestados profissionais; 2,8% funerárias; 13,8% outros.
DCSR	23	Realizar Seminários de Capacitação de Interlocutores no âmbito da aplicação do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR)	O3	3		R	Foram realizadas sessões de capacitação de interlocutores do RJACSR em quatro Espaços Comércio/Espaços Empresa (duas em Lisboa e duas no Porto).

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	24	Assegurar a emissão de Certificados de Atividade profissional		5		R	Foram emitidos oitenta e oito certificados de experiência profissional, como empresário em Portugal, referente às CAE 05 a 043, para o exercício de atividade em países da UE.
DCSR	25	Acompanhar o Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACSR)			x	R	Para além das medidas que constam das atividades nºs. 22 e 23, procedeu-se à atualização do Guia do RJACSR, com as principais FAQ, tendo através da caixa de correio eletrónico própria "rjacs.apoio", sido dada resposta por escrito a 1.103 pedidos de esclarecimento por parte de agentes económicos, associações, autarquias e pessoas singulares, repartidas pelas diferentes atividades económicas, do seguinte modo: 34,3% feirantes/vendedores ambulantes; 21,3% restauração e bebidas; 20,4% comércio; 11,6% serviços; 2,0% funerárias; 10,4% outros.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	26	Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração	O4	5		R	Foram emitidos 78 pareceres sobre projetos de diplomas (Leis, Decretos-Lei e Portarias), de RCM, de Despachos, de Despachos de Laboração Contínua, de pedidos de relevante interesse público em RAN, de Perguntas Parlamentares, bem como apreciação de exposições apresentadas ao Ministro da Economia, dos quais, 52 para os GSEAC e GSEDC, 1 para SGME, 13 para outros destinatários e 12 contributos para outras Direções de Serviço, no prazo médio de 5,7 dias. A taxa de cumprimento foi de 100%, tendo o prazo sido superado em 7 situações. Não houve incumprimentos.
DCSR	27	Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação	O1	1		R	Foi assegurada a representação da DGAE nestes Conselhos, nomeadamente, no Conselho Setorial do Comércio e Marketing - GT Comércio eletrónico (3 reuniões), no Conselho Setorial do Turismo e Lazer (1 reunião) e no Conselho Setorial dos Serviços Pessoais (2 reuniões).

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	28	Promover ações conjuntas com operadores económicos, associações da sociedade civil e outros organismos públicos		3		R	Foram realizadas diversas as ações neste âmbito, com destaque para as seguintes reuniões: enquanto representante da DGAE no "Orçamento Participativo Portugal 2018"; sobre o "Livro de Reclamações"; no âmbito da Comissão de Acompanhamento do estudo "Políticas urbanas, atividades de serviços e atração de não residentes"; no GT para a avaliação do impacto da introdução da tributação das bebidas adicionadas de açúcar; do Conselho Consultivo do INFARMED, do GT Plano de ação saúde Global; do "Steering Espaço Empresa". Reuniões com diversas Associações dos setores do comércio e serviços. Assegurada também a representação da DGAE no Dia de Feirante.
DCSR	29	Assegurar o processo de implementação da medida "Sistema de Incentivos Financeiros para as Lojas com História" do Programa para o Comércio	O2	2		NR	Não houve orientações para o desenvolvimento desta medida.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	30	Assegurar o processo de implementação da medida "Inventário Nacional das Lojas com História" do Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi dada sequência ao desenvolvimento da plataforma que suporta o Inventário Nacional Comércio com História. Das quatro atividades previstas, foram realizadas as 3 primeiras atividades a 100% e 50% da 4.ª atividade (desenvolvimento de uma aplicação APP) que foi incluída na 3.ª atividade, no contexto da reprogramação efetuada de forma a que integrasse a própria plataforma.
DCSR	31	Acompanhamento do PNPOT - Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território	O3	3		R	Foram dados contributos para a identificação de medidas de política setorial na área do comércio e da distribuição, para a Agenda para o Território e para o PNPOT.
DCSR	32	Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo de Ourivesaria/GT Alteração do RJOC	O1	1		R	Foram realizadas seis reuniões no âmbito do Conselho Consultivo de Ourivesaria. A DGAE integrou o GT das "Recomendações de alteração do RJOC", tendo-se realizado 6 reuniões, e o GT do "Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo", tendo-se realizado 3 reuniões.
DCSR	33	Assegurar a representação da DGAE na Comissão de Acompanhamento do Protocolo entre MF, MS, ME e APIFARMA	O1	1		R	A DGAE assegurou a participação nas duas reuniões que esta Comissão realizou.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	34	Assegurar a desmaterialização dos procedimentos no BdE	O3	3		R	Foram desmaterializados 17 processos no BdE: Leiloeiras (6); Prestamistas (6); Diamantes (3); Financiamento colaborativo (2).
DMIS	35	Assegurar resposta às solicitações internas ou externas à DGAE em áreas conexas com o mercado interno dos serviços	O4	5		R	Foram dadas 60 respostas a questões sobre o mercado interno de serviços.
DMIS	36	Contribuir para a posição nacional relativamente a matérias em negociação, a nível europeu, e que tenham implicações para o setor do comércio serviços e restauração			x	R	Foram dados 58 contributos sobre as matérias em negociação, a nível europeu, com implicações para o setor do comércio serviços e restauração.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	37	Coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI)		3		R	Foram efetuados 2 processos no âmbito da Cooperação Administrativa. Foi elaborada uma estratégia de comunicação com os poderes locais no âmbito do procedimento de notificações: criação de formulário de inscrição Google docs; envio de ofícios a 25 CIMS; esclarecimento de questões e inscrição no IMI das respondentes (9); registo de outras entidades (Ordem dos Arquitetos e DGEG). Ainda no contexto das notificações, estruturaram-se várias formas de comunicação mais céleres e eficazes: criação de emails <i>templates</i> para efeitos de comunicação; identificação de pontos focais ministeriais via CIAE; resposta a pedidos de esclarecimento da Comissão no contexto da Notificação 32639 (DGEG). Simultaneamente, estabeleceram-se contactos e reuniões com o IPQ para efeitos de articulação e colaboração futura neste âmbito.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	38	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo	O3	3		R	Foi preparada a portaria do Financiamento Colaborativo (Portaria n.º 131/2018), bem como a elaboração da ficha técnica para o BdE e efetuados os respetivos Testes BdE em colaboração com a AMA. Simultaneamente, enviou-se a comunicação das plataformas para a ASAE e estruturou-se a informação para o site da DGAE sob a forma de FAQ e lista de plataformas ativas, tendo sido prestados vários esclarecimentos via e-mail e telefone.
DMIS	39	Assegurar a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços	O1	1		R	Assegurou-se a representação da DGAE no Grupo de Peritos da Diretiva Serviços; Reuniões <i>Agreement on Data Provision</i> ; Reunião Semestre Europeu; Projeto OCDE/AdC.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DMIS	40	Promover a colaboração com outros EM no âmbito da definição de políticas públicas com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços	O3	3		R	Foram realizadas consultas aos peritos do Mercado Interno dos outros EM sobre a regulamentação das atividades económicas dos feirantes, cabeleireiros e esteticistas e tributação das bebidas adicionadas de açúcar e outros edulcorantes; estabelecimento de contactos vários e alinhamento estratégico com outros EM no âmbito da negociação europeia com destaque para a proposta da diretiva das notificações. De destacar, ainda, a promoção de contactos e a colaboração do domínio da execução do Regulamento do <i>Geoblocking</i> .
DMIS	41	Assegurar a emissão de pareceres técnico-jurídicos nos termos da Diretiva Serviços e dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento	O4	5		R	Foram emitidos 50 pareceres
DMIS	42	Dinamizar consultas aos stakeholders sobre políticas setoriais		3		R	Foram realizadas 3 consultas, com destaque para as consultas sobre o Cartão Eletrónico dos Serviços e a das Plataformas em linha P2B, tendo as mesmas sido enviadas para todas as Confederações e Associação relevantes para o efeito, bem como a entidades/empresas com interesse na matéria, tendo sido efetuados relatórios finais sobre as mesmas.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	43	Assegurar resposta às solicitações internas e externas à DGAE em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração	O4	5		R	Foram dadas respostas a 72 solicitações, relativamente a matérias conexas com as atividades de comércio, serviços e restauração, das quais, 13 para os GSEAC e GSEDC, 16 para outras Direções de Serviço e 33 para outros destinatários Nestes, encontram-se, quer empresas, quer Associações e organismos públicos (Associação Prestamistas; IAPMEI; Tribunais; PCM; ASAE; APCC; GEE; AT; AMA; Municípios). Estas respostas foram dadas num prazo médio de 4,2 dias.
DAP	44	Assegurar e monitorizar a Plataforma "Informação ao Comerciante + Simples" do Programa para o Comércio	O2	2		R	Foi assegurada a elaboração do Site "Área do Comerciante", o qual foi anunciado durante a cerimónia de apresentação do Programa <i>comerciodigital.pt</i> – Qualificar o Comércio e os Serviços para a Economia Digital.
DAP	45	Promover ações em parceria com a Academia, municípios e outras entidades	O5	7		R	No âmbito das sessões com a Academia, foi realizado, em 26-06-2018, o <i>workshop</i> sobre "As Atividades Económicas e o Ordenamento do Território", apresentado pela Prof.ª Teresa Sá Marques.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	46	Assegurar e monitorizar a Plataforma "Comunicar ao Consumidor"	O2	2		R	Foram realizadas seis reuniões técnicas com a AMA, Solércia e SEMA para desenvolvimento, estruturação e disponibilização da plataforma Comunicar ao Consumidor. Processos disponíveis no <i>backoffice</i> da plataforma - 72 pedidos entrados e respondidos.
DAP	47	Assegurar a execução da candidatura SAMA "Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais"	O2	2		R	Atendendo à data da comunicação da aprovação do projeto SAMA (08-08-2018) e respetivo envio dos Termos de Aceitação assinados (04-09-2018) relativamente a um projeto que previa ser iniciado em 9/04/2018, verificou-se um adiamento do início do projeto. Assim, no que concerne ao Estudo do mapa do comércio, foi realizado 50%, cumprindo o indicador 5 do QUAR da DGAE. No que refere ao Estudo das Artes & Ofícios, aguarda-se a decisão da tutela sobre a definição das áreas prioritárias a enquadrar no Estudo, pelo que só foi realizado 50% do projeto.
DAP	48	Assegurar a execução da candidatura SAMA "Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração"	O3	3		R	Foi realizado cerca de 35% do projeto, enquadrando a realização de 100% da 1.ª atividade e cerca de 25% da 2.ª atividade, encontrando-se o processo para adjudicação na SGE.

Matriz de Atividades da DCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DAP	49	Implementar a Plataforma de Acompanhamento do Comércio do Programa para o Comércio	O2	2		CA	Não houve orientações para o desenvolvimento desta medida
DAP	50	Realizar sessões públicas de esclarecimento e informação sobre o exercício das atividades de Comércio, Serviços e Restauração do Programa para o Comércio (Sessões Licenciadas)	O3	3		R	Foram realizadas duas sessões de esclarecimento e capacitação destinadas a interlocutores das Câmaras Municipais e a operadores económicos: uma em Leiria e outra no contexto do Encontro R&B da CM da Moita.
DAP	51	Implementar o sistema de avaliação do grau de satisfação dos destinatários dos serviços	O5	7		R	A avaliação do grau de satisfação dos destinatários dos serviços foi efetuada através de um inquérito realizado pela DGAE <i>online</i> .

## QUADRO XIV

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Matriz de Atividades da DSCSR							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCSR	1	Sessões de capacitação o domínio do RJASR para as CIM				R	Foram realizadas sessões de capacitação no domínio do RJACSR em 3 Comunidades Intermunicipais (Viseu/Dão/Lafões, Aveiro e Coimbra e Leiria)
DMIS	2	Assegurar a cooperação com as autoridades competentes nacionais no âmbito do Mercado Interno de Serviços				R	No contexto do procedimento de notificações, realizou-se, em 09-10-2018, um evento de alinhamento técnico e consolidação da posição nacional com as entidades do Ministério do Ambiente.
DCSR	3	Assegurar a execução da candidatura SAMA "Chatbot"				R	Candidatura apresentada na <i>call</i> de agosto relativa a projetos SAMA.

## QUADRO XV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

A DSCSR identificou, para o ano de 2018, 54 atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

A atividade da DSCSR foi marcada, durante o ano de 2018, pela continuação da consolidação das atividades decorrentes do novo regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro). A caixa de correio [rjacsr.apoio@dgae.min-economia.pt](mailto:rjacsr.apoio@dgae.min-economia.pt) deu resposta a 1.103 pedidos de esclarecimento técnico por parte de agentes económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica dedicada para este atendimento deu resposta a 6.760 pedidos de esclarecimento sobre este regime. Neste âmbito, a Direção de Serviços procedeu ainda à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ.

Tendo a DGAE percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, designadamente, os Municípios, no seguimento da iniciativa iniciada em 2016 e prosseguida em 2017, deu-se continuidade ao Plano de Formação dirigido aos Municípios que incluíam a realização de sessões de capacitação. Neste sentido, em 2018, foram realizados 4 Seminários de capacitação nas Comunidades Intermunicipais (Viseu/Dão/Lafões, Aveiro, Coimbra e Leiria). Também foram realizados 4 Seminários em Espaços Comércio/Espaços Empresa, em Lisboa e no Porto e, ainda, um no Encontro R&B na Moita.

Ao longo do ano, a DSCSR assegurou a emissão de 128 pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela, bem como deu apoio aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia (ME), através da apreciação de exposições, queixas e pontos de situação.

A Direção de Serviços deu resposta a 175 solicitações de contributos no âmbito das suas competências.

No contexto da coordenação da Plataforma do Sistema de Informação do Mercado Interno, procedeu-se à execução de 2 processos no âmbito da Cooperação Administrativa e à elaboração de uma estratégia de comunicação com representantes dos poderes locais, no âmbito do procedimento de notificações (através da criação de formulário de inscrição *google docs* e envio de ofícios às 25 CIM, assim como do esclarecimento de questões e subsequente inscrição no IMI das entidades respondentes). Ainda no contexto das notificações, desenvolveram-se diversas ações com vista a melhor operacionalizar o processo de articulação institucional, designadamente, através da criação de *emails-templates* para efeitos de comunicação, da identificação de pontos focais ministeriais via CIAE e de resposta a pedidos de esclarecimento da Comissão Europeia, no contexto da Notificação 32639 (DGEG). Também no quadro do aprofundamento das relações institucionais com entidades congéneres, estruturou-se uma plataforma de articulação institucional com o IPQ para efeitos de colaboração futura, visando a otimização e eficiência da atuação da DGAE no contexto de uma estratégia conjunta para reforço do procedimento de notificações.

No âmbito das Estratégias do Mercado Interno de bens e serviços e do Mercado Único Digital, a DSCSR teve uma participação ativa, enquanto parte da delegação nacional, ao longo do processo de negociação, destacando-se as propostas de atos legislativos: 1) do Cartão Electrónico de Serviços; 2) das Plataformas em linha; 3) da proposta que prevê o reforço do procedimento de notificações constante da Diretiva Serviços.

Ainda no contexto das Estratégias acima referenciadas e noutras propostas da Comissão com impacto no mercado interno dos serviços, esta Direção de Serviços contribuiu ativamente para a consolidação da posição nacional, nomeadamente, no contexto da negociação do *Single Market Information Tool* (SMIT), do Portal Digital Único, do livre fluxo de dados não pessoais, e do *European Accessibility Act*.

Refira-se, ainda, a colaboração com a Autoridade da Concorrência no âmbito do projeto desenvolvido em parceria com a OCDE sobre a identificação de obstáculos regulamentares no contexto dos setores dos transportes e das profissões regulamentadas.

A Direção de Serviços promoveu o reforço da cooperação entre os Estados-Membros (EM) da UE através da resposta atempada a questões colocadas a Portugal, da realização de consultas aos peritos de outros EM sobre a regulamentação das atividades económicas dos feirantes, cabeleireiros e esteticistas, assim como relativamente à tributação das bebidas adicionadas de açúcar e outros edulcorantes. Simultaneamente, estabeleceram-se contactos vários e alinhamento estratégico com outros EM, no âmbito da negociação Europeia, com destaque para a proposta da diretiva das notificações, num trabalho conjunto, ao nível nacional, com o Ministério do Ambiente. Destaque-se, ainda, a promoção de contactos e colaboração no domínio da execução do Regulamento do *Geoblocking*.

No que se refere aos trabalhos da PARCA (Despacho nº 15480/2011, de 10 de novembro), a DSCSR tem assegurado o apoio técnico à Tutela, quer no âmbito da preparação da apresentação do relatório final do GT das Práticas Individuais Restritivas de Comércio (PIRC), que envolveu, para além da Direção-Geral, a ASAE e a AdC e que foi divulgado, em 2018, na reunião da PARCA, quer na redação dos documentos técnicos que serviram de suporte à audiência parlamentar da Tutela.

A DSCSR promoveu a realização de várias consultas de âmbito nacional ao tecido empresarial português com o intuito de consolidar o conhecimento das necessidades da economia real e de melhor fundamentar a posição nacional no contexto dos atos legislativos propostos pela Comissão Europeia, com destaque para a consulta sobre o Cartão eletrónico dos Serviços e as Plataformas em linha P2B.

No que concerne a candidaturas SAMA, a DGAE viu aprovadas, em 2018, as três candidaturas estruturadas pela DSCSR e apresentadas, em 2017, designadamente: “Lojas com História” no SAMA 1 e “Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e Artes e Ofícios Tradicionais” e “Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de Comércio, Serviços e Restauração” no SAMA 2. Atendendo à data de aprovação destas candidaturas, o primeiro

projeto – SAMA 1 - encontra-se em fase de conclusão, tendo já sido executado 87,5%. Os outros dois projetos – SAMA 2 - somente aprovados em 08-08-2018 e contratualizados em início de setembro, foram iniciados no 3.º trimestre de 2018, perspetivando-se a sua conclusão em 2019. Releva-se, contudo, que, no que diz respeito ao “Mapa do Comércio, Serviços, Restauração”, já foram realizadas, entre julho e início de novembro de 2018, seis reuniões técnicas preparatórias com as diversas entidades relevantes (Autoridade Tributária, INE, INCM, AMA e SGE) para a disponibilização e suporte informático da informação neste contexto, permitindo que cerca de 50% deste projeto já se encontre concluído. De igual modo, o Estudo referente às Artes & Ofícios Tradicionais, já se encontra iniciado, verificando-se uma realização de cerca de 50% do projeto. Deve referir-se que, relativamente a este último projeto, aguarda-se a definição, por parte da Tutela, das áreas prioritárias objeto do estudo, de forma a poder-se lançar o concurso para a realização do Estudo aprovado (3ª atividade).

No contexto do projeto “Lojas com História”, a DGAE estruturou e disponibilizou uma plataforma de informação sobre estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social reconhecidos pelos municípios, a qual constitui a base do Inventário Nacional destes estabelecimentos e entidades, denominada “Comércio com História”.

Quer este projeto, quer o do Mapa do Comércio Serviços e Restauração são ambos projetos Simplex +, respetivamente, Medidas Simplex #225 e #210. Acresce o Projeto *Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples*, Medida Simplex #232, que visa desenvolver e disponibilizar um *chatbot*, para resposta automática a empresas e consumidores relativamente a questões frequentemente colocadas e que, em 2018, foi objeto de uma candidatura SAMA 1 concebida e apresentada pela DGAE.

Ainda neste contexto, e na sequência da implementação de uma plataforma que permitiu operacionalizar a Medida Simplex #133 “*Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples*”, concluída pela DGAE no primeiro semestre de 2018, contabilizaram-se, no semestre subsequente, o registo de 729 utilizadores na

plataforma Comunicar ao Consumidor, que criaram 344 projetos e 1.082 painéis, tendo sido, ainda, criados e exportados 2.713 painéis por utilizadores sem registo. As 3 NUTS III que registaram maior exportação de painéis foram, sequencialmente, Grande Lisboa, Algarve e Baixo Vouga, verificando-se que a maior utilização da plataforma se registou no mês de novembro, seguido dos meses de julho e de outubro.

É, ainda, de referir que se procedeu à apresentação do Site “Área do Comerciante” durante a cerimónia de apresentação do Programa *comérciodigital.pt – Qualificar o Comércio e os Serviços para a Economia Digital*, promovida pela ACEPI e pela CCP, em Viana do Castelo.

Foi assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente, Conselho Setorial Comércio e Marketing - GT Comércio eletrónico, Conselho Setorial do Turismo e Lazer, Conselho Setorial Serviços Pessoais, Conselho Consultivo de Ourivesaria - GT Recomendações de alteração do RJOC, GT Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, GT para a avaliação do impacte da introdução da tributação das bebidas adicionadas de açúcar, GT IVA da Restauração, GT Informação Empresarial Simplificada para a definição do Anexo R. A DSCSR assegurou, ainda, a participação ativa da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT), no contexto dos pedidos de certificação das produções tradicionais, bem como nas reuniões e sessões de trabalho no âmbito do GT Comércio Investe e na 15.ª Reunião do GT das Classificações Económicas e Sociais (CSE), na esfera do Conselho Superior de Estatística.

A DGAE esteve, ainda, representada no Orçamento Participativo Portugal 2018, na Comissão de Acompanhamento do estudo “*Políticas urbanas, atividades de serviços e atração de não residentes*”, no Conselho Consultivo do INFARMED, no “*Steering Espaço Empresa*” e na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas. A DGAE também foi ponto focal do Ministério da Economia no PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Em 2018, a DGAE, em representação do ME, participou nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do “Acordo 2016-2018 entre os Ministérios da Economia,

da Saúde e das Finanças e a Indústria farmacêutica” com vista à redução dos encargos para o Serviço Nacional de Saúde da despesa pública com medicamentos.

Foram, também, emitidos 88 certificados de experiência profissional a sócios gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043 inclusive.

No contexto das competências da DGAE no âmbito da Convenção de Preços de Táxis, foram dadas respostas a 195 pedidos de operadores económicos relativamente à disponibilização de Convenções e respetivos autocolantes.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley* (importação e exportação de diamantes em bruto), nomeadamente, com a emissão de 2, 12 e 15 títulos de autorização e licenças, respetivamente. Foram igualmente elaborados 8 relatórios ao abrigo do Regime de Autorização Conjunta, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais/conjuntos comerciais.

No que concerne à atualização dos registos de dissoluções das empresas enquadradas pela DSCSR, no ano de 2018, foram inseridos 14.201 registos comunicados pelo IRN.

Foi prosseguida a colaboração com a AMA na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos às atividades de comércio, serviços e restauração no BdE, o que permitiu a desmaterialização dos regimes da atividade prestamista, leiloeira e importação e exportação de diamantes em bruto.

Complementarmente e na sequência do desenvolvimento, em 2016, do projeto do Cadastro Único Empresarial (CUE), promovido pela DGAE em articulação com a SGE, estas entidades reiniciaram no final de 2018, a colaboração com a AMA para a determinação dos requisitos técnicos específicos para ligar o CUE ao Balcão do Empreendedor, por forma a atualizar os dados relativos aos licenciamentos comerciais ao abrigo dos diversos regimes de atividades [RJACSR, prestamistas, leiloeiras e importação e exportação de diamantes em bruto].

Ainda no contexto da simplificação e desmaterialização dos procedimentos, no âmbito do regime do Financiamento Colaborativo, efetuou-se a sua operacionalização, através da estruturação da Portaria n.º 131/2018, elaboração da ficha técnica para o BdE e correspondentes testes de desenvolvimento e aceitação, em colaboração com a AMA. Simultaneamente, a DSCSR elaborou e disponibilizou, no *site* da DGAE, toda a informação sob a forma de FAQ e lista destas plataformas ativas, prestando, sistematicamente, esclarecimentos aos *stakeholders*.

**QUADRO XVI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)**

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	1	Assegurar a representação nacional nas reuniões do Rótulo Ecológico da União Europeia, enquanto organismo competente	O1	1		R	Foi assegurada a participação na totalidade das reuniões de governação do REUE, que tiveram lugar em Bruxelas (Comité REUE (3), Comité Regulamentador REUE (1) e Fórum dos Organismos Competentes (3)).
DDS	2	Assegurar respostas às solicitações no âmbito dos procedimentos das candidaturas do Sistema de Rótulo Ecológico da União Europeia	O4	3		R	Os procedimentos relativos à gestão dos procedimentos REUE a nível nacional foram implementados, bem como asseguradas as respostas a todas as solicitações por parte dos operadores económicos.
DDS	3	Assegurar os procedimentos no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia (Produtos e Serviços)	-	4		R	Em 2018 foram submetidas 11 candidaturas à obtenção de licenças REUE, tendo sido atribuídas 4 licenças no âmbito das “Tintas e vernizes para interiores e exteriores” (1), “Produtos de papel <i>tissue</i> ” (2) e “Alojamento turístico” (1).

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	4	Assegurar a participação da DGAE nos diversos Grupos e Redes relativos à Responsabilidade Social das Empresas (RSE)	O1	1		R	Foi assegurada a participação nas duas reuniões anuais do Grupo de Trabalho sobre "Conduta Empresarial Responsável" da OCDE.
DDS	5	Proceder à implementação do Plano de Ação Nacional sobre a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos	-	2		T	O "Plano de Ação Nacional Sobre Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos" encontra-se em revisão, tendo em vista uma nova submissão em 2019.
DDS	6	Acompanhar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e aplicação das <i>Guidelines</i> OCDE para empresas Multinacionais (relativas à responsabilidade social) e assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional	O1	1		R	Enquanto Ponto de Contacto Nacional para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, foi assegurada a participação em reuniões do Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável (1), dos Pontos de Contacto Nacionais (2) e no Fórum Global de Conduta Empresarial Responsável (1), que tiveram lugar em Paris.
DDS	7	Rever as funções de Ponto de Contacto Nacional no domínio das <i>Guidelines</i> OCDE para as empresas Multinacionais (relativas à responsabilidade social)	O3	2		T	A revisão dos procedimentos respeitantes ao "Ponto de Contacto Nacional para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais" transitou para 2019.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	8	Representar, no quadro do ME, a articulação de Políticas sobre Cidadania, Igualdade de Género, Direitos Humanos e Migrações com políticas de empresa e crescimento sustentável, nomeadamente os Planos Nacionais relativos à Violência Doméstica, Tráfico de Seres Humanos e Igualdade e Direitos Humanos	O1	1		R	Foi assegurada a participação na reunião anual do "Fórum das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Empresas", nas reuniões no âmbito da "Carta Portuguesa para a Diversidade" (7), sobre o "Combate ao Tráfico de Seres Humanos" (1), da "Rede RSO PT" (10), da "Comissão Nacional dos Direitos Humanos" (3), do "Conselho para as Migrações" (3) e no lançamento da Ficha Setorial da Responsabilidade Social nas Entidades Públicas em colaboração com o GRACE.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	9	Participar e contribuir para a articulação de Políticas sobre Cidadania, Igualdade de Género, Direitos Humanos e Migrações com políticas de empresa e crescimento sustentável, nomeadamente os Planos Nacionais relativos à Violência Doméstica, Tráfico de Seres Humanos e Igualdade e Direitos Humanos	O3	2		R	<p>Enquanto Ponto de Contacto Nacional (PCN) da OCDE para as Diretrizes para as Empresas Multinacionais, foi organizado um workshop na DGAE sobre “A Conduta Empresarial Responsável enquanto Vantagem Competitiva” (11/12). Foram elaborados contributos para o 4.º Relatório da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais”, para a resposta às recomendações do Relator Especial sobre o Direito à Água Potável e ao Saneamento, para o Plano e Relatório de Atividades da CNDH, para o relatório relativo ao Exame Periódico Universal e para o projeto de recomendações do Gabinete do ACDH sobre o "Accountability and Remedy Projet II". Foi assegurada a participação no Seminário "Responsabilidade Social das Empresas em Portugal: Perspetivas e Desafios" (9/11), que visava a apresentação dos resultados do “Primeiro Inquérito Nacional Sobre Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos”. No âmbito dos trabalhos no contexto da Rede de Responsabilidade Social das Organizações (RSOPT) foi desenvolvida a brochura “Pessoas com deficiência são importantes para as empresas: Linhas Orientadoras”.</p>

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	10	Realização de ações de divulgação sobre o Plano Nacional de Ação sobre Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos		5		T	A proposta do Plano de Ação Nacional Sobre Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos, submetido à Tutela em 2017, encontra-se em revisão para nova submissão em 2019.
DDS	11	Representar o ME no contexto do dossiê Comércio de Emissões (CELE, Não CELE - <i>Effort Sharing</i> e LULUCF) e do pacote Energia/Clima proposta de Regulamento sobre a monitorização, reporte e verificação de veículos pesados, proposta de Regulamento sobre emissões de CO2 nos veículos ligeiros e proposta de Diretiva relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes), incluindo a participação na Assembleia Geral da ADENE.	O1	1		R	Tendo em vista consolidar a posição MAEC sobre estes temas, foi assegurada a participação em reuniões com o IAPMEI (2), e igualmente em reuniões com o MNE/DGAE e com o MATE/APA, I.P./MATE (4), visando a consensualização da posição nacional. Foi ainda assegurada a participação na Assembleia Geral da ADENE.
DDS	12	Assegurar a gestão do dossiê Comércio de Emissões (CELE, Não CELE - <i>Effort Sharing</i> e LULUCF) e do pacote Energia/Clima (proposta de Regulamento sobre a monitorização, reporte e verificação de veículos pesados, proposta de Regulamento sobre emissões de CO2 nos veículos ligeiros e proposta de Diretiva relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes), incluindo no contexto da Assembleia Geral da ADENE.	O4	3		R	Foram analisadas e preparadas propostas de posição (cerca de uma centena) no domínio da temática descarbonização e cumprimento das metas do Acordo de Paris, na perspetiva das atividades económicas sobre os vários cenários submetidos para apreciação através da DS Assuntos Europeus da DGAE.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	13	Representar o ME nos Grupos de Trabalho relativos às Alterações Climáticas (Grupo de Coordenação da ENAAC), bem como na Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), no Conselho Nacional da Água, nos Conselhos Hidrográficos Regionais e na Comissão de Acompanhamento da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha	O1	1		R	Foi assegurada a participação nas reuniões do Grupo de Coordenação da ENAAC (3). Enquanto responsável pelo Grupo de Trabalho Economia e coordenadora dos subgrupos (subgrupo Turismo, da responsabilidade do Turismo de Portugal I.P., subgrupo Indústria, da Responsabilidade do IAPMEI I.P. e subgrupo Comércio e Serviços da responsabilidade da DS Comércio, Serviços e Restauração da DGAE, foi elaborado o contributo setorial para o 2.º relatório intercalar.
DDS	14	Assegurar a intervenção da DGAE no âmbito das compras públicas ecológicas, nomeadamente através da participação no GT4 criado ao abrigo da ENCPE 2020 e noutros fora	O4	3		R	Foi assegurada a participação nas reuniões do GT4 (Papel de cópia e papel para usos gráficos) da ENCPE, no âmbito das quais foi elaborado o manual com os critérios de contratação pública ecológica para “Papel de cópia e impressão”, que esteve em consulta pública até 28 de dezembro de 2018.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	15	Assegurar a representação do ME/DGAE em diferentes fora ou eventos não especificados noutras atividades	O1	1		CA	A atividade respeitante à participação no GT sobre a fiscalidade que incide sobre a energia encontra-se descrita na folha "Atividades não previstas".
DDS	16	Representar a DGAE ou o ME em iniciativas e ações relevantes para o desenvolvimento sustentável, assim como apoio à área europeia e internacional neste domínio	O1	1		CA	Os trabalhos desenvolvidos no âmbito das atividades 06 e 11 contribuíram para o cumprimento desta atividade.
DDS	17	Promover e divulgar iniciativas e ações relevantes no contexto do desenvolvimento sustentável		5		R	Divulgação do REUE, através da participação no <i>Workshop</i> "Economia Circular" organizado pela CIM Oeste (19/10) e no <i>Workshop</i> "Compras Públicas", organizado pela CIM Coimbra (22/11).
DEC	18	Assegurar a representação da DGAE em reuniões de matérias na área da Sustentabilidade Empresarial, no âmbito do Plano de Ação da UE sobre Economia Circular	O1	1		R	Foi assegurada a participação numa reunião do Grupo Ambiente do Conselho no contexto da negociação da Diretiva "Plásticos de Uso Único" integrado no Plano de Ação da UE para a Economia Circular e na Conferência " <i>Circular Economy Stakeholder Platform</i> ".

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	19	Acompanhar iniciativas legislativas enquadradas no Plano de Ação da UE sobre Economia Circular no âmbito das matérias que são acompanhadas pela DGAE		2		R	Foram elaborados vários contributos para apoiar a posição PT no âmbito da negociação da Diretiva "Plásticos de Uso Único".
DEC	20	Assegurar a representação da DGAE no contexto da implementação do Plano de Ação Nacional para a Economia Circular	O1	1		R	Foram elaborados contributos para resposta a solicitações da Tutela no âmbito da implementação do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal.
DEC	21	Apoio à área europeia e internacional da DGAE, assegurando a representação da DGAE em fora na área da economia circular	O1	1		R	Foram elaborados vários contributos em resposta a solicitações da Tutela ou a pedido das DS Assuntos Europeus e Comércio Internacional da DGAE, para apoiar a consolidação da posição de PT no âmbito de matérias relacionadas com o tema da Economia Circular.
DEC	22	Assegurar a preparação de contributos para intervenção externa garantindo resposta às diferentes solicitações a nível europeu e ou internacional	O4	3		R	Foram elaborados vários contributos no âmbito da negociação da proposta de Regulamento "Fertilizantes", para o segundo relatório interino do STRUBIAS, para o Comité Regulamentador dos Fertilizantes, para o Grupo de Harmonização Técnica dos Fertilizantes e para o Grupo de Trabalho dos Fertilizantes.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	23	Assegurar a representação de PT na negociação do Regulamento n.º 2003/2003 (Matérias fertilizantes)	O1	1		R	Foi assegurada a participação em reuniões do Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica dos Fertilizantes (2), do Grupo de Trabalho Fertilizantes (1) e no Comité Regulamentador dos Fertilizantes da Comissão Europeia (1).
DEC	24	Elaborar recomendações ou propostas relevantes que decorram da participação nas reuniões de negociação do Regulamento n.º 2003/2003 (Matérias fertilizantes)	O3	2		NR	Na medida em que o mandato do Conselho da União Europeia foi alcançado em dezembro de 2017, em 2018, o processo de negociação relativamente à alteração ao Regulamento (CE) n.º 2003/2003 decorreu em sede de trílogos com o Parlamento Europeu, i.e., a um nível político, razão pela qual não foram emitidas recomendações ou propostas.
DEC	25	Assegurar a implementação dos procedimentos para o Registo Nacional das Matérias Fertilizantes não Harmonizadas, incluindo a participação nos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos no BdE (Balcão Único)	-	-	x	R	Foram realizados testes de operacionalização dos respetivos formulários em colaboração com a Agência de Modernização Administrativa (AMA).

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	26	Assegurar a análise e a decisão sobre pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas	O4	3		R	Foram submetidos 176 pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, tendo sido deferidos 77 e indeferidos 99. Foram ainda analisados e deferidos 5 pedidos de aditamento de novos tipos de matérias fertilizantes, tendo ainda sido dadas respostas a uma centena de pedidos de esclarecimento enviados por operadores económicos âmbito de dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015.
DEC	27	Assegurar a participação da DGAE na Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar	O1	1		R	Foi assegurada a participação nas reuniões plenárias da CNCDA (2) e do Subgrupo 4 (Medida 11 - Promover locais específicos para venda do "Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar"). Adicionalmente, a DGAE, conjuntamente com a DGAV e o GPP assinaram, a 16/10, um Compromisso Voluntário com a APED, com vista à implementação de iniciativas para cumprimento da referida medida 11.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	28	Assegurar a participação da DGAE na Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas e na Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição.	O1	1		R	Foi assegurada a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas (2).
DEC	29	Assegurar a participação da DGAE nos trabalhos da Coligação para o Crescimento Verde (reuniões plenárias, GT Resíduos, GT Compras Públicas e GT Energia e Clima)	O1	1		CA	Não foram convocadas reuniões no âmbito dos trabalhos da "Coligação para o Crescimento Verde" acompanhados pela DSSE.
DEC	30	Garantir a emissão de pareceres e ou contributos no âmbito da participação nos trabalhos da Coligação para o Crescimento Verde (reuniões plenárias, GT Resíduos, GT Compras Públicas e GT Energia e Clima)	O4	3		CA	Não foram convocadas reuniões no âmbito dos Grupos de Trabalho da "Coligação para o Crescimento Verde" acompanhados pela DSSE.
DEC	31	Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e no Conselho Tarifário da ERSAR	O1	1		R	Foi assegurada a participação nas reuniões do Conselho Consultivo da ERSAR (2) e do Conselho Tarifário da ERSAR (1).
DEC	32	Participar em Grupo de Trabalho, em representação do ME, visando a consolidação legislativa na área da gestão de resíduos (Projeto UNILEX I e Projeto UNILEX II)	O1	1		CA	Não foram convocadas reuniões neste contexto.
DEC	33	Assegurar a elaboração de propostas de alteração legislativa e outros pareceres no âmbito da preparação dos textos legislativos consolidados na área da gestão de resíduos	O3	2		R	Foram elaborados contributos no contexto de propostas legislativas tendo em vista a implementação de um sistema de incentivo à devolução de embalagens de plástico não reutilizáveis de bebidas.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	34	Assegurar o co-licenciamento das entidades gestoras nos diversos Sistemas Integrados de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos	O4	3		CA	Em 2018, não foram submetidos cadernos de encargos tendo em vista o licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	35	Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos	O4	3		R	Foram analisados modelos de prestação financeira (incluindo as matrizes de bonificação/penalização para os fluxos de embalagens e resíduos de embalagens (4) e veículos em fim de vida (1)), planos de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais). Foi ainda assegurada a participação nas reuniões do Conselho Consultivo da CAGER, do Secretariado Técnico da CAGER e de subgrupos da CAGER (Grupos de Trabalho “Especificações Técnicas de Recolha Seletiva”, “Free-Riding”, “Simplificação de requisitos de reporte” e “Metodologia de medição”). Foram elaborados, em conjunto com a APA, I.P., documentos de apoio à atividade das entidades gestoras e circulares informativas relativas a questões de interpretação e aplicação da legislação aplicável.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	36	Proceder ao acompanhamento da revisão e transposição das Diretivas incluídas no «Pacote Resíduos».	O4	3		CA	Em 2018, não foram solicitados contributos no domínio da transposição das Diretivas incluídas no «Pacote Resíduos».
DEC	37	Elaborar a proposta legislativa visando a revisão do Decreto-Lei n.º 103/2015, de forma a contribuir para a melhoria do acesso do setor empresarial à atividade de produção de matérias fertilizantes não harmonizadas	O3	2		R	Em setembro de 2018, foi submetido à Tutela uma proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 103/2015.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	38	Assegurar a participação da DGAE em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de sustentabilidade empresarial e economia circular, como os Green Project Awards	03	2		R	A DGAE assegurou a participação como jurado e parceiro institucional nas seguintes iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de sustentabilidade empresarial: “Green Project Awards 2018” (categoria “Turismo”), “Prémio Inov.Ação Valorpneu” (categorias “Negócio & Inovação” e “Comunidade & Educação”), “Ponto Verde Open Innovation” da Sociedade Ponto Verde e “Novo Verde Packaging Universities Award” da Novo Verde. No contexto da referida iniciativa da Novo Verde, a DGAE participou ainda como oradora nas ações de formação nos estabelecimentos de ensino superior candidatos ao prémio, no sentido de sensibilizar para o tema da “Economia Circular” (Faro, Beja, Coimbra, Aveiro, Açores, Madeira, Lisboa e Porto).

## QUADRO XVII

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	1	Co-licenciamento de sistemas individuais de gestão de resíduos	4	3		R	Foi analisado um caderno de encargos para a gestão de um sistema individual de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (nova competência atribuída à DGAE decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro).
DEC	2	Assegurar o cumprimento da obrigação prevista no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017 (Avaliação da aplicação do modelo de atribuição de licenças para entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos)	1	2		R	Foi elaborado um protocolo de colaboração entre a DGAE e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., tendo em vista a preparação do procedimento concursal para aquisição de serviços para a elaboração do estudo que proceda à avaliação da aplicação do modelo de atribuição de licenças para entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	3	Avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil	1	2		R	Na sequência da criação, através do Despacho n.º 1316/2018, de 7/02, de um Grupo de Trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil, constituído por representantes da DGAE, da Direção-Geral do Consumidor, da Agência Nacional de Inovação e da Autoridade Tributária, e coordenado pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., foi apresentado em maio um relatório de progresso, que evidenciava a necessidade de obtenção de informação adicional determinante para a apresentação de medidas, com base numa avaliação do impacto económico, fiscal, social e ambiental. Na sequência da publicação do Despacho n.º 8478/2018, de 3 de setembro, o referido Grupo de Trabalho apresentou o relatório final às respetivas Tutelas no dia 28/12, o qual inclui propostas de recomendações de políticas públicas no domínio dos produtos descartáveis de plástico.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	4	Colaboração com a Academia	1	2		R	No quadro dos protocolos de colaboração assinados com a Academia, a DGAE apoiou institucionalmente e participou na iniciativa CROSSIDEAS, cofinanciada pelo <i>EIT Climate-KIC</i> , cujo principal objetivo consistia em promover e facilitar o encontro entre PME e os Centros de Investigação da FCT NOVA, sensibilizando para a relevância da investigação e da inovação no contexto da economia circular, da transição energética e da adaptação às alterações climáticas, tendo ainda realizado uma intervenção na “Unidade Curricular de Sistemas de Tratamento de Resíduos” do 5.º ano do “Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente” da FCT NOVA e coorientado uma dissertação de mestrado na área de gestão de resíduos do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DDS	5	Analisar a fiscalidade que incide sobre a energia	1	2		R	Na sequência da criação, através do Despacho n.º 2835/2018, de 20/03, de um Grupo de Trabalho com a missão de promover uma análise da fiscalidade que incide sobre a energia num quadro de descarbonização da economia, foi assegurada a participação nas reuniões do referido GT (10) que decorreram entre junho e outubro, tendo sido analisados os vários programas que possibilitem terminar com os apoios, subsídios ou isenções fiscais sobre combustíveis fósseis, mas de forma a minimizar eventuais impactos para a economia, nomeadamente nas indústrias intensivas em energia. O relatório de diagnóstico da fiscalidade sobre a energia e propostas de medidas de atuação visando a introdução dos sinais corretos para a descarbonização da economia foi apresentado em novembro.

Matriz de Atividades da DSSE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DEC	6	Apoio técnico no âmbito de Audiência Parlamentar ao SEAC	1			R	Foi prestado apoio técnico no âmbito da audiência parlamentar solicitada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para a prestação de informação relativa à negociação dos teores de cádmio nos adubos fosfatados no contexto da revisão do Regulamento n.º 2003/2003 (Matérias Fertilizantes).

#### QUADRO XVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

No contexto da temática “Economia Circular”, a DSSE acompanhou o desenvolvimento das medidas do “Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, salientando-se em particular o acompanhamento da negociação da proposta de Diretiva relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.

No que diz respeito à execução do “Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal” (PAEC), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, a DSSE, no âmbito das suas várias áreas de atuação, tem desenvolvido ações que contribuem para a execução de várias medidas constantes do Plano e que são descritas seguidamente.

Na sequência da criação, através do Despacho n.º 1316/2018, de 7 de fevereiro, de um Grupo de Trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil, constituído por representantes da Direção-Geral das Atividades Económicas (DSSE), da Direção-Geral do Consumidor, da Agência Nacional de Inovação e da Autoridade Tributária, e coordenado pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., foi apresentado, em maio, um relatório de progresso que evidenciava a necessidade de obtenção de informação adicional determinante para a apresentação de medidas, com base numa avaliação do impacto económico, fiscal, social e ambiental. Na sequência da publicação do Despacho n.º 8478/2018, de 3 de setembro, o referido Grupo de Trabalho apresentou o relatório final às respetivas Tutelas no dia 28 de dezembro, o qual inclui propostas de recomendações de políticas públicas no domínio dos produtos descartáveis de plástico.

A DSSE assegurou a participação como jurado e parceiro institucional em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de sustentabilidade empresarial, designadamente: *“Green Project Awards 2018”* (categoria *“Turismo”*), *“Prémio Inov.Ação Valorpneu”* (categorias *“Negócio & Inovação”* e *“Comunidade & Educação”*), *“Ponto Verde Open Innovation”* da Sociedade Ponto Verde e *“Novo Verde Packaging Universities Award”* da Novo Verde. No contexto da referida iniciativa da Novo Verde, a DSSE participou ainda como oradora nas ações de formação nos estabelecimentos de ensino superior candidatas ao prémio, no sentido de sensibilizar para o tema da *“Economia Circular”* (Faro, Beja, Coimbra, Aveiro, Açores, Madeira, Lisboa e Porto).

A DSSE assegurou ainda a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), no âmbito da qual, em conjunto com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), enquanto organismos da Administração Pública responsáveis pela promoção da Medida 11 (Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício) do *“Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar”*, e com o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), assinaram, a 16 de outubro e sob a égide do *«Dia Mundial da Alimentação»*, um Compromisso Voluntário para o setor do retalho agroalimentar a vigorar até 31 de dezembro de 2020 com a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), tendo em

vista a implementação de iniciativas de forma a *“garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo”*.

No domínio da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DSSE deu continuidade às atividades de licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis (6) fluxos específicos de resíduos [embalagens e resíduos de embalagens (incluindo os subfluxos resíduos de embalagens e medicamentos e resíduos de embalagens em agricultura), veículos em fim de vida, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores], tendo dado particular atenção a matérias de cariz económico-financeiro, visando uma maior eficácia e eficiência na aplicação do princípio da responsabilidade alargada do produtor, quer em termos de impactos para as entidades gestoras, quer para os operadores económicos e para os consumidores.

Importa neste contexto salientar que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que veio consolidar num único diploma o regime jurídico dos fluxos específicos de resíduos assentes no princípio da responsabilidade alargada do produtor, a DGAE, através da DSSE, passou também a intervir no acompanhamento da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras de resíduos de pilhas e acumuladores, aumentando para 16 o conjunto de entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de resíduos que, a partir de 1 de janeiro de 2018, são monitorizadas por esta Direção-Geral, bem como no licenciamento de sistemas individuais de gestão de resíduos no âmbito da responsabilidade alargada do produtor.

Neste contexto, foram analisados um conjunto de documentos que incluem cadernos de encargos (1), modelos de prestação financeira (incluindo as matrizes de bonificação/penalização para os fluxos de embalagens e resíduos de embalagens (4) e veículos em fim de vida (1)), planos de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais). Salienta-se ainda a participação da DSSE no Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), bem

como nas reuniões do Conselho Consultivo da CAGER e nas reuniões de subgrupos da CAGER (Grupos de Trabalho “Especificações Técnicas de Recolha Seletiva”, “Free-Riding”, “Simplificação de requisitos de reporte” e “Metodologia de medição”).

No domínio das competências da DGAE no âmbito do quadro legal em matéria de resíduos, foram elaboradas conjuntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., documentos de apoio à atividade das entidades gestoras e circulares informativas relativas a questões de interpretação e aplicação da legislação aplicável, destacando-se ainda a participação da DSSE em várias iniciativas promovidas pelas entidades gestoras desenvolvidas no âmbito das obrigações previstas nas respetivas licenças. Também de salientar a apresentação de uma comunicação no Colóquio “Embalagem Alimentar”, promovido pela “Comissão de Especialização em Engenharia Alimentar” com a colaboração dos Colégios de “Engenharia Química e Biológica” e de “Engenharia do Ambiente” da Ordem dos Engenheiros, que teve lugar no dia 23 de março na sede da OE em Lisboa.

No âmbito da responsabilidade da DGAE pela gestão do “Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas”, com vista à sua colocação no mercado nacional, em 2018 foram submetidos 176 pedidos de inscrição no Registo, tendo a DSSE deferido 77 pedidos de inscrição e indeferido 99, bem como 5 pedidos de aditamento de novos tipos de matérias fertilizantes, tendo ainda assegurado respostas a aproximadamente uma centena de pedidos de esclarecimento a operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes e assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, relativo aos adubos.

No domínio dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos referentes aos serviços a prestar através do BdE previstos no Decreto-Lei n.º 103/2015, foram realizados testes de operacionalização dos respetivos formulários em colaboração com a AMA.

Considerando particularmente a necessidade de alterar o Anexo I do Decreto-Lei n.º 103/2015, no sentido de incluir as 6 novas denominações de tipo propostas por operadores económicos e aprovadas pela DGAE entre 2017 e 2018, a DSSE promoveu adicionalmente reuniões bilaterais com os vários organismos que colaboram na implementação do referido diploma, tendo em 2018 submetido à Tutela uma proposta que consubstancia a primeira alteração legislativa do Decreto-Lei n.º 103/2015, cujo processo legislativo se encontra a decorrer.

A DSSE acompanhou ainda, em representação de Portugal e a nível da União Europeia, as reuniões do Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica que desenvolveu os trabalhos de revisão do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos adubos, bem como as reuniões do Grupo de Trabalho dos Adubos e do Comité de Regulamentação dos Adubos. Foi assegurado apoio técnico no âmbito da audiência parlamentar solicitada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para a prestação de informação relativa à negociação dos teores de cádmio nos adubos fosfatados no contexto da revisão do Regulamento (CE) n.º 2003/2003.

A DSSE, em representação da DGAE enquanto Organismo Competente Nacional para o Sistema de “Rótulo Ecológico da União Europeia” (REUE), participou nas reuniões de governação a nível da União Europeia, designadamente no Comité REUE, Comité Regulamentador REUE e Fórum dos Organismos Competentes.

A nível nacional, assegurou as respostas a todas as questões colocadas por operadores económicos e deu continuidade à análise das candidaturas, tendo no ano de 2018 sido submetidas 11 candidaturas à obtenção de licença de utilização do REUE e atribuídas 4 licenças no âmbito das “Tintas e vernizes para interiores e exteriores”, “Produtos de papel *tissue*” e “Alojamento turístico”. Em termos de ações de divulgação do REUE, apresentou comunicações no *Workshop* “Economia Circular” em Peniche, organizado pela CIM Oeste (19 de outubro) e no *Workshop* “Compras Públicas” em Coimbra, organizado pela CIM Coimbra (22 de novembro).

A 31 de dezembro de 2018 encontravam-se válidas 16 licenças de utilização do REUE no domínio dos grupos de produtos “Produtos cosméticos enxaguáveis”, “Produtos de limpeza lava tudo e limpeza para instalações sanitárias”, “Tintas e vernizes para interiores e exteriores”, “Produtos de papel *tissue*” e “Papel de cópia e papel para usos gráficos”, que na totalidade incluem um conjunto de 1718 marcas comerciais, bem como 1 licença de utilização do REUE a serviços de “Alojamento turístico”.

No âmbito da Estratégia Nacional da Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), a DSSE integrou o grupo de trabalho prioritário GT4 respeitante ao grupo de produtos “Papel de cópia e papel para usos gráficos”, no âmbito do qual foi elaborado o manual com os critérios de contratação pública ecológica para “Papel de cópia e impressão”, que esteve em consulta pública até 28 de dezembro de 2018.

Na área da Responsabilidade Social, a DGAE participou nas seguintes ações de divulgação:

- Apresentação subordinada ao tema “Papel do Estado em matéria de Conduta Empresarial Responsável” no Seminário “Responsabilidade Social das Empresas em Portugal: Perspetivas e Desafios”, organizado pela CEEP-Portugal (Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral) em conjunto com o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), realizado no dia 9 de novembro, no Auditório do Metropolitano de Lisboa;
- Organização pela DSSE de um *Workshop* sobre “A Conduta Empresarial Responsável enquanto Vantagem Competitiva”, no dia 11 de dezembro, nas instalações da DGAE, no quadro das obrigações enquanto Ponto de Contacto Nacional da OCDE para as Empresas Multinacionais, e no qual foi apresentada a brochura “Pessoas com deficiência são importantes para as empresas: Linhas Orientadoras” desenvolvida pela Rede Nacional de Responsabilidade Social (RSO PT).

Destaca-se ainda a representação do Ministério na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), através da participação em reuniões e no desenvolvimento e coordenação de contributos sobre diversas temáticas no contexto de instrumentos de política pública na área dos direitos humanos, incluindo para o “4.º Relatório da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais”, para a resposta às recomendações do Relator Especial sobre o Direito à Água Potável e ao Saneamento, para o “Plano e Relatório de Atividades da CNDH”, para o relatório relativo ao “Exame Periódico Universal” e para o projeto de recomendações do Gabinete do ACDH sobre o “*Accountability and Remedy Project II*”.

No quadro da descarbonização da economia, a DSSE analisou e preparou propostas de posição no que diz respeito a três propostas de Regulamento respeitantes a emissões de CO<sub>2</sub> e à proposta de Diretiva relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes, na perspetiva do cumprimento das metas ambientais, mas acautelando simultaneamente as atividades económicas e em particular, a indústria nacional.

Por outro lado e na sequência da publicação do Despacho n.º 2835/2018, de 20 de março, que determinou a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de promover uma análise da fiscalidade que incide sobre a energia, visando designadamente identificar e estudar os incentivos prejudiciais ao ambiente e propor a sua eliminação progressiva, bem como a revitalização da taxa de carbono, tendo em consideração eventuais impactos nos setores económicos abrangido, a DSSE integrou o referido Grupo de Trabalho e participou na elaboração de um relatório de diagnóstico da fiscalidade sobre a energia, o qual inclui também propostas de medidas de atuação visando a introdução dos sinais corretos para a descarbonização da economia.

No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), foi assegurada a participação nas reuniões do Grupo de Coordenação EN AAC e enquanto coordenador do Grupo de Trabalho “Economia” (indústria, comércio e serviços e turismo) foi elaborado o contributo setorial para o 2.º relatório intercalar.

No quadro dos protocolos de colaboração assinados com a Academia, a DGAE apoiou institucionalmente e participou enquanto oradora na iniciativa CROSSIDEAS, cofinanciada pelo *EIT Climate-KIC*, cujo principal objetivo consistia em promover e facilitar o encontro entre PME e os Centros de Investigação da FCT NOVA, sensibilizando para a relevância da investigação e da inovação no contexto da economia circular, da transição energética e da adaptação às alterações climáticas, tendo a DSSE realizado uma intervenção na “Unidade Curricular de Sistemas de Tratamento de Resíduos” do 5.º ano do “Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente” da FCT NOVA e coorientado uma dissertação de mestrado na área de gestão de resíduos do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

**QUADRO XIX**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)**

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	1	Dinamizar a implementação em PT da Iniciativa Europeia Small Business Act (SBA) para a Europa		3		R	Foi cumprido o objetivo previsto com a realização das seguintes reuniões: Rede SME Envoys Copenhaga, 22 e 23 março; Nicósia, 05 e 06 julho; Bruxelas, 25 setembro, Graz 19 de novembro. Reunião do SHERPAS em Bruxelas, no dia 22 fevereiro. Foi de grande relevância a participação da DGAE nestas reuniões, substituindo por vezes o SME Envoy. Trata-se de um Fórum privilegiado de debate de questões direcionadas para as PME.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	2	Assegurar a representação nacional no âmbito da UE no Grupo da Cooperação Euromed - Indústria	O1	1		R	Foi cumprido o objetivo com a realização das reuniões em Bruxelas, em 13 e 14 de março e em Barcelona, a 3 de dezembro. Este grupo de peritos apresenta agora nova designação UpM - Cooperação Industrial e pretende desenvolver essa cooperação entre a U.E. e os países vizinhos do mediterrâneo como parte da Política Europeia de Vizinhança.
DPE	3	Representar o ME no Comité Espaço Europeu I&I (ERAC)	O1	1		R	Foi cumprido o objetivo com a realização das reuniões: em Plovdiv, a 15 e 16 de março; em Bruxelas, em 17 maio; em Salzburgo, a 17 e 18 setembro; e em Bruxelas, a 5 e 6 de dezembro. A DGAE representa o MECON neste Comité juntamente com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
DPE	4	Representar a DGAE na Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD)	O1	1		NR	Pelo facto de a Agenda Portugal Digital estar a ser repensada pela tutela não se realizou qualquer reunião, nem qualquer tarefa associada.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	5	Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIE) da OCDE	O1	1		R	No âmbito deste Comité realizaram-se em Paris duas reuniões: 26 e 27 abril; 14 e 15 de novembro. Este Comité é um centro privilegiado de conhecimento, com os consequentes impactos positivos para efeitos de desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas nacionais. Neste contexto, Portugal na sua representação debateu matérias em torno da transformação digital da Economia que está em curso. PT teve neste Comité grande proatividade respondendo aos objetivos a que se propunha.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	6	Representar PT no Grupo de Trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) da OCDE	O1	1		R	Neste Comité realizaram-se duas reuniões em Paris: 23 e 24 abril, 5 e 6 dezembro. O Comité centra-se nas questões que determinam a competitividade das PME, registando-se uma partilha dos participantes das suas políticas e boas práticas. Digital, Empreendedorismo e Financiamento, 3 áreas que foram privilegiadas nas agendas. A participação de PT neste Comité levou à presença da Secretária de Estado da Indústria na Ministerial do México, onde a DGAE esteve também presente em apoio à Secretária de Estado.
DPE	7	Representar PT (perito nacional) no projeto <i>Benchmarking Policies for Stronger SME performance</i> da OCDE	O1	1		R	Foi cumprido o objetivo previsto. Apenas uma alteração, face ao inicialmente previsto: a reunião assumiu o formato não presencial, tendo a OCDE optado pela videoconferência.
DPE	8	Representar PT no grupo de peritos da UE Startups Scaleups	O1	1		NR	Não se verificou qualquer convocatória para a reunião por parte da Comissão Europeia.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	9	Representar PT no grupo de peritos da UE SME Taxation Expert Group	O1	1		NR	Não se verificou qualquer convocatória para esta reunião por parte da Comissão Europeia.
DPE	10	Representar a DGAE no <i>Advisory Board</i> e elemento do júri <i>Food Nutrition Awards</i> no domínio Indústria 4.0	O1	1		NR	Foi eliminada a categoria de prémio onde a DGAE se fazia representar.
DPE	11	Representar o ME no Conselho Consultivo Autoridade Marítima Nacional	O1	1		NR	Não se registou convocatória para qualquer reunião por parte da Autoridade Marítima Nacional.
DPE	12	Representar a DGAE no Grupo Pontos Focais DG Território para alteração do PNPOT	O1	1		T	Participação na reunião realizada em Lisboa, em 15 de fevereiro. A representação da DGAE transitou entretanto para a Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração.
DPE	13	Representar a DGAE na Comissão Consultiva IPA Certificação	O1	1		NR	Não se registou qualquer convocatória para a DGAE participar nesta representação.
DPE	14	Representar a DGAE na Comissão Gestão da Certificação (LNEC)	O1	1		R	A DGAE participou na reunião desta Comissão realizada em Lisboa, no dia 20 de setembro.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	15	Representação da DGAE no Conselho de Administração do CEDINTEC	O1	1		R	Participação nas reuniões do Conselho de Administração (CA) e na Assembleia Geral (AG) de 5 de março e nas reuniões do Conselho de Administração de 6 abril, 7 de maio, 20 de junho, 19 de setembro, 15 de outubro, 20 de novembro e de 10 de dezembro, assim como na Assembleia Geral de 10/12. Nestas reuniões foi feito um acompanhamento da atividade do CEDINTEC. Foi, também, discutido o respetivo Programa de Atividades, apreciado o Relatório de Contas e tomadas decisões sobre questões relativas ao seu funcionamento corrente.
DPE	16	Participar na Comissão Técnica no âmbito do enquadramento nacional dos Sistemas de Incentivos às empresas	O1	1		NR	Não se registou qualquer reunião desta Comissão para a qual a DGAE tenha sido convocada.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	17	Representar PT nas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Inovação (EPG - Innovation)	O1	1		R	Participação em duas reuniões realizadas em Bruxelas em 19 de fevereiro e em 12 de junho. Principal tema discutido e trabalhado pela DGAE em colaboração para a construção do <i>European Innovation Scoreboard</i> . Foi atingido o objetivo previsto pela constituição de um Grupo de Trabalho para esta matéria.
DPE	18	Acompanhar o desenvolvimento e implementação das medidas no âmbito da Agenda Digital Europeia	O3	4		R	Tarefa corrente relativa à análise de documentação publicada pela UE ou em curso de publicação, de modo a ficarmos habilitados responder a diversos tipo de solicitações e para preparação das pastas de apoio à tutela.
DPE	19	Reforçar o conhecimento no domínio do Acesso ao Financiamento, acompanhando a implementação de instrumentos financeiros (Fundos estruturais PT2020 e Programas iniciativas comunitárias)	O3	4		R	Foi preparado um documento sobre o acesso ao financiamento, que foi publicado na página eletrónica da DGAE e que tem sido objeto de frequente atualização, o que responde ao objetivo aquando da sua conceção.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	20	Acompanhar as medidas de simplificação administrativa e da legislação europeia, criando melhor ambiente regulamentar às empresas, incluindo o acompanhamento da implementação do Teste PME em Portugal	O3	4		R	O acompanhamento da matéria "Custa Quanto?", onde a questão do SME Test se insere, desencadeou ações de formação, em que participámos, sobre o Impacto legislativo, realizadas na UTAIL - Unidade Técnica de Avaliação do Impacto Legislativo.
DPE	21	Reforçar o conhecimento na área da Inovação, através do acompanhamento de publicações, iniciativas e políticas, prosseguidas por instituições nacionais e internacionais	O3	4		R	Tarefa corrente relativa à análise de documentação publicada pela UE ou em curso de publicação, de modo a ficarmos habilitados responder a diversos tipo de solicitações e para preparação das pastas de apoio à tutela.
DPS	22	Acompanhar a evolução de setores industriais/elaboração de sinopses setoriais		2		R	Foram elaboradas 3 novas sinopses setoriais: Indústrias Culturais e Criativas, Indústria dos Moldes e Têxteis e Vestuário.
DPS	23	Atualizar Fichas Setoriais, de Comércio Externo e Interno		2		R	Foram elaboradas/atualizadas 40 fichas setoriais.
DPS	24	Atualizar Fichas informação económica por NUT		2		R	Foram atualizadas 8 fichas síntese de dados estatísticos NUT II.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	25	Tabaco - Introdução de Novos Produtos no Mercado		6		R	Foi desenvolvido trabalho, em articulação com a Direção Geral da Saúde (DGS) e o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, no sentido de elaborar a Portaria que estabelece o procedimento de autorização de introdução de novos produtos do tabaco no mercado, a qual se encontrava prevista na Lei n.º 63/2017. Após a sua entrada em vigor, a DGAE procedeu ao tratamento da informação relativa a 6 pedidos de autorização de introdução de novos produtos do tabaco.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	26	Tratamento e processamento de informação relativa aos Precursores de Droga		6		R	No âmbito dos precursores de droga, foram emitidas 3 licenças para o exercício de atividade, 18 registos de operador, e elaborada a informação anual sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3. A DGAE iniciou também o processo de desmaterialização destes serviços no Portal ePortugal, tendo trabalhado em conjunto com a AMA para o desenvolvimento da plataforma digital.
DPS	27	Assegurar a representação nacional nas reuniões do Comité do Aço (OCDE)	O1	1		R	Realizaram-se duas reuniões: Paris 5-6 março e 17-18 setembro. O Comité debateu a situação atual do mercado do aço, em termos globais e regionais, os desenvolvimentos da política comercial e do comércio do aço, o desafio do excesso de capacidade e o trabalho da OCDE sobre subsídios e outras formas de apoio governamental ao setor do aço e que contribuem para o excesso de capacidade.

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	28	Assegurar a representação nacional nas reuniões GAN Indústrias Intensivas em Energia (UE)	O1	1		R	Participação na reunião do GAN - Indústrias intensivas em Energia (IIE), em Bruxelas, no dia 28 de fevereiro. Participação nas reuniões SHERPAS (IIE) de 2 de fevereiro e de 9 de outubro. O GAN serve como plataforma de diálogo sobre temas de interesse comum entre os participantes que representam as indústrias intensivas em Energia (IIE), a sociedade civil e o Banco Europeu de Investimentos (BEI). O grupo SHERPA IIE é um grupo que prepara a discussão para a reunião do Grupo de Alto Nível IIE.
DPS	29	Representar ME no âmbito do Grupo de Trabalho para a Cultura 2015-18: Indústrias Culturais e Criativas	O1	1		R	A apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho teve lugar numa Sessão na Gulbenkian, em 23 abril, onde a representante da DGAE foi oradora. A DGAE teve um contributo muito importante para os resultados apresentados, elencando o que de boas práticas no domínio das Indústrias Culturais e Criativas está a ser desenvolvido em Portugal.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	30	Participar nos Grupos de Trabalho temáticos no âmbito da Coligação para o crescimento Verde	O1	1		R	Participação na 8.ª Reunião do Grupo temático "Agricultura e Florestas", realizada em Lisboa, no dia 12 de abril, com o objetivo de dinamizar a execução do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) e iniciativas que promovam a transição para um crescimento verde, acompanhando a monitorização do cumprimento das metas do CCV.
DPS	31	Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de Base Florestal (UE)	O1	1		R	Participação nas reuniões realizadas em Bruxelas nos dias 22 de janeiro, 17 de maio e 20 de setembro. O Grupo de trabalho F-BI tem por missão apoiar a Comissão em questões relacionadas com as indústrias florestais e as questões sectoriais, em especial no que se refere à elaboração e execução da política e da legislação da UE.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	32	Representar o ME na Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)	O1	1		R	Participação na 6.ª reunião da PARF, realizada no MAFDR, a 24 de maio. A 3.ª e 4.ª reuniões das Subcomissões realizaram-se no ICNF e na DGAE em 11 de julho e 20 de novembro, respetivamente. A DGAE é o Secretariado Técnico da PARF.
DPS	33	Apoiar a representação da DGAE no Conselho Florestal Nacional	O1	1		R	Assegurada a participação nas reuniões realizadas em Lisboa, a 29 de junho e 15 de novembro. A DGAE representa o ME neste Conselho.
DPS	34	Participar no Grupo de Trabalho Florestas ENAAC 2020	O1	1		NR	Não se registou qualquer convocatória para esta reunião por parte do ICNF.
DPS	35	Participar nas Comissões Consultivas Acompanhamento dos Programas Especiais para os Parques Nacionais	O1	1		R	Foram elaborados contributos escritos para os 14 Programas Especiais. A DGAE participou em 2 reuniões: em Setúbal, no dia 2 de março e em Sintra no dia 22 de março.

**Matriz de Atividades da DSPE**

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPS	36	Assegurar a representação no Grupo Consultivo ABS	O1	1		R	Assegurada a participação na reunião realizada em Lisboa, no dia 27 de março, no ICNF, do Grupo Consultivo sobre o acesso aos recursos genéticos e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização, criado de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro, para apoiar a autoridade nacional competente na aplicação da legislação relativa ao Protocolo de Nagóia.
DPS	37	Indústria Farmacêutica - participação em Grupos de Trabalho	O1	1		R	Participação como representante do Ministério da Economia nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Acordo APIFARMA, em Lisboa, nos dias 13 de março e 25 de setembro.
DPS	38	Efetuar/coordenar o processo de consulta e receção de contributos DGAE/Associações Empresariais	O5	7		R	Foram feitas 11 consultas através do endereço de correio eletrónico criado para o efeito. No entanto, e na prossecução de instruções superiores, o processo deixou de estar afeto à DSPE.

Matriz de Atividades da DSPE

UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	39	Participar em Conferências/Seminários		7		R	<p>Foram muitas as iniciativas em que a DSPE participou referem-se algumas delas: Conferência Prémio Inovação baseada em Conhecimento Aveiro 27/02; IDC Data Science &amp; Big Data Fórum 2018, 22/03; No limiar da IA? APDSI 20/02; GEE "Empreendedorismo Senior" 15/05. Evento Start-up Portugal - Moving Forward 9/07 Lisboa. Programa Capitalizar 11/07 IAPMEI. Participação Encontro Nacional dos profissionais de proteção e segurança de dados - APDPO-Associação dos profissionais de Proteção e Segurança de Dados - Cascais 17/09. Conferência Franco-Portuguesa-"Empresas francesas motor da transformação digital em Portugal. 9/10 Lisboa; Bolsa Empreendedorismo, 15/10 Lisboa; Floresta 4.0-Culturgest, 02/04; IDC Fórum: Regul.Geral Proteção Dados 5/04; CIP 2018: o valor das empresas (St. Maria Feira, 11/04); Smart Cities Summit (CCL 11-13/04); Financiamento empresas PT/Europa -Jean Monnet, 26/04; Prémio Floresta e Sustentabilidade - Fundação Gulbenkian, 27/04; Economia Circular MECON 2 /07); O design como fator crítico (MECON, 9/07; S. Alteza o Aga Khan-Assembleia República, 10/07; Bolsa Empreendedorismo -15/10 Lisboa; Digital Summit 20/10 Lisboa; Congresso Sintra 20/30 (26/10); Fórum Empresarial -Reinventar a Indústria - Águeda, 16/11</p>

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	40	Responder às solicitações internas à DGAE com vista à preparação de posições nacionais	04	5		R	A DSPE continuou a trabalhar nos contributos para pastas de apoio a reuniões elaboradas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE) e para resposta a pedidos da Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI).
	41	Emitir pareceres/contributos referentes a pedidos por parte do Governo	04	5		R	Foram elaborados contributos relativos a solicitações dos Gabinetes governamentais do ME (propostas de legislação, notas de apoio a visitas, informações sobre produtos e assuntos da competência da DGAE.
	42	Emitir contributos referentes a solicitações por parte de outras entidades da Administração Pública e Outras entidades Particulares	04	5		R	Foram emitidos 9 contributos.
	43	Promover ações em colaboração com a Academia	05	7		R	Foi organizado o <i>workshop</i> , realizado em 18 de junho, sobre o tema "Horizonte Europa - As Empresas e o Programa Quadro para a Inovação", tendo como orador o Prof. Eduardo Maldonado, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
	44	Participar em reuniões com entidades da Administração Pública e Privadas	05	7		R	A DSPE no âmbito das matérias como o SBA, Inquérito OCDE, realizou várias reuniões com o GEE/MECON, IAPMEI. No âmbito da portaria sobre os novos produtos do tabaco realizaram-se reuniões com Tabaqueira, JTI e BTA. O GT sobre o açúcar reuniu com PROBEB, SONAE, Jerónimo Martins, Coca-Cola. Setorialmente, reunimos também com: ICNF, APCOR, AIMMP, CELPA, Confagri, UNAC, APIC, CIP, ASAE, AICEP, Volkswagen Autoeuropa, ATIC, APQuímica, Megasa, APIGCEE.
	45	Elaborar contributos para a Newsletter e para o sítio Web da DGAE			X	R	Foram elaborados 43 destaques para publicação na página eletrónica da DGAE.
	46	Efetuar visitas a empresas, associações e outras entidades			X	R	Visita à APIC - Associação dos Industriais de Curtumes, em Alcanena, a 2 de março.

## QUADRO XX

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de Atividades da DSPE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPE	1	Visita do Sherpa e SME Envoy Belga a Lisboa, 8 e 9 de maio.	1	3		R	Visita solicitada com realização imediata.
DPE	2	Ministerial OCDE PMEs	1	1		R	Participação ativa da DSPE em colaboração com o Gabinete da Secretária de Estado da Indústria.
DPE	3	Missão Agência Brasileira para o Desenvolvimento				R	Acompanhamento da visita da Missão em Portugal.
	4	Inquérito OCDE/INFE à literacia Financeira das micro e pequenas empresas.	1	1		R	Foram realizados 11 inquéritos presenciais a micro e pequenas empresas.
DPE	5	Projeto Reabilitar como Regra				R	Reunião Lisboa IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana 1 de fevereiro. Esta matéria passou a ser acompanhada pela DSCSR.
DPS	6	Participação no Grupo de Trabalho IABA, para avaliação do impacte da introdução da tributação das bebidas adicionadas de açúcar e outros edulcorantes	1	1		R	Diversas reuniões com membros do GT (representantes dos Gabinetes do Governo) e operadores económicos. Elaboração e entrega do relatório final, em junho de 2019

DPS	7	Representante da DGAE no Grupo de Trabalho Fiscalidade Energética	1	1		R	Participação em reunião com operadores económicos, representantes das indústrias intensivas em energia e envio de contributos para o GT.
-----	---	---	---	---	--	---	--

### QUADRO XXI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

No seu desempenho global, a Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE) atingiu os objetivos a que se propôs, contribuindo decisivamente para o cumprimento dos objetivos da DGAE.

A DSPE procurou, ao longo de 2018 e em colaboração com outras entidades/organizações, nacionais ou internacionais, promover as boas práticas e criar as condições que garantam um desenvolvimento sustentável do empreendedorismo, da inovação/digitalização e da internacionalização das PME.

Considera-se de grande relevância para os objetivos do QUAR da DGAE a intervenção desta Unidade Orgânica no acompanhamento de matérias que decorrem da participação de Portugal quer na União Europeia, quer na OCDE.

No quadro da União Europeia, foi assegurada a representação da DGAE e, conseqüentemente, de Portugal, nas seguintes reuniões:

- Rede Europeia *SME Envoys* – na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o SBA (SHERPA do *SME Envoy*);
- Grupo de Política de Empresa - Subgrupo Inovação (*EPG - Innovation*);
- Grupo de trabalho para a cooperação industrial no âmbito da União para o Mediterrâneo (UfM) (ex EUROMED);

- Grupo de Peritos das Indústrias de Base Florestal;
- Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE) e Grupo SHERPA;
- Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação (ERAC), como representante do Ministério da Economia, ao lado da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Junto da OCDE, foi assegurada a participação nas reuniões dos seguintes Comitês/Grupos/Conferências:

- Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) - tendo apresentado junto deste Comité, as boas práticas nacionais no âmbito de iniciativas políticas, tais como, Indústria 4.0 e *Startup Portugal*;
- Grupo de Trabalho para as PME e Empreendedorismo (WPSMEE) – como membro do *Informal Steering Group*, a DSPE preparou e participou na Conferência Ministerial dedicada às PME, que teve lugar no México, em fevereiro de 2018, e que contou com a presença da Secretária de Estado da Indústria; Também no âmbito deste Grupo de Trabalho, integrou o *Informal Steering Group of the new SME and Entrepreneurship publication*, responsável pela elaboração do *OECD SME & Entrepreneurship Outlook*, cujo lançamento se encontra previsto para o primeiro trimestre de 2019;
- Comité do Aço – foram debatidas ideias sobre políticas públicas estruturais que podem facilitar a reestruturação do setor do aço. Enviou também contributos para o Fórum Global do Aço, com o objetivo de serem tomadas medidas eficazes para resolver o desafio do excesso de capacidade de produção global do aço;
- Conferência Ministerial das PME – fevereiro, cidade do México – tendo acompanhado a Secretária de Estado da Indústria.

O resultado da participação da DSPE nestas reuniões foi remetido à tutela, bem como às entidades envolvidas nas respetivas matérias, incluindo várias propostas de ação.

Neste contexto, destaque para a proposta de constituição de um grupo de trabalho nacional, com participação de entidades do Ministério da Economia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, concretamente DGAE, GEE, ANI e FCT, com vista à consolidação e fortalecimento da posição nacional nas discussões relativas à construção da ferramenta *European Innovation Scoreboard*, que será alvo de revisão profunda na edição de 2020. A publicação anual avalia os pontos fortes e fracos relativos dos sistemas nacionais de inovação tendo por isso relevância e impacto para a imagem externa nacional.

O tema da transformação digital da economia, transversal a todos os domínios, tem sido uma matéria de especial aprofundamento na DSPE. No plano europeu, e em contexto de representações, a DSPE participou na Reunião de Alto Nível da Plataforma Europeia para as iniciativas Nacionais para a Digitalização da Indústria - *High-level governance meeting of the European platform of national initiatives on digitising industry*. No contexto de apoio às representações da Direção desta DGAE, e sem prejuízo do trabalho desenvolvido para os Conselhos de Competitividade, respetivos Grupos de Trabalho e Grupos de Alto Nível, cuja articulação é concretizada com a DSAE, a DSPE assegura a preparação dos Grupos para a Inteligência Artificial, bem como para os *Digital Innovation Hubs*.

Em matéria de negociação europeia, a DSPE tem acompanhado tecnicamente um conjunto bastante relevante de propostas, destacando-se a Proposta de Regulamento *E-Privacy*, a Diretiva Direitos de Autor no Mercado Único Digital, a Proposta de Regulamento Plataformas em linha P2B, a Diretiva Acessibilidade, o Regulamento relativo a um Portal Digital Único, a Proposta de Regulamento Ferramenta de Informação do Mercado Único (SMIT), bem como as negociações no âmbito do próximo, QFP 2021-2027 – *InvestUE, Horizon Europe, Europa Digital e Mercado Único*.

Ainda em contexto Europeu, destaca-se o trabalho no âmbito do Fórum Estratégico para Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI), cuja representação nacional é assegurada pela DGAE. Este Fórum tem como principal objetivo identificar as cadeias de valor de maior importância estratégica para a UE, com vista a posteriormente facilitar projetos de investimento nessas áreas.

Desempenhou esta Unidade Orgânica um papel bastante ativo nas questões ligadas ao setor florestal, tendo participado no Conselho Florestal Nacional e na PARF – Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais e questões setoriais relacionadas, na qual assegura o Secretariado de apoio (em conjunto com o ICNF), tendo ainda preparado e presidido às reuniões de coordenação das Subcomissões criadas no âmbito da PARF. Acresce ainda o seu contributo e participação nas Comissões Consultivas do Processo de Elaboração dos Programas Especiais, que incluiu catorze Parques Nacionais, bem como a participação no Grupo de Trabalho Temático da Agricultura e Florestas, no âmbito da Coligação para o Crescimento Verde.

Ainda no contexto da Coligação para o Crescimento Verde, integrou o Grupo de Trabalho Temático Cidades e Território e o Grupo de Trabalho Temático Indústria Transformadora e Extrativa.

No quadro da iniciativa europeia *Better Regulation* e, no plano nacional, no quadro do SIMPLEX, a DSPE tem vindo a acompanhar, as medidas de simplificação administrativa e de legislação europeia, conducentes à criação de um ambiente regulamentar mais favorável às empresas e muito em especial às PME. Neste contexto, a DSPE emitiu parecer sobre diversas propostas legislativas, em resposta a sistemáticos pedidos dos Gabinetes do Ministério da Economia.

Dada particular relevância às questões do financiamento das PME, acompanhando as formas alternativas aos tradicionais empréstimos bancários, a par dos diversos sistemas de incentivos de apoio às empresas e dos instrumentos de financiamento disponíveis, via Fundos Estruturais PT2020 e Programas e Fundos Comunitários (Horizonte 2020, COSME, FEIE - Fundos Europeus de Investimento Estratégico), por forma a habilitar a DSPE a dar resposta às diversas

solicitações nesta matéria. Ainda neste contexto, encontra-se em permanente desenvolvimento um trabalho de compilação das diferentes medidas de apoio e formas de financiamento às empresas, muito em especial às PME, cuja publicação se encontra disponível no sítio web da DGAE.

Na base do acompanhamento da evolução dos setores industriais foram elaboradas 22 fichas de tecido empresarial, 18 fichas de comércio externo e 8 fichas de informação económica por NUT II, que têm sido um suporte informativo bastante importante para a Tutela, nomeadamente como informação de apoio nas deslocações efetuadas em território nacional. Como complemento a esta informação estatística foram desenvolvidas três sinopses setoriais, nomeadamente sobre as Indústrias Culturais e Criativas, a Indústria de Moldes e as Indústrias de Têxteis e Vestuário, que se vêm juntar às anteriormente elaboradas sobre os setores do Calçado, da Fileira Florestal e do Mobiliário.

Relativamente aos precursores de droga, a DSPE emitiu 3 licenças para o exercício de atividade, efetuou 18 registos de operador e elaborou a informação sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3, que remeteu ao SICAD, no âmbito da Convenção da ONU de 1988. Em 2018, iniciou-se o processo de desmaterialização destes serviços no BdE, pelo que a DSPE trabalhou em estreita colaboração com a AMA, no sentido de desenvolver a plataforma digital.

Foi elaborado o Relatório da Audiência de Interessados da Consulta Pública Regulamentar Inicial da Portaria que estabelece o procedimento de autorização de introdução de novos produtos do tabaco no mercado e fixa a respetiva taxa. Posteriormente, desenvolveram-se diversos trabalhos, em articulação com a Direção-Geral da Saúde e o Gabinete do então Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, que culminaram com a publicação da Portaria n.º 284, de 23 de outubro de 2018. Após a sua entrada em vigor, a DSPE procedeu à análise e tratamento da informação relativa a 6 pedidos de autorização de introdução de novos produtos do tabaco.

Sendo a DGAE a entidade dinamizadora em Portugal da implementação da iniciativa europeia *Small Business Act* (SBA) para a Europa e também o Ponto de Contacto Nacional para o SBA (*SHERPA* do *SME Envoy*), foram asseguradas pela DSPE a preparação e a participação nas reuniões organizadas pela Comissão Europeia e dirigidas aos *SHERPAS* dos *SME Envoy*, bem como em todas as reuniões da Rede Europeia dos *SME Envoy*.

Ainda no âmbito da iniciativa SBA, e na qualidade de secretariado do Grupo Técnico de Apoio ao Comité de Acompanhamento em Portugal do *Small Business Act*, procedeu-se à elaboração dos projetos de relatório de progresso das iniciativas e políticas implementadas no âmbito do SBA, em conformidade com o definido. Procurando reforçar a cooperação com outros ministérios e entidades, importa notar a cooperação desenvolvida com a FCT, ANI e COTEC.

Na sequência da assinatura de Protocolos com Universidades, a DSPE orientou 4 teses de mestrado: uma dilatou o prazo de conclusão (ISCTE-IUL -Mestrado da Empresa e da Concorrência), uma (ISEG-Universidade de Lisboa – Mestrado em Ciências Empresariais) concluiu com aproveitamento e outras duas desistiram entretanto.

Deu-se cumprimento à realização do *Workshop* em colaboração com a Universidade, trazendo à DGAE o tema "Horizonte Europa - As Empresas e o Programa Quadro para a Inovação", sendo orador o Prof. Eduardo Maldonado, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Nas atividades não previstas, e por decisão do então Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, destaque para a participação num projeto-piloto da OCDE/INFE, em parceria com o GEE, que teve por objetivo testar um inquérito dedicado à literacia financeira das micro e pequenas empresas. Uma vez que se tratou de um exercício de teste, e seguindo orientações da OCDE, houve necessidade de recorrer a entrevistas presenciais, num curto espaço de tempo e a um número significativo de empresas, o que obrigou a uma alocação significativa de recursos humanos da Unidade Orgânica.

Destaca-se ainda, pela sua importância para a elaboração do Orçamento de Estado, a participação no Grupo de Trabalho que foi criado para avaliar o impacto do Imposto Especial sobre o Consumo de Bebidas Açucaradas e Adicionadas de Edulcorantes (Despacho n.º 2774/2018). O grupo reuniu 11 vezes, entre abril e junho, tendo sido realizadas reuniões com os representantes das empresas e entidades do setor visado. O relatório foi apresentado em 30 de junho de 2018.

**QUADRO XXII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)**

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	1	Coordenar a intervenção do ME no quadro do Semestre Europeu	O4	6		R	Este exercício de acompanhamento e monitorização foi, em todos os Ministérios, transferido, na sua essência, para os Gabinetes Governamentais. Todavia, a nível processual e no domínio da divulgação dos resultados das recomendações específicas por país, considera-se que foi efetivamente alcançado o resultado inicialmente proposto.
DCAE	2	Elaborar contributos para Conselho Europeu na área do ME	O4	6		R	A DGAE procedeu aos trabalhos internos (ME) de coordenação interministerial tendo em vista apoiar a definição do interesse de PT no quadro das reuniões do Conselho Europeu. Entre outros, de salientar o apoio nas declarações dedicadas ao tema digital.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	3	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do Membro do Governo no Conselho de Competitividade (vertente mercado Interno e Indústria)	O4	8		R	Foram preparadas, em estreita colaboração com o MNE, as pastas de apoio a quatro sessões formais do Conselho Competitividade e a mais duas para as reuniões informais desta mesma formação do Conselho.
DCAE	4	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do ME no Conselho TTE (vertente Energia)	O4	8		T	Apesar de, enquanto o tema Energia integrou o ME, a DGAE deu o apoio à elaboração dos elementos de apoio às reuniões Ministeriais TTE/Energia. Após outubro 2018, com a remodelação Governamental, esta tarefa passou para o Ministério do Ambiente e da Transição Energética.
DCAE	5	Preparar e assegurar intervenção PT no GAN Competitividade e Crescimento	O1	1		R	Em 2018, realizaram-se quatro reuniões deste grupo, cuja delegação portuguesa é assegurada conjuntamente pela DGAE e pela Direção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE. Foram preparados elementos de apoio e de intervenção.
DCAE	6	Coordenação e dinamização da posição ME para a área Competitividade e Crescimento no âmbito da UE	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	7	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área do Mercado Único de Bens e Serviços	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	8	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões do Mercado Único Digital	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	9	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões da Política da Empresa	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	10	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões "Consumidores"	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	11	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Energia	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	12	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área do Ambiente e Saúde	O4			R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	13	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área do Alargamento da UE	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.
DCAE	14	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Fiscalidade e Serviços Financeiros	O4	6		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental do ME.

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	15	Coordenar a intervenção de PT no Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)/IMAC (Mercado Interno)	O1	1		R	Em 2018, realizaram-se duas reuniões deste grupo, cuja "nova" formação (EPG+IMAC) reconfigurou a delegação de PT, agora sendo conjunta, envolvendo a DGAE e a Direção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE. Foram preparados elementos de apoio e de intervenção.
DCAE	16	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME na transposição de diretivas		7		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME.
DCAE	17	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME nos processos de pré-contencioso e contencioso da UE		7		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME
DCAE	18	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT		7		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	19	Assegurar a coordenação do ME em Matéria de Auxílios de Estado (AE)		5		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME
DCAE	20	Representar o ME nas estruturas da UE e de PT em matérias de AE	O1	1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME
DCAE	21	Coordenar a intervenção do ME na Comissão Interministerial de Assuntos Europeus	O1	1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME
DCAE	22	Coordenar a execução do Plano de Trabalhos do ME sobre o BREXIT		1		R	Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias para se atingir o grau de eficiência pretendido (100%) nas áreas de coordenação interdepartamental de ME

Matriz de Atividades da DSAE							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DCAE	23	Preparar e apresentar o relatório anual sobre a intervenção do ME em matéria de Assuntos Europeus		1		T	A DGAE preparou os elementos de apoio sobre as negociações UE no domínio do Ministério da Economia. Todavia, por questões de recursos, transitou-se este objetivo para 2019.
DCAE	24	Realizar ações destinadas à melhoria da qualificação e competências da DGAE		10		R	Foi realizada uma ação conjunta com a Academia (ISCTE), no sentido de cooperar em ações conjuntas futuras.
DCAE	25	Promover a melhoria da qualidade de informação externa dos Assuntos Europeus		10		T	A DGAE preparou parcerias com entidades externas para a divulgação das negociações UE no domínio do Ministério da Economia. Todavia, por questões de recursos, transitou-se este objetivo para 2019.
DCAE	26	Dinamizar grupos de reflexão transversais com <i>stakeholders</i> sobre dossiês em negociação			x	R	A DGAE promoveu dois grupos de discussão/reflexão com <i>stakeholders</i> : GT Fiscalização de Mercado e GT Plataformas
DCAE	27	Elaborar relatórios/estudos temáticos			x	R	Foi elaborado o relatório de Reconhecimento Mútuo.
DCAE	28	Participar em eventos relevantes na área dos Assuntos Europeus		10		R	Neste âmbito, a DGAE participou em 12 eventos externos no domínio dos Assuntos Europeus.
DCAE	29	Dinamizar consultas aos <i>stakeholders</i> sobre políticas setoriais		4		R	A DGAE realizou três consultas externas junto dos <i>stakeholders</i> .

## QUADRO XXIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

No domínio do acompanhamento e coordenação de Assuntos Europeus do Ministério da Economia, perante o planeamento realizado para o ano de 2018, sem prejuízo das outras atividades desenvolvidas, identificaram-se quatro áreas relevantes:

- **Pasta de apoio à Tutela**

Neste âmbito, é de salientar a preparação de elementos de apoio (vulgo, pasta de apoio), em articulação com o MNE, às quatro reuniões do Conselho Competitividade (formato formal) e às duas reuniões informais do Conselho Competitividade que se realizaram em Sófia (janeiro) e em Viena (julho). Todos estes eventos contaram com a chefia de delegação de um Membro do Governo do Ministério da Economia, tendo a DGAE integrado sempre a delegação nacional.

- **Negociações**

No âmbito das principais negociações acompanhadas, a DGAE assegurou o acompanhamento e coordenação de várias negociações. Neste universo, é de salientar as negociações em que o Ministério da Economia assumiu o papel como “líder técnico”, sendo, neste contexto, de salientar a negociação da proposta de Regulamento sobre Livre Circulação de Dados Não-Pessoais, em que PT assumiu uma posição de dianteira, indo ao encontro das orientações constantes na carta coassinada por S. Exa. o Primeiro-Ministro (juntamente com outros 16 Chefes de Estado e de Governo) sobre a prioridade que o digital deverá assumir no contexto da UE. Ainda neste contexto, outras negociações relevantes na fileira Digital, desenvolvidas em 2018, como o Regulamento sobre o comércio de plataformas (P2B) onde a DGAE assumiu o papel de coordenação interministerial, assegurando a consolidação da posição dos diferentes Ministérios e auscultando os *stakeholders* relevantes no processo.

Outra dimensão estratégica refere-se ao Mercado Único de Bens, nomeadamente, os dois projetos legislativos da UE dedicados à revisão da fiscalização de mercado e ao reconhecimento mútuo. Sendo estes dois temas transversais a vários setores e autoridades fiscalizadoras de mercado, a DGAE assumiu o papel de coordenação interministerial, assegurando a consolidação da posição dos diferentes Ministérios, no sentido de identificar antecipadamente as principais linhas de força da nova proposta, o que permitiu identificar linhas negociais (defensivas e ofensivas) com a devida antecedência.

- **Auxílios de Estado**

No quadro da coordenação e dinamização dos auxílios de Estado, o ano de 2018 foi bastante intenso, sobretudo na resposta às solicitações de esclarecimento (postura defensiva) por parte da COM, com especial incidência na fileira Energia (até outubro de 2018, quando o tema transitou para o Ministério do Ambiente e da Transição Energética). Ainda nesta fileira, de destacar o processo de pré-notificação do projeto de Centrais Elétricas de Biomassa, cujo trabalho interno e de interação com a COM (através de diversas conferências telefónicas organizadas e acolhidas pela DGAE, bem como, através de missivas oficiais) levou a uma notificação formal de que se aguarda decisão positiva em 2018.

Noutras fileiras, de sublinhar o papel de coordenação desta Direção-Geral no processo dos jogos *online*, em que promoveu duas reuniões (uma presencial, outra por *conference call*) com a COM, articulando o Turismo de Portugal e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, aguardando-se pelo encerramento do processo de investigação levantado pela COM (DG Concorrência) em 2018.

Ainda neste âmbito, de destacar que, desde 2017, a DGAE tem assumido o papel de coordenador nacional das obrigações de Transparência em matéria de auxílios de Estado, formalmente vinculativas por legislação Europeia, assegurando procedimentos, metodologia de reporte e validação da mesma, de todos os prestadores de apoios públicos, situação consolidada e cujos procedimentos de reporte encontram-se assegurados.

- **Articulação com o exterior**

Indo ao encontro do proposto no plano de atividades para 2018, esta Direção de Serviços realizou esforços de aproximação e sistematização junto dos *stakeholders*, aumentando a disseminação de informação e de eventos para a criação de pensamento sobre os principais temas em agenda.

Neste âmbito, de destacar ainda que a DGAE/DSE organizou, preparou e elaborou o relatório anual relativo à aplicação, em Portugal, do Regulamento sobre o Reconhecimento Mútuo no domínio do Mercado Único da UE.

#### Questões organizativas

Em termos organizativos, em 2018, observaram-se alterações na equipa da DSAE, decorrentes do regresso da Chefe de Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus, que se encontrava a exercer funções no Gabinete do até então Secretário de Estado da Energia, e da integração de novos elementos, o que obrigou a uma reestruturação interna, com vista a assegurar a fluidez de procedimentos, que se querem céleres no quadro da coordenação de temas internacionais.

**QUADRO XXIV**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)**

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	1	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional.	O1	1		R	A atividade focou-se num conjunto muito alargado de temas - OMC, Brexit, União para o Mediterrâneo, Regulamento de Screening, Fluxos de Dados, Implementação de Acordos Comerciais, Intra-BIT, Identificação de interesses nacionais em acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial, Tribunal Multilareal de Investimento e reforma ISDS, etc..
DPCE	2	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	O4	3		R	Foram enviados contributos para o MNE definindo a posição do Ministério da Economia no que diz respeito ao CPC Titulares, CPC Suplentes, CPC Serviços e Investimento e CPC STIS.
DPCE	3	Participar em reuniões do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	O1	1		R	Participou-se em 9 reuniões do CPC Titulares, 1 reunião do CPC Suplentes e 10 reuniões do CPC Serviços e Investimento.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	4	Definir a posição ME em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	O4	3		R	Definiu-se a posição do Ministério da Economia num conjunto alargado de matérias - acordo de investimento EU-China, UNCITRAL/Tribunal Multilateral de Investimento, ICS, Regulamento de Screening de Investimento ou a cessação dos intra-BIT.
DPCE	5	Definir a posição ME em questões relacionadas com o Comércio de Serviços.	O4	3		R	Definiu-se a posição do Ministério da Economia, no que diz respeito aos serviços, por exemplo quanto à negociação multilateral na OMC (comércio eletrónico) ou à inclusão de normas de fluxos de dados em acordos comerciais.
DPCE	6	Definir a posição ME em questões relacionadas com os intra-BIT.	O4	3		R	Foi definida a posição do Ministério da Economia no que diz respeito ao acompanhamento dos intra-BIT. Participou-se em 7 reuniões organizadas em Bruxelas e foi solicitado, em diversas ocasiões, uma decisão ao Gabinete do Sr. Ministro da Economia.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	7	Participação nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	O1	1		R	Não foram organizadas, pela Comissão, reuniões em Bruxelas. No entanto, a atividade do Comité foi assegurada através de procedimentos escritos de consulta.
DPCE	8	Participação na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	O1	1		R	Foram organizadas duas rondas negociais do acordo de proteção de investimento entre Portugal e o Irão. Participou-se, ainda, em duas reuniões a propósito do acordo com a Arábia Saudita.
DPCE	9	Definir e defender a posição de Portugal no âmbito dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.	O4	3		R	Foram preparadas, para decisão da Tutela, variadíssimas informações com proposta de posição a adotar nas reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial.
DPCE	10	Participar nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	O1	1		R	Participou-se em 9 reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial.
DPCE	11	Manter atualizadas as Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	O4	3		R	Foi atualizada.
DPCE	12	Definir e defender a posição do ME no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).	O4	3		R	A posição do Ministério da Economia foi definida e enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	13	Participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	O1	1		R	Participou-se em 1 reunião do Comité de Peritos SPG e em 1 reunião do Comité SPG.
DPCE	14	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	O4	3		R	Foi analisada a informação relevante de barreiras que afetam as empresas portuguesas, prestou-se apoio a empresas nacionais em casos concretos, efetuaram-se consultas a associações empresariais sobre barreiras abordadas no MAAC e manteve-se um contacto próximo com a AICEP e o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o âmbito da discussão e das barreiras discutidas no MAAC. Foi preparada informação específica para a inclusão de barreiras relevantes em discussões bilaterais de membros do Governo com parceiros comerciais (Argélia, EUA, por exemplo).
DPCE	15	Elaborar uma "Proposta de Divulgação" sobre a Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	O3	2		R	Procurou-se organizar um Market Access Day em Portugal (que, em princípio decorrerá em 2019).
DPCE	16	Participar no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	O1	1		R	Participou-se em 13 reuniões do Comité MAAC.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	17	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.	O4	3		R	Elaborámos um conjunto de contributos/análises sobre acordos com países terceiros - por exemplo, identificação de interesses ofensivos/defensivos na negociação com Austrália, Nova Zelândia e Indonésia, Fluxos de Dados, Acordo de Investimento EU-China, acordos com o Japão, México e Mercosul, etc.
DPCE	18	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	O4	3		NR	Não foram organizadas, pela Comissão, quaisquer reuniões na agenda plurilateral.
DPCE	19	Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	O1	1		R	Participámos em 13 reuniões técnicas informais e em mais 10 reuniões sobre um conjunto alargado de temas (ICSID, Brexit, Screening de Investimento, implementação de ACL, etc.)
DPCE	20	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	O4	3		R	Definimos a posição do Ministério da Economia quanto ao Regulamento de Screening Europeu e participámos ativamente em todo o processo de negociação que foi concluído em 2018.
DPCE	21	Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	O1	1		R	Participámos em 5 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	22	Participar nas reuniões do Grupo dos Produtos de Base do Conselho da UE.	O1	1		NR	Analisadas as agendas das reuniões, estas não justificaram a participação da DS.
DPCE	23	Esclarecer e/ou resolver questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial comum.	O4	3		R	Respondemos a todas as questões que nos foram colocadas por empresas a propósito de temas de política comercial - acordos de comércio e de investimento (negociação e implementação), barreiras, medidas de defesa comercial, questões aduaneiras, made in, Brexit.
DPCE	24	Consultar as associações e empresas sobre questões de política comercial e de investimento		2		R	Efetuámos consultas às associações sobre interesses em relação a negociações de acordos (Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Índia e EUA), sobre barreiras no acesso a mercados preferenciais e sobre medidas de defesa comercial.
DPCE	25	Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	O1	1		R	Participámos em todas as reuniões do Comité de Comércio da OCDE (2), do Comité de Investimento da OCDE (2), e do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio (4).

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPCE	26	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	O4	3		R	Definimos a posição do Ministério da Economia quanto à reforma da OMC. Respondemos a todas as solicitações da OCDE (questionários, por exemplo) e iniciámos processos de consulta a outras entidades de modo a responder ao que nos era solicitado. Preparámos e demos contributo para a participação na Ministerial da OCDE.
DPCE	27	Promover a participar em sessões (de esclarecimento e debate) com associações empresariais sobre temas de política comercial da UE.		2		R	Participámos em diversas reuniões com organizações empresariais sobre temas de política comercial (6 sobre o Brexit; 5 sobre ACL)
DPCE	28	Elaborar material informativo sobre as principais vantagens de acordos de comércio livre concluídos entre a UE e países terceiros, para Portugal e em especial para as empresas portuguesas (Japão e Mercosul, como os mais prováveis)	O4	3		R	Foram criadas fichas de divulgação para os acordos comerciais já concluídos/em negociação.
DPCE	29	Contribuir, na perspetiva da Política Comercial da UE, para a análise do Brexit	O4	3		R	Participámos e preparámos vários seminários (6) sobre o Brexit, elaborámos documentos informativos e disponibilizámos informação relevante no site da DGAE para a preparação de operadores económicos.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	30	Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela.		4		R	Registou-se um elevado número de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior), tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.
DRIn	31	Preparar a participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito.	O4	3		R	Salientam-se os seguintes eventos: 3.ª Cimeira Luso-Moçambicana, 5.ª Cimeira Luso-Argelina, XXX Cimeira Luso-Espanhola, 2.ª Comissão Mista com a Ucrânia, 7.ª Comissão Mista com a Rússia, 1.ª reunião do Observatório de Investimentos com Angola, 39.ª e 40.ª Comissão Bilateral Permanente com os EUA, 5.ª Comissão Mista com a República da Coreia, 3.ª Comissão Mista com a Turquia, 10.ª Comissão Mista com a R.P. da China, 5.ª Comissão Mista com a RAEM, 7.ª reunião da Subcomissão Luso-Brasileira de Assuntos Económicos, 4.ª reunião do Comité de Comércio e Investimento Portugal-EUA.
DRIn	32	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	O1	1		R	Esta Divisão preparou e participou em 62 reuniões.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	33	Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	O1	1		R	Esta DGAE participou nas duas reuniões (11.ª e 12.ª) da CIPE realizadas em 2018, bem como na reunião anual da CIC.
DRIn	34	Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do ME e com o MNE.	O4	3		R	A DRIn assegurou o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Mecon (destacando-se o Turismo, a Segurança Alimentar e Económica e a Energia - esta última até outubro de 2018).
DRIn	35	Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	O4	3		R	Foram emitidos alguns pareceres, sobretudo em matéria de relações internacionais, nas áreas de competência do MEcon.
DRIn	36	Participar, enquanto Ponto Focal do ME, nas reuniões do Grupo Informal de Peritos de Comércio e Investimento UE-China.	O1	1		NR	Em 2018 (tal como em 2017), este Grupo Informal de Peritos não reuniu.
DRIn	37	Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de carácter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.		4		R	Destaca-se a participação do Sr. Ministro da Economia na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial e do Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Comércio na 3.ª Reunião de Ministros do Comércio da CPLP.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	38	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	O1	1		R	A DGAE participou na reunião interministerial preparatória da Reunião Ministerial da OCDE, bem como na 3.ª Reunião de Pontos Focais de Comércio da CPLP.
DRIn	39	Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.	O1	1		R	A DGAE participou na 13.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.
DRIn	40	Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau, nomeadamente no que respeita aos Colóquios de formação de recursos humanos.	O4	3		R	A DGAE assegurou a participação de 15 formandos portugueses nos 5 Colóquios de Formação de RH organizados em 2018, bem como a participação nacional noutras atividades organizadas pelo SP do Fórum Macau (ex: programa de deslocação a Lisboa de uma delegação da Academia Chinesa de Ciências Sociais, no âmbito do estudo de avaliação externa; visita a Portugal de Delegação do Município de Yangzhou; Seminário sobre Ensino e Formação de Bilingues).

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	41	Divulgar e propor a participação nacional em Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.	O4	3		R	A DGAE coordenou a participação de um total de 58 representantes nacionais em 10 Seminários e Cursos de Formação organizados pelo MOFCOM, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.
DRIn	42	Preparar e remeter questionário de avaliação aos participantes nos Colóquios do Fórum de Macau e Seminários do Min. Comércio da R.P. da China.	O5	5		R	Dos 58 questionários remetidos, obtiveram-se 49 respostas. Foi preparada síntese das principais sugestões de melhoria, e partilhada em reunião com a Embaixada da China.
DRIn	43	Coordenar, enquanto Ponto Focal do ME, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o ME se constitui como Coordenador ou Contribuidor.	O4	3		R	Destaca-se a revisão/atualização do contributo sobre o ODS7 ("Energias Renováveis e Acessíveis a Todos"), no âmbito da reunião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, realizado em julho.
DRIn	44	Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	O4	3		R	Foi transmitido ao CICL o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do MEcon, enquadráveis na APD.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	45	Preparar e participar em reuniões promovidas pelo CICL sobre temas relacionados com a Cooperação e Desenvolvimento, e elaborar contributos do ME neste âmbito.	O1	1		R	A DGAE participou em duas reuniões (uma realizada na DGEG, outra no CICL) relacionadas com o Regulamento do Código da Rede Elétrica Nacional de Moçambique.
DRIn	46	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	O1	1		R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento, bem como no evento informal "X-MAS Get Together".
DRIn	47	Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico Institucional.			X	R	Objetivo cumprido, nomeadamente no âmbito das visitas, encontros bilaterais e reuniões de alto nível realizadas em 2018.
DRIn	48	Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do ME.			X	R	Objetivo cumprido.
DRIn	49	Divulgar informação relevante aos organismos do ME no domínio das relações internacionais.			X	R	Objetivo cumprido, em particular no que respeita às relações económicas bilaterais e à atividade de organizações internacionais, com destaque para a OCDE.

Matriz de Atividades da DSCI							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DRIn	50	Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de caráter económico e/ou empresarial.	O1	1		R	Salienta-se a participação da DGAE no evento comemorativo do Ano Novo Chinês, na World Food Summit, no Seminário Portugal-Coreia sobre Energias Renováveis e no II Fórum Empresarial do Atlântico, entre outros.
	51	Realizar seminários internos e outras ações de qualificação (incluindo com a Academia)	O5	5		R	Participação no Curso China-PLP (organizado pela Universidade de Coimbra) e no Programa Erasmus para a Administração Pública.

#### QUADRO XXV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DGAE acompanhou os trabalhos do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento. Em sede de CPC Titulares e Suplentes, foram acompanhadas matérias de política comercial de índole multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo em vista a desejável reforma das regras de comércio (nomeadamente no que diz respeito ao comércio eletrónico); de resto, a atividade focou-se num conjunto muito alargado de temas, em que ao longo ano preparámos um conjunto muito alargado de contributos: Brexit, União para o Mediterrâneo, Regulamento de Screening, normas de Fluxos de Dados em acordos da UE, Implementação de Acordos Comerciais, processo de cessação dos acordos de investimento intra-comunitários, Identificação de

interesses nacionais em acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, salvaguarda do aço, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial, Tribunal Multilateral de Investimento e reforma ISDS, entre outros.

A DSCI participou em reuniões técnicas informais agendadas em Bruxelas quanto ao acordo UE-Japão, UE-Mercosul, Regulamento de “screening” europeu, “Brexit”, fluxos de dados, acórdão Singapura ou tribunal multilateral de investimento.

A DGAE acompanhou os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido, caso-a-caso, a posição nacional à Tutela e prestou auxílio técnico às empresas nacionais envolvidas e às associações setoriais. A DGAE acompanhou e definiu a posição nacional, em articulação com a DGAE-MNE, relativamente às diversas ações preconizadas pela Comissão Europeia, no âmbito dos instrumentos de política comercial da União Europeia, com vista a mitigar os efeitos comerciais e económicos resultantes das restrições comerciais adotadas pelos Estados Unidos da América sobre as importações de produtos de aço e de alumínio. Em particular, analisou e definiu a posição nacional sobre as propostas da Comissão para instituição pela UE de medidas de salvaguarda provisórias sobre as importações de produtos de aço, e para instituição de medidas de reequilíbrio sobre importações de determinados produtos originários dos EUA, propostas que foram discutidas e aprovadas respetivamente no Comité de Salvaguardas e Regras Comuns para as Exportações, e no Comité do Regulamento de Entraves ao Comércio, da Comissão Europeia, com largo apoio dos Estados-membros.

A DGAE acompanhou os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido, caso-a-caso, a posição nacional à Tutela, e prestou auxílio técnico às empresas e às associações setoriais nacionais envolvidas.

A DGAE contribuiu com análises de possíveis impactos da saída do Reino Unido da União, participou em reuniões e manteve um contacto muito próximo com outras entidades públicas e com associações empresariais. Reforçou, ao longo de 2018, a preparação das empresas para um cenário de saída sem acordo por parte do Reino Unido da União, publicando variados documentos no website, partilhando a informação via e-mail ou participando, enquanto co-organizador, num conjunto de seminários com a CIP, a AICEP e a AT.

A DGAE produziu comentários escritos para todas as reuniões de negociação da proposta de regulamento que cria um quadro para a análise de investimento direto estrangeiro na União Europeia (Regulamento de “screening” europeu).

No âmbito da OCDE, a DSCI assegurou, ainda, a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio e do Comité de Investimento.

A DSCIE, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia (MAAC), que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE, e prestou apoio a empresas portuguesas que são afetadas pelo agravamento do número de barreiras ao comércio.

No que diz respeito à negociação de acordos de promoção e proteção de investimento (BIT), foi promovida a realização de duas rondas negociais com o Irão, em Lisboa e em Teerão.

Na vertente das relações internacionais, a DGAE preparou, durante o ano de 2018, um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros da Tutela, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

No que respeita à preparação da participação do Ministério em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se as seguintes: Cimeiras bilaterais com Moçambique, Argélia e Espanha; Comissões Mistas com a Ucrânia, Rússia, República da Coreia, Turquia, R.P. da China e Macau; Reunião Ministerial do Observatório de Investimentos com Angola; duas reuniões da Comissão Bilateral Permanente com os EUA; Subcomissão Luso-Brasileira de Assuntos Económicos; reunião do Comité de Comércio e Investimento com os EUA, acrescentando um número significativo de contributos remetidos ao MNE neste âmbito. Na vertente multilateral, destaca-se a participação de S. Exa. o Ministro da Economia na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial e de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio na 3.ª Reunião de Ministros do Comércio da CPLP.

A DGAE (através da DRIn) participou em 62 reuniões ao longo de 2018, salientando-se igualmente a participação em duas reuniões da CIPE (Comissão Interministerial de Política Externa) e na reunião anual da CIC (Comissão Interministerial para a Cooperação), bem como na reunião anual da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.

No que se refere ao Fórum de Macau, a DGAE participou, enquanto Ponto Focal, na 13.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente.

Igualmente no âmbito do Fórum de Macau, a DSCI assegurou a gestão da participação de Portugal nos Colóquios realizados em 2018 (Comércio de Serviços; Infraestruturas; Propriedade Intelectual; Turismo)<sup>8</sup>, tendo ainda assegurado as seguintes atividades: (i) preparação de programa e acompanhamento de Delegação da Academia Chinesa de Ciências Sociais em Portugal, no âmbito do estudo de avaliação externa do Fórum de Macau; (ii) preparação de programa e acompanhamento de Delegação do Município de Yangzhou na sua deslocação a Portugal; (iii) gestão da participação portuguesa no Seminário sobre Ensino e Formação de Bilingues.

---

<sup>8</sup> Não se registou participação portuguesa no Colóquio sobre Medicina Tradicional Chinesa.

A DSCI assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Ministério da Economia (em particular, nos domínios do Turismo, Segurança Alimentar e Económica, e Energia - esta última até outubro de 2018).

De referir ainda a participação de 58 representantes nacionais nos Seminários organizados pelo Ministério do Comércio em 2018, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa. Em sequência, esta DGAE preparou uma síntese das principais sugestões de melhoria apresentadas no questionário de satisfação remetido para o efeito, as quais foram partilhadas em reunião realizada com a Embaixada da China.

**QUADRO XXVI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)**

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	1	Participar, no âmbito da Comissão Nacional de Proteção Civil, no processo de reestruturação da Proteção Civil em Portugal.	O1	1		R	Assegurada a participação em duas reuniões ordinárias e em duas reuniões extraordinárias da CNPC.
DC	2	Participar no desenvolvimento dos trabalhos da Subcomissão do Plano Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes.	O1	1		NR	A Subcomissão do Plano Nacional para a redução do Risco de Catástrofes iniciou os procedimentos para a constituição de novos grupos de trabalho, tendo encerrado o Grupo de Trabalho n.º 4 criado para o triénio 2015-2018.
DC	3	Apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência no quadro legal definido e acompanhar a regulamentação das matérias conexas.			X	R	Participação em 4 reuniões das entidades setoriais do Planeamento Civil de Emergência, coordenadas pela ANPC.
DC	4	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.		2		R	Foram contabilizadas as contrapartidas executadas no âmbito das diversas operações de contrapartidas, no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2018.

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	5	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.		3		R	Procedeu-se à celebração de aditamentos ao Contrato de Contrapartidas com o objetivo de permitir a renegociação dos termos contratuais.
DC	6	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.		2		NR	Não foram realizadas quaisquer ações de acompanhamento.
DC	7	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.		3		NR	O Contrato não sofreu qualquer desenvolvimento, estando cumpridas as matas Intercalares até ao termo do contrato, em 4 de dezembro de 2020.
DC	8	Acompanhar o Programa Europeu de Desenvolvimento da Indústria de Defesa			X	R	Participação em duas reuniões coordenadas pelo MNE.
DC	9	Participar e acompanhar os trabalhos da Comissão interministerial para o comércio de bens e tecnologias de dupla utilização	O1	1		NR	A Comissão não reuniu no ano de 2018.
DC	10	Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Questões Atómicas no âmbito da implementação da Diretiva 2011/70/EURATOM	O1	1		NR	O Grupo não reuniu no ano de 2018.
DC	11	Acompanhar a regulamentação nacional e comunitária das matérias relativas à defesa, à segurança, ao espaço e indústria aeronáutica.			X	R	Acompanhada a regulamentação do Fundo Europeu de Defesa.
DC	12	Inventariar o Acervo Documental das Contrapartidas		4		R	Inventariada a documentação respeitante

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
							ao contrato de contrapartidas de aquisição das aeronaves C-295.
DC	13	Elaborar pareceres e responder a solicitações	O4	3		R	Emitidas 6 Informações de Serviço com pareceres e/ou propostas de ação.

**QUADRO XXVII**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)**

Matriz de Atividades da DC							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DC	1	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)	O1	1		R	Atividade transferida, em janeiro de 2018, para a Divisão de Contrapartidas. Participação em todas as reuniões da CPAI realizadas em 2018.

## QUADRO XXVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE CONTRAPARTIDAS (DC)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas no ano de 2018, a matéria relacionada com o acompanhamento dos contratos de contrapartidas ainda em execução foi a que demonstrou maior pertinência relativamente ao grau de exigência e empenho dos serviços, sobretudo no que respeita ao acompanhamento do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295.

De facto, no decurso do ano de 2018, foi possível contabilizar a execução das diversas operações de contrapartidas relativas aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, colmatando um dos principais constrangimentos verificados no acompanhamento deste contrato, que se prendia com as dificuldades do fornecedor em apresentar a prova documental contratualmente estabelecida.

Deste modo, foi possível contabilizar as contrapartidas executadas até à data de término do contrato estabelecido na 1.ª alteração ao Contrato, isto é, 31 de julho de 2018, tendo-se celebrado a 2ª, 3ª e 4ª alterações contratuais, as quais tiveram como objetivo, exclusivamente, a prorrogação do prazo de execução com vista à eventual renegociação dos termos de referência contratuais.

Sobre a matéria das contrapartidas, destaca-se ainda o acolhimento integral da única recomendação da Auditoria do Tribunal de Contas ao acompanhamento da execução das contrapartidas, tendo-se assegurado o pagamento integral pelas entidades beneficiárias das comissões resultantes da participação em operações de contrapartidas.

Relativamente às restantes atividades atribuídas a esta DC, sublinha-se a participação no âmbito do procedimento de regulamentação do Fundo Europeu de Defesa, coordenado pelo MNE.

Esta DC assegurou ainda a participação em todas as reuniões da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, competência transitada em janeiro de 2018.

**QUADRO XXIX**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)**

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	1	Elaborar os questionários de satisfação dos trabalhadores e dos clientes da DGAE		1		R	Foram preparados os inquéritos de satisfação dos trabalhadores e dos clientes da DGAE.
DPA	2	Implementar os inquéritos de satisfação dos trabalhadores e dos clientes da DGAE e analisar os respetivos resultados		1		R	Foi preparada toda a logística para a realização dos inquéritos junto dos trabalhadores e dos clientes da DGAE e apurados e analisados os respetivos resultados.
DPA	3	Participar nas reuniões com a SGME sobre a implementação do novo sistema de gestão documental		2		R	Foi assegurada a participação em todas as reuniões organizadas pela SG, no âmbito do novo sistema de gestão documental.
DPA	4	Coordenar internamente a implementação do novo sistema de gestão documental		2		R	Foi coordenado o trabalho interno de implementação do sistema de gestão documental.
DPA	5	Participar nas ações de formação do novo sistema de gestão documental		2		T	Devido ao atraso na implementação do projeto, não houve lugar à realização de ações de formação, que transitaram para 2019.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	6	Apoiar os utilizadores internos na utilização do novo sistema de gestão documental		2		T	Devido ao atraso na implementação do projeto, não chegou a ser necessário dar apoio aos utilizadores, o que só deverá acontecer em 2019.
DPA	7	Elaborar o quadro para a monitorização do custo médio das deslocações		3		R	Foi elaborado o quadro de controlo das deslocações externas da DGAE, contendo informação dos custos médios e totais das deslocações, discriminada por Direções de Serviço.
DPA	8	Monitorizar a execução do(s) contrato(s) de deslocações e estadas		3		R	Foi feita a monitorização da execução do contrato de deslocações e estadas, com verificação e registo de toda a faturação recebida e posteriormente enviada à SG.
DPA	9	Remeter à SGME toda a documentação, devidamente organizada, relativa às deslocações e estadas		3		R	Foi remetida à SG, devidamente organizada, toda a documentação relativa às deslocações e estadas (faturas, boletins de Itinerário, documentos justificativos de outras despesas de transporte, etc.)
DPA	10	Elaborar o Relatório de Atividades e a Autoavaliação da DGAE de 2017		4		R	Foi preparado o Relatório de Atividades da DGAE de 2017, juntamente com a respetiva autoavaliação do serviço.
DPA	11	Efetuar a monitorização do QUAR-2018 da DGAE		4		R	Assegurada a monitorização do QUAR da DGAE, com a elaboração de todos os quadros de controlo.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	12	Elaborar o QUAR da DGAE para 2019		4		R	Foi coordenada a elaboração do QUAR da DGAE para 2019.
DPA	13	Elaborar o Plano de Atividades da DGAE para 2019		4		R	Foi preparado o Plano de Atividades da DGAE para 2019.
DPA	14	Elaborar o relatório da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas		4		NR	Como o Plano de Gestão de Risco se encontra desatualizado, não foi feito o relatório de monitorização da sua execução.
DPA	15	Garantir o apoio de help desk a nível de microinformática e de telefones		5		R	Foi garantido o apoio diário aos utilizadores da DGAE a nível microinformático e de comunicações.
DPA	16	Assegurar a inserção e a atualização de conteúdos na página eletrónica da DGAE, nos prazos estabelecidos		6		R	Assegurada com regularidade a atualização da informação na página eletrónica da DGAE.
DPA	17	Gerir a caixa de correio geral da DGAE e outras atribuídas à DPA		6		R	Garantida a gestão diária da caixa de correio geral da DGAE e de outras mais específicas.
DPA	18	Apreciar a proposta de orçamento da DGAE apresentada pela SGME		7		R	Disponibilizada informação necessária à apreciação da proposta de orçamento.
DPA	19	Acompanhar a execução do orçamento da DGAE, com base na informação fornecida pela SGME		7		R	Foi feito o acompanhamento da execução orçamental.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	20	Faturar todas as receitas próprias arrecadadas pela DGAE e remeter à SGME os respetivos mapas de receitas		7		R	Emitidas as guias das receitas arrecadadas pela DGAE e remetidos à SG os quadros com toda a informação das guias de receita emitidas.
DPA	21	Assegurar a gestão do Fundo de Maneio e efetuar as aquisições, assim como os respetivos pagamentos		7		R	Assegurada a gestão do Fundo de Maneio e efetuados os respetivos pagamentos.
DPA	22	Validar a faturação das aquisições de bens e serviços		7		R	Validada a faturação das aquisições de bens e serviços necessárias ao funcionamento da DGAE.
DPA	23	Assegurar a resposta atempada às solicitações da SGME em matérias de recursos financeiros		7		R	Foram dadas respostas às questões colocadas pela SG.
DPA	24	Identificar atempadamente as necessidades de bens e serviços a enviar à SGME com vista à realização dos procedimentos de aquisição		8		R	Foram identificadas atempadamente as necessidades de aquisições de bens e serviços.
DPA	25	Acompanhar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços		8		R	Foi feito o acompanhamento dos contratos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE.
DPA	26	Efetuar diariamente a distribuição dos consumíveis de casa de banho e proceder ao respetivo registo		8		R	Foi realizada diariamente a distribuição de consumíveis de casa de banho.
DPA	27	Efetuar o controlo de stocks do material de economato e assegurar a sua disponibilização		8		R	Efetuada a aquisição e a gestão do material de economato, incluindo a sua distribuição pelos serviços.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	28	Assegurar a realização das mudanças de postos de trabalho na DGAE		8		R	Foi assegurada a preparação e a disponibilização dos equipamentos informáticos e outros necessários aos postos de trabalho.
DPA	29	Gerir a conservação e a manutenção das instalações, dos bens e dos equipamentos		8		R	Foi feita a gestão dos equipamentos e das instalações.
DPA	30	Assegurar a resposta atempada às solicitações da SGME nas áreas da contratação e do património		8		R	Assegurada a resposta às solicitações da SG.
DPA	31	Garantir a logística necessária à realização dos seminários internos		8		R	Garantida a logística necessária à realização dos seminários e de outros eventos internos.
DPA	32	Criar e consolidar os sistemas de informação de apoio à gestão (dashboards)		9		R	Criados e atualizados todos os quadros de informação de apoio à gestão.
DPA	33	Elaborar e atualizar os procedimentos internos		11		R	Enquadrados no manual de procedimentos os procedimentos relativos aos precursores de droga.
DPA	34	Efetuar os procedimentos inerentes à entrada, encaminhamento e expedição de correspondência			X	R	Assegurada a entrada, o registo, a digitalização e o encaminhamento de toda a correspondência recebida.
DPA	35	Distribuir interna e externamente a correspondência			X	R	Foi assegurada a distribuição da correspondência interna e externa.
DPA	36	Assegurar o atendimento de chamadas telefónicas efetuadas para o n.º geral da DGAE e proceder ao seu encaminhamento			X	R	Assegurado o atendimento e o encaminhamento de chamadas telefónicas provenientes do exterior.

Matriz de Atividades da DPA							
UO	N.º	Descrição	Contributo direto para os Objetivos Operacionais		Sem contributo direto para os Objetivos Operacionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			N.º do Objetivo QUAR DGAE	N.º do Objetivo QUAR UO			
DPA	37	Assegurar a gestão da utilização das viaturas, coordenando a realização das deslocações			X	R	Foi assegurada a gestão das deslocações no território nacional, enquanto houve um motorista afeto a esse serviço.

### QUADRO XXX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

No domínio do planeamento, foram desenvolvidos um conjunto de instrumentos de apoio essenciais à tomada de decisão por parte da estrutura dirigente, nomeadamente na área de recursos humanos, nas várias áreas de negócio da DGAE e, principalmente, no que se refere ao acompanhamento e monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial os inscritos no QUAR.

De registar, igualmente, a coordenação de todos os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2017, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, com o conseqüente apuramento dos respetivos resultados e o tratamento estatístico dos mesmos, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

De igual modo, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR para 2019 (que foram objeto de apreciação pela estrutura dirigente e objeto de aprovação) e elaborada a proposta de Plano de Atividades para 2019.

Foram coordenados os trabalhos da nova página eletrónica da DGAE, que implicou a alteração da sua estrutura e o carregamento de toda a informação, de forma a melhorar a própria imagem, assim como a qualidade da informação disponibilizada ao público e em especial aos agentes económicos.

Foi feito o acompanhamento da execução financeira dos vários contratos de aquisições de bens e serviços, em especial dos de aquisição de serviços de viagens e alojamentos, procedendo-se também à validação de toda a faturação.

Procedeu-se ao registo e à emissão de todas as guias receita e ao envio dos respetivos mapas para a Secretaria-Geral com indicação dos valores apurados por tipologia de produtos/serviços.

Foi prestado o apoio interno nas várias áreas da responsabilidade desta Divisão essenciais para o funcionamento dos serviços, nomeadamente ao nível de *helpdesk* informático, de manutenção das instalações e equipamentos, do registo da correspondência e sua distribuição, entre muitas outras.

No quadro seguinte é feito o resumo do nível de realização das atividades por Unidade Orgânica, concluindo-se que 84,9% das atividades foram realizadas de acordo com o que tinha sido planeado.

**Quadro XXXI - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica**

Serviço	Nível de realização				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCSR	45	1	2	3	51
DSSE	27	1	3	7	38
DSPE	37	8	1	0	46
DSAE	26	0	3	0	29
DSCI	48	3	0	0	51
DC	8	5	0	0	13
DPA	34	1	2	0	37
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>265</b>

#### 2.4 *Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados*

Deduz-se, a partir do quadro XXXI, que apenas um número reduzido de atividades não foi realizado, correspondendo a cerca de 11% do total das atividades planeadas, mas incluindo nesta percentagem também as que foram canceladas, sendo de sublinhar que a sua não realização não comprometeu a concretização dos objetivos previstos no QUAR.

O principal fator que esteve na origem das atividades não realizadas prende-se com questões exógenas à DGAE, a maioria das quais com a realização de reuniões que dependiam de convocatória por parte de outras entidades, que foram canceladas ou que, devido aos temas em discussão, não se justificou a presença de representantes DGAE. Outras atividades não realizadas ficaram a dever-se à ausência de pedidos de contributos à DGAE ou porque se estava a aguardar orientação sobre as propostas apresentadas pelos serviços.

## 2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores no âmbito da autoavaliação do serviço é obrigatória, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Essa avaliação foi efetuada recorrendo-se ao preenchimento de um questionário de satisfação, tendo-se utilizado, à semelhança do verificado nos anos anteriores, um modelo disponibilizado no website da DGAEP, com ligeiras adaptações<sup>9</sup>, o qual foi distribuído a todos os dirigentes intermédios e trabalhadores, que tiveram a possibilidade de se pronunciar, no período de 19 de dezembro de 2018 a 18 de janeiro de 2019, acerca das seguintes dimensões: satisfação global com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; satisfação com os níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o (seguimento dado aos resultados do) questionário de 2017.

Para cada um desses itens, foi utilizada uma escala de *Likert*, com cinco níveis de satisfação, em que as hipóteses de avaliação eram as seguintes:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

---

<sup>9</sup> Anexo IV – Questionário de satisfação interno.

Os inquiridos tinham, ainda, a possibilidade de optar por não responder às questões que entendessem, por falta de informação, ou por não terem uma opinião formada sobre alguns dos temas constantes do questionário.

Registaram-se 55 respostas, o que, tendo em conta o universo de inquiridos no período em causa (94), representou uma taxa de participação de 58,5%, sendo que 5 indicaram que pertenciam ao grupo dos “dirigentes intermédios”, 36 ao grupo dos “outros trabalhadores” e os restantes 14 não identificaram o grupo a que pertenciam.

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro XXXII.

**Quadro XXXII - Resultados do questionário de satisfação interno**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	8,48%	11,72%	27,88%	33,94%	6,87%	11,11%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	10,71%	11,92%	22,22%	35,76%	10,30%	9,09%
3. Satisfação com as condições de trabalho	8,64%	9,09%	17,27%	36,59%	17,73%	10,68%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	9,45%	14,55%	27,64%	28,73%	7,64%	12,00%
5. Níveis de motivação	6,55%	3,64%	19,27%	34,18%	26,91%	9,45%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	9,92%	9,09%	16,69%	35,21%	14,21%	14,88%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	3,80%	5,45%	13,88%	40,99%	26,12%	9,75%
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	8,18%	11,21%	27,27%	37,58%	6,36%	9,39%
8. Satisfação com o questionário de 2017	12,12%	13,94%	18,79%	21,21%	4,85%	29,09%
<b>Total</b>	<b>8,33%</b>	<b>9,63%</b>	<b>20,60%</b>	<b>35,25%</b>	<b>14,41%</b>	<b>11,78%</b>

Da leitura destes resultados globais resulta que a apreciação dos inquiridos foi positiva, já que 49,66% consideraram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a organização, enquanto 17,96% referiram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Numa posição intermédia ficaram 20,60% dos inquiridos e registaram-se 11,78% de respostas incluídas na opção “não sabe/não responde”.

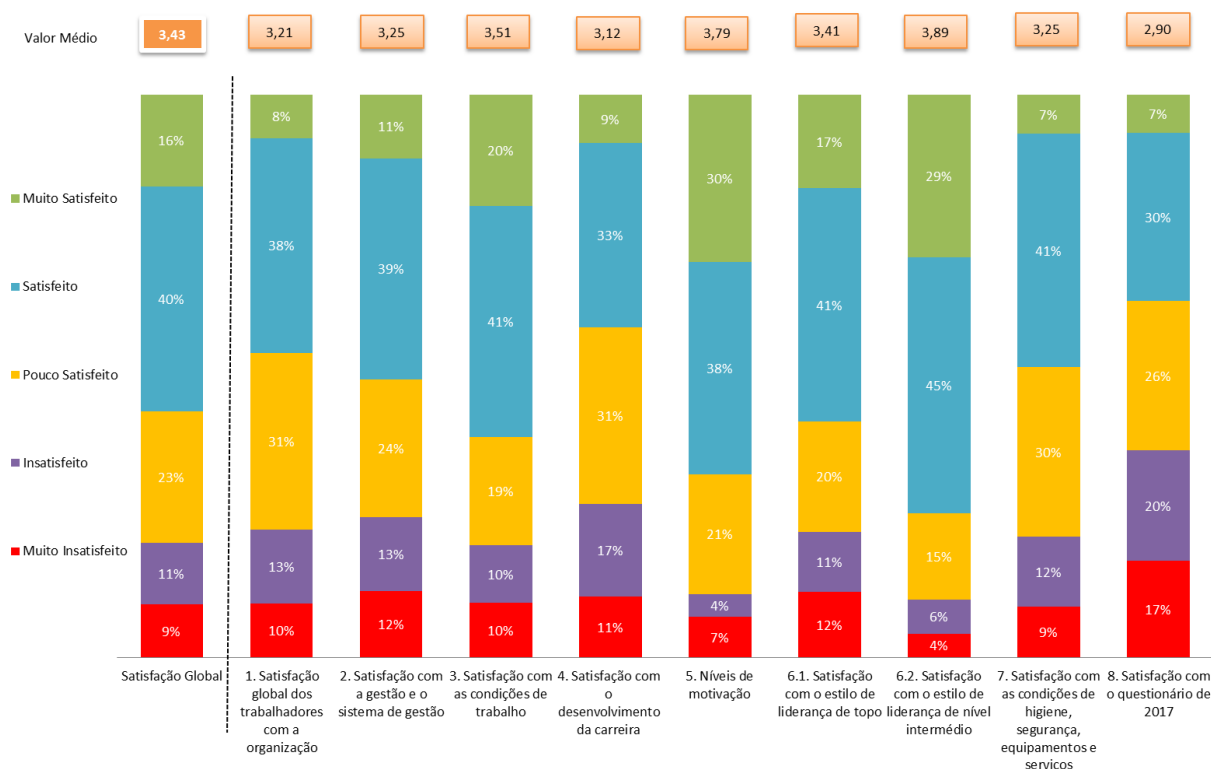
Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (26,91%) verificou-se com os *níveis de motivação*, tal como no ano passado, em que o nível de satisfação tinha sido de 33,13%;
- Satisfeito: 40,99% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos com o *estilo de liderança de nível intermédio* quando o nível mais elevado no ano passado tinha sido com as *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*, com 42,71%;
- Pouco Satisfeito: o fator que teve uma percentagem mais elevada foi o da *satisfação global dos trabalhadores com a organização*, com 27,88%;
- Insatisfeito: o resultado mais elevado registou-se na *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 14,55%;
- Muito insatisfeito: os inquiridos manifestaram-se muito insatisfeitos com a atenção dada ao questionário de 2017, com 12,12%.

No questionário havia a possibilidade de serem apresentadas sugestões de melhoria, situação que foi aproveitada por 14,55% dos que responderam, tendo sido focadas questões como as questões de higiene, nomeadamente a limpeza de vidros, a necessidade de um maior aproveitamento do contributo dos técnicos, a aceitação das sugestões apresentadas pelos trabalhadores, o alargamento das competências da DGAE, a necessidade de uma liderança forte e empenhada, uma maior transparência e abertura à discussão das avaliações, a existência de mais formação, a definição de um plano de ação que reflita os resultados do questionário, a definição de prioridades e de uma estratégia para a organização e uma maior atenção às questões internas.

Analisando a média aritmética ponderada da pontuação obtida em cada um dos 8 grupos de questões, constata-se que, com exceção do nível de satisfação com o encaminhamento dado aos resultados do questionário de 2017, que registou uma pontuação 2,90, todos os restantes tiveram uma pontuação superior a 3,1. As mais baixas pontuações seguintes verificaram-se na *satisfação com o desenvolvimento da carreira* com 3,12 e na *satisfação global dos trabalhadores com a organização* com 3,21. As mais elevadas ocorreram na *satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio* (3,89) e na *satisfação com os níveis de motivação* (3,79).

**Gráfico 6 - Satisfação Global por Áreas**



## 2.6 *Relatório de Formação*

De acordo com o estipulado no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, foi elaborado o Plano de Formação 2018 (PF) da DGAE e aprovado em 23-05-2018. Inicialmente prevista a dotação de 25.000€ para formação, em sede de preparação de orçamento de funcionamento para 2018, após a aplicação das cativações resultantes da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a dotação disponível reduziu para 17.891€.

Num universo de 97 trabalhadores, foram aprovados 43 pedidos de formação individual (2 dirigentes, 35 técnicos superiores e 6 assistentes técnicos), 4 pedidos de formação para dirigentes (FORGEP) e 1 pedido de formação em grupo para 21 trabalhadores.

Os pedidos de formação individual indicavam 792 horas de formação, a formação para dirigentes originava um total de 720 horas de formação (4 trabalhadores X 180 horas) e a formação em grupo somava 147 horas de formação (21 trabalhadores X 7 horas) com o custo total previsível de 14.900€ (83,3% da dotação disponível para formação).

A entidade formadora mais solicitada para a contratação de formação (46 pedidos de formação) foi a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

As necessidades formativas identificadas pelos trabalhadores incidiram nas seguintes áreas de formação:

Governança e gestão pública – 20 pedidos de participação (inclui 4 FORGEP)

Tecnologias de informação – 7 pedidos de participação

Comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal – 7 pedidos de participação

Gestão de pessoas - 5 pedidos de participação

Assuntos europeus e cooperação - 2 pedidos de participação

Assuntos jurídicos - 3 pedidos de participação

Línguas estrangeiras - 3 pedidos de participação

Negociação europeia – 1 formação de grupo (21 pedidos de participação)

Das formações previstas no Plano de Formação 2018, realizaram-se as seguintes:

- Na área de formação relativa a “**Governança e gestão pública**”, a taxa de execução correspondeu a 20% (4 formações realizadas face a 20 pedidos de participação):

- a) “Prevenção de riscos de corrupção” – registou-se 1 participação conforme planeado;
- b) “O Impacto do Regulamento Geral de Proteção de Dados na Administração Pública” – 5 pedidos de participação não ocorreram devido à não realização da formação pela entidade INA;
- c) “Workshop de criatividade aplicada à resolução de problemas” – 3 pedidos de participação não se concretizaram porque a formação foi cancelada pela entidade INA;
- d) “Planeamento estratégico e avaliação de resultados” - registaram-se 2 participações conforme planeado;
- e) “Data scientist - transformar dados em conhecimento” – 1 pedido de participação foi cancelado pelo trabalhador devido a saída da DGAE;
- f) “Gestão de documentos do arquivo digital”- 1 pedido de participação em formação não se efetivou por falta de inscrição do trabalhador na plataforma da entidade INA;
- g) “Novo código do procedimento administrativo para juristas” - 1 pedido de participação não se concretizou devido a trabalhador ter dispensado a formação;
- h) “Responsabilidade social das organizações: a norma ISO 26000” - a participação de 1 trabalhador não se efetivou devido à não realização da formação pela entidade INA;
- i) “SROI - Social Return on Investment - Medição de impactos de programas e políticas” - registou-se 1 participação conforme planeado;
- j) “Programa de formação em gestão pública (FORGEP)” - 4 pedidos de participação não se concretizaram porque a formação foi cancelada pela entidade INA.

- Na área de formação respeitante a “**Tecnologias de informação**”, a taxa de execução correspondeu a 43% (3 formações realizadas face a 7 pedidos de participação):

- a) “Folha de cálculo Excel” – 1 participação face a 3 pedidos de participação - 2 pedidos de participação não se concretizaram, nomeadamente por desistência de 1 trabalhador e por falta de inscrição de 1 trabalhador na plataforma da entidade INA;
- b) “Excel - nível intermédio” - 1 participação face a 2 pedidos de participação: a 2.ª formação (prevista ocorrer em dezembro de 2018) foi cancelada pela entidade INA;
- c) “Otimização e gestão de dados em Excel” - 1 participação conforme planeado e 1 pedido de participação não concretizado por trabalhador ter cancelado a formação.

- Na área de formação referente a “**Comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal**”, a taxa de execução correspondeu a 28,6% (2 formações realizadas face a 7 pedidos de participação):

- a) “Técnicas de negociação e mediação” - registaram-se 2 dos 3 pedidos de participação, devido à falta de inscrição do trabalhador na plataforma da entidade INA;
- b) “Conduções de reuniões (estratégias e táticas)” - 2 pedidos de participação não se concretizaram devido à não realização da formação pela entidade INA;
- c) “Técnicas de apresentação e persuasão” - 2 pedidos de participação não se concretizaram devido à não realização da formação pela entidade INA;

- Na área de formação pertencente a “**Gestão de pessoas**” a taxa de execução correspondeu a 20% (1 formação realizada face a 5 pedidos de participação):

- a) “Lei geral do trabalho em funções públicas” - 1 pedido de participação não se concretizou devido a cancelamento da formação pela entidade INA;
- b) “Atendimento telefónico de qualidade” – dos 4 pedidos de participação apenas se concretizou 1 participação, justificado por doença de 2 trabalhadores e por férias de 1 trabalhador à data da realização da formação.

- Na área de formação relativa a “**Assuntos europeus e cooperação**”, a taxa de execução correspondeu a 0% (0 formações realizadas face a 2 pedidos de participação):

a) “Transposição de diretivas comunitárias” – 2 pedidos de participação não se concretizaram porque a formação foi cancelada pela entidade INA.

- Na área de formação alusiva a “**Assuntos jurídicos**” a taxa de execução correspondeu a 66,67% (2 formações realizadas face a 3 pedidos de participação):

a) “Regulamento geral de proteção de dados: abordagem jurídica” – registaram-se 2 participações como planeado;

b) “WTO LAW e-learning module” ministrado pelo College of Europe – foi efetuado 1 pedido de participação que, no entanto, não se realizou por indisponibilidade da entidade formadora.

- Na área de formação respeitante a “**Línguas estrangeiras**” a taxa de execução correspondeu a 100%:

a) “Inglês para apresentações, reuniões e negociações” – face às 3 participações planeadas registaram-se 2 participações, tendo posteriormente ocorrido 1 participação extra-plano e resultando o total de 3 participações;

A formação em grupo na área da “**Negociação europeia**” denominada “Applied Negotiation Techniques for Council Working Parties” (7 horas) e ministrada pelo *Centre for European Negotiation and Decision - Making - CENAD sprl – Brussels*, nas instalações da DGAE, envolveu 21 trabalhadores (4 dirigentes e 17 técnicos superiores) como planeado (taxa de execução de 100%).

No que diz respeito à formação extra-plano em 2018, realizaram-se as seguintes formações:

1. Ação de formação “*Regulamento Geral de Proteção de Dados*”, desenvolvida pelo Centro de Competências Jurídicas do Estado (JurisAPP) sem custos para a DGAE. A formação teve a duração de 6 horas e contou com a participação de 2 dirigentes e de 10 técnicos superiores (equivalendo a um total de 60 horas de formação (12 trabalhadores X 5 horas));
2. Ação de formação “*Legislação por Referência a Normas*”, disponibilizada pelo Instituto Português da Qualidade sem custos para a DGAE. Na formação participaram 6 técnicos superiores e 1 dirigente, e a duração foi de 4 horas (correspondendo a um total de 28 horas de formação (7 trabalhadores X 4 horas));
3. Seminário “*Regulamento Geral de Proteção de Dados e Administração Pública: os desafios da implementação*”, apresentado pelo INA sem custos para a DGAE. Estiveram presentes 4 técnicos superiores num total de 10 horas de formação (2,5 horas X 4 trabalhadores);
4. Ação de formação “*Direito Europeu dos Auxílios de Estado*” ministrada pelo INA. Participaram 2 dirigentes e o custo total foi de 420€ para 42 horas de formação (21 horas X 2 trabalhadores);
5. Ação de formação “*Desafios emergentes – Controlo de percursores de drogas sintéticas e novas substâncias psicoativas*”, apresentada pelo COPOLAD (cooperation programme funded by the European Commission), sem custos para a DGAE. Participou 1 técnico superior no total de 21 horas de formação;
6. Conferência “*ICC – Second Portuguese Arbitration Day*” que decorreu na Câmara do Comércio Internacional em Lisboa (sem custos para a DGAE) e teve a participação de 1 técnico superior pelo período de 7 horas;

7. IV Conferência na Caixa *“Desafios da União Europeia: Inovação, emprego e o orçamento da UE. Contribuição para o Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2018”*, apresentado pela Caixa Geral de Depósitos, sem custos para a DGAE. Participou 1 técnico superior no total de 4 horas de formação;
8. 10.º Congresso Nacional de Administração Pública: *“Inovação sem fronteiras – a realidade por trás de mitos e barreiras”*, organizado pelo INA, sem custos para a DGAE, contou com a presença de 1 dirigente da DGAE no total de 7 horas de formação;
9. Encontros temáticos de Contratação Pública 2018: *“A prestação centralizada de serviços da contratação pública na Economia”*. Organizado pela secretaria-geral do Ministério da Economia, com entrada livre, estiverem presentes vários dirigentes e técnicos superiores da DGAE;
10. 3.ª Sessão do Ciclo de Encontros *“Inovação na Gestão da Administração Pública”* organizado pelo INA, onde participaram 2 técnicos superiores da DGAE no total de 14 horas de formação (7 horas X 2 trabalhadores) sem custos para a DGAE;
11. Workshop *“Blockchain Humano”*, organizado pela empresa Blockchain Academy em parceria com a empresa beta-i, estiverem presentes 4 dirigentes e 7 técnicos superiores num total de 22 horas de formação (2 horas X 11 trabalhadores).

Adicionalmente, realizaram-se também cinco workshops nas instalações da DGAE subordinados aos temas:

1. *“BREXIT: o que aconteceu, o que poderá acontecer e como poderá afetar Portugal”* – com a participação de 47 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (DGAE, GEE, ME, MNE);
2. *“As Atividades Económicas e o Ordenamento do Território”* – com a participação de 39 trabalhadores da DGAE;

3. Workshop “A conduta empresarial responsável enquanto vantagem competitiva” – com a participação de trabalhadores da DGAE;
4. Seminário sobre o Programa de Investigação e Inovação para o período 2021-2027 - HORIZONTE EUROPA – com a participação de 40 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (ANI, DGAE, FCT, GabSEAC, GabSEI, GEE, IAPMEI, ME, MNE);
5. Workshop “*Blockchain* Technology” – com a participação de 59 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (AdC, ANI, ASAE, DGAE, DGEG, FCT, IAPMEI, SEAC, SGE, TdP.

Em conclusão, com uma previsão inicial de 1.659 horas de formação para 68 pedidos de participação em ações de formação, aprovadas no PF 2018, no ano de 2018 registaram-se 35 participações em ações de formação individuais e de grupo (inseridas no PF2018), que corresponderam ao total de 420 horas de formação, e 42 participações registadas em formações extra-plano que totalizaram 215 horas.

A despesa total com ações de formação fixou-se em 3.290€ (22,1% da despesa prevista no PF2018), correspondendo 2.870€ a formação planeada no PF e €420 euros a formação extra-plano, referente a 77 participações em ações de formação num total de 635 horas.

## *2.7 Avaliação do sistema de controlo interno*

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário constante do quadro XXXII.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria Geral do Ministério da Economia (SG), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e

tecnologias de informação e comunicação (TIC). Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno devem ser asseguradas pela SG.

### QUADRO XXXIII – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de Controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	As especificações do sistema de controlo interno devem ser asseguradas pelos serviços da SG, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			É efetuada internamente a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão por parte dos dirigentes. A segregação de funções e a existência de procedimentos também contribuem para que seja assegurada a legalidade, regularidade e boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, sendo essas competências e atribuições asseguradas, no âmbito do Ministério da Economia, pela SG.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		Há necessidade de elaborar um código de ética e conduta para os trabalhadores da DGAE.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Foi aprovado pela DGAE um plano de formação, o qual foi implementado em articulação com a SG e que se destinava a fazer face às necessidades evidenciadas pelos técnicos e pelos responsáveis dos serviços.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Estão institucionalizados contactos regulares entre os dirigentes de topo e os dirigentes das unidades orgânicas, nomeadamente através da realização de reuniões de coordenação com periodicidade semanal.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Nos últimos 5 anos, a DGAE foi objeto de várias auditorias, por parte da IGF, da Secretaria-Geral e do Tribunal de Contas (a última das quais em 2017, ao controlo da execução dos contratos de contrapartidas - relatório do TC n.º 19/2017).
<b>2 – Estrutura Organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07 e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	Em 2017, foi efetuada a avaliação de todos os trabalhadores da DGAE (100%) relativamente ao

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				biénio de 2015-2016. A avaliação relativa ao biénio de 2017-2018 deverá ocorrer em 2019.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			37% dos trabalhadores participaram em 2018 em pelo menos uma ação de formação, de acordo com informação constante do Balanço Social.
<b>3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um manual com vários procedimentos aprovados mas que não está ainda completo.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Sim, em articulação com a SG que faz a instrução dos procedimentos de contratação, bem como dos pedidos de pagamento, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É efetuado o levantamento de necessidades, que é transmitido à SG para efeitos de elaboração dos procedimentos de aquisição de bens e serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e, especialmente, a insuficiência de recursos humanos torna inaplicável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existem fluxos de processo estabelecidos através de procedimentos aprovados, principalmente nas áreas em que há interação com os agentes económicos em que é necessário emitir títulos ou efetuar registos, bem como na emissão de guias de receita.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi aprovado o Plano para 2015, mas face às alterações verificadas na lei orgânica da DGAE, há necessidade de elaborar um novo Plano.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Tendo em consideração a desadequação do Plano de 2015 em relação à realidade atual, não foi feita a respetiva monitorização.
<b>4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe, relativamente ao sistema de gestão documental, já que as outras áreas (contabilidade e tesouraria) são asseguradas pela SG.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o			X	As aplicações não estão integradas, pelo que não

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
cruzamento de informação?				é possível cruzar a informação.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	A fiabilidade dos sistemas de informação deve ser assegurada pela SG no âmbito das suas competências no domínio TIC.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			O sistema de monitorização dos indicadores de gestão permite extrair informação para efeitos de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existem requisitos de segurança que são assegurados pelos serviços de informática da SG e cada utilizador só acede aos equipamentos e às aplicações através de palavras-passe.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?			X	Deve ser assegurada pela SG.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SG.

### III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SG, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, os quadros do Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços da SG<sup>10</sup>.

Apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que se tem verificado na DGAE, na área dos Recursos Humanos.

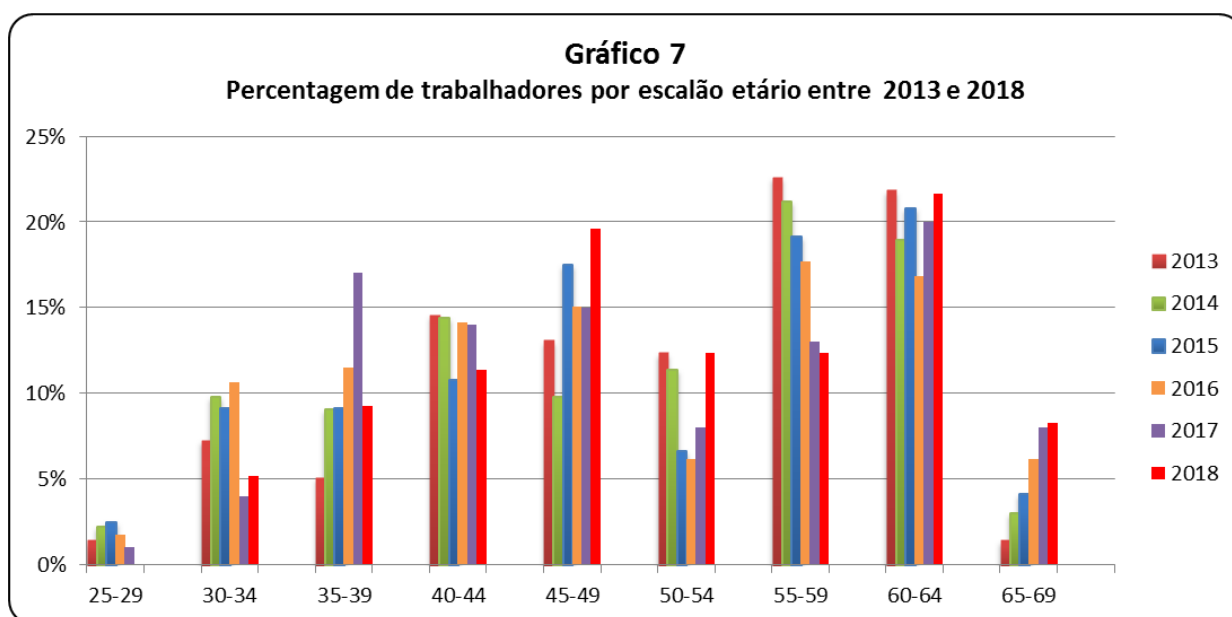
Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que existe uma preponderância de trabalhadores do sexo feminino, representando 73,2% do total de trabalhadores e dirigentes, situação que não tem sofrido alterações significativas desde 2013, como se poderá verificar pelo quadro XXXII. Já a percentagem de dirigentes do sexo feminino aumentou significativamente, passando de 47% em 2017 para 65% em 2018.

---

<sup>10</sup> Anexo V – Balanço Social.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que, em 2018, representavam 79% (comparativamente com 83% em 2017), enquanto 21% se encontravam em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo na sua totalidade dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 7, que, em relação ao ano de 2017, se verificou um decréscimo significativo da percentagem de trabalhadores do escalão etário dos 35-39 anos, assim como um decréscimo, mas menos acentuado, no grupo etário dos 40-44 anos e deixou de existir trabalhadores no grupo etário dos 25-29 anos. Por outro lado, aumentou a percentagem de trabalhadores dos escalões etários entre os 45-49 e os 50-55 anos. Conjugando esta informação com a do quadro XXXIV constata-se que a taxa de envelhecimento (percentagem de trabalhadores com 55 anos ou mais), que já era elevada em 2017, subiu ligeiramente, mas mais preocupante é a percentagem de trabalhadores com 45 ou mais anos que subiu de 64% em 2017 para 74% em 2018.



Com base na informação recolhida do Balanço Social, é apresentada no quadro seguinte uma evolução, nos últimos cinco anos, sobre os principais indicadores relativos aos recursos humanos da DGAE.

**QUADRO XXXIV – Principais indicadores do Balanço Social**

Indicadores	Anos				
	2018	2017	2016	2015	2014
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	53,61%	57,00%	59,29%	53,33%	59,09%
Taxa de Assistente Técnico	20,62%	20,00%	18,58%	15%	15,91%
Taxa de Assistente Operacional	20,62%	6,00%	5,30%	4,17%	4,55%
Taxa de Feminização	73,20%	69,00%	68,14%	72,50%	71,21%
Taxa de Feminização Dirigente	65,00%	47,06%	42,10%	50%	65,22%
Taxa de Enquadramento	20,62%	17,00%	16,81%	15%	17,42%
Taxa de Envelhecimento	42,27%	41,00%	40,70%	44,17%	43,18%
Taxa de Habilitação Superior	74,23%	74,00%	76,10%	79,17%	78,03%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	4,12%	3,00%	3,53%	2,50%	3,79%
Taxa de Admissões	27,84%	7,00%	23,89%	8,33%	19,70%
Taxas de Saídas	31,96%	20,00%	30,08%	16,67%	23,48%
Taxa de Reposição	87,10%	35,00%	79,41%	50%	83,87%
Taxa de Absentismo	7,27%	8,66%	7,85%	6,56%	3,33%
Remuneração Base Média Anual	25.429,28 €	26.314,24 €	24.880,94 €	26.249,68 €	25.762,26 €
Leque Salarial Ilíquido	6,44	8,1	9,5	7,80	7,63
Taxa de Encargos Sociais	4,33%	11,13%	10,71%	10,18%	10,49%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0,00%	1,00%	0,88%	1,67%	0%
Taxa de Participação em Formação	63,92%	12,00%	12,38%	54,17%	52,27%
Taxa de Investimento em Formação	0,11%	0,06%	0,03%	0,21%	0,12%

## IV. AVALIAÇÃO FINAL

### 4.1 *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

A DGAE inscreveu no QUAR de 2018, que foi superiormente aprovado, 5 objetivos operacionais, traduzindo as prioridades da sua atuação e procurando cobrir com esses objetivos as atividades desenvolvidas pelos serviços consideradas mais relevantes e com maior expressão na utilização de recursos humanos e financeiros.

Como já foi referido anteriormente, esses resultados são positivos, já que o objetivo 1 foi alcançado e os restantes quatro objetivos foram superados. De igual modo, as metas previstas para os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade foram superadas, registando-se assim um resultado global de 107,1%.

Esse resultado é ainda mais relevante por ter sido alcançado numa conjuntura exigente, com mudança de membros do Governo da área da Economia, e em que os recursos humanos e financeiros ficaram além do que tinha sido previsto e desejável, obrigando a um esforço redobrado por parte da generalidade dos trabalhadores da DGAE e dos dirigentes intermédios que tudo fizeram para que esse resultado tivesse sido atingido.

Face a esta situação e atendendo ao estipulado no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação seja de **“Desempenho Bom”**.

## 4.2 *Conclusões prospetivas*

O ano de 2018 deu continuidade à atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas enquanto serviço central da Administração Direta do Estado enquadrado no Ministério da Economia sob nova Direção (em substituição).

Pretende-se evidenciar o papel da Direção-Geral das Atividades Económicas, reafirmando-a como um serviço de referência especialmente vocacionado para apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas; igualmente, monitorizando e avaliando a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas ao nível nacional.

A revitalização do portal institucional da Direção-Geral das Atividades Económicas permitiu dar uma imagem mais moderna à instituição e melhorou os conteúdos, que vão ao encontro das necessidades de operadores económicos e cidadãos.

No âmbito interno, existe a preocupação contínua de reforçar a formação de excelência dos colaboradores no desenvolvimento de capacidades propiciadoras de um melhor desempenho nas áreas de intervenção deste organismo. O tempo decorrido e a experiência recente, que tem evidenciado um acréscimo de trabalho especializado em algumas áreas de atividade da DGAE, tornam imprescindível adequar a estrutura flexível por forma a agilizar e imprimir celeridade a determinados procedimentos considerados fulcrais. Nestes termos, importa tirar partido da adequação da estrutura orgânica flexível às atuais necessidades de funcionamento numa ótica de otimização dos recursos, com vista ao cabal desempenho da missão da DGAE e à prossecução das suas atribuições. Em 2018, foi estabelecida a Divisão de Relações Institucionais (DRI), com o intuito nomeadamente de elaborar pareceres especializados sobre matérias de natureza jurídica para a Direção e demais unidades orgânicas da DGAE no âmbito

da missão e atribuições da Direção-Geral, que se veio a revelar central na gestão dos inúmeros pedidos de contributos para política pública em circulação.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se devem os resultados alcançados.

